

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Filosofia e Ciências – Marília

GABRIEL FERREIRA DOS SANTOS

Fórum Social Mundial:

Um estudo dos limites do politicismo para a efetivação do “outro mundo”.

Marília

2026

GABRIEL FERREIRA DOS SANTOS

Fórum Social Mundial:

Um estudo dos limites do politicismo para a efetivação do “outro mundo”.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Orientador(a): Prof. Dra. Angélica Lovatto

Linha de pesquisa: Determinações do mundo do trabalho.

Marília

2026

D724f

dos Santos, Gabriel Ferreira

Fórum Social Mundial : Um estudo dos limites do politicismo para a efetivação do “outro mundo”. / Gabriel Ferreira dos Santos. -- Marília, 2026 141 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Angélica Lovatto

1. Fórum Social Mundial. 2. Movimentos Sociais. 3. Emancipação humana. 4. Cidadania. 5. Politicismo. I. Título.

GABRIEL FERREIRA DOS SANTOS

Fórum Social Mundial:

Um estudo dos limites do politicismo para a efetivação do “outro mundo”.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília. Linha de pesquisa: Determinações do mundo do trabalho Banca Examinadora

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Angélica Lovatto
UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília
Orientador

Prof. Dr. José Milton Pinheiro de Souza
UNEB – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Marcos Del Roio
UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília

Essa dissertação é dedicada a Carlos Augusto Barroso,
Walmir Freitas Monteiro e William Fernandes Leite.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Prof. Angélica Lovatto, por sua paciência e rigor teórico em suas orientações. Estendo o agradecimento a sua ética, solidariedade e humanidade, cujo exemplo indicam as possibilidades da existência real de um novo tipo de humanidade quando superada a submissão do ser humano ao Capital. Agradeço também ao seu trabalho realizado previamente, sem o qual seria impossível realizar essa pesquisa.

Agradeço aos membros da Banca de Defesa, ao Prof. Marcos Del Roio e José Milton Pinheiro, intelectuais do mais alto nível teórico e do mais alto nível humano, agradeço a forma como receberam o meu trabalho apesar dos grandes erros de percurso.

Não poderia deixar de agradecer aos camaradas de Sorocaba: Marco Aurélio, Gregório Ribeiro, Felix Bertacco, Igor Tanaka, Marco Antônio e Gilberto Vanetti. Aos quais devo grande parte dos aprendizados utilizados na realização deste trabalho. Destaco o agradecimento à Marco Antônio, pelo entusiasmo e apoio sem os quais esse trabalho não teria tido início.

Agradeço aos meus amigos Caio, Letícia Soares, Victor e Rogério, os quais me acompanham em acalorados debates e risadas desde nosso encontro na graduação em História. Não poderia deixar de mencionar os amigos Gabriel, Letícia Serino, Karina e Bruno, os quais tornaram meu período em Marília possível, e foram mesmo indiretamente fundamentais para a continuidade da pesquisa.

Devo meus agradecimentos também a Felipe Antônio e Luiz Felipe, os quais sempre oferecem apoio sem esperar nenhuma retribuição.

Destaco os agradecimentos à Letícia Soares e Felix Bertacco, por suas correções atenciosas e fundamentais na realização deste trabalho, não poderia confiar ele em melhores mãos. Estendo o agradecimento à Marina, cujos conselhos foram fundamentais para a escrita do trabalho, e a Leonardo, por sua boa vontade em me ajudar nos percalços do trabalho.

Para Naslen, à qual qualquer agradecimento é insuficiente frente ao seu companheirismo, escuta, apoio e leitura. A conclusão deste trabalho é em grande medida um mérito seu. Agradeço por tornar todos os aspectos da vida mais fáceis e por aceitar dividir a vida comigo.

Por último agradeço a minha família, ao meu pai Maurici, operário metalúrgico que foi meu primeiro professor em ciência política, e a minha mãe Rosemeire, cujo catolicismo progressista foi fundamental para me despertar criticamente contra as contradições presentes

no mundo. Agradeço à minha irmã Stephanie, por ser minha primeira amiga, e à linda família que ela tem construído.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Você não sente nem vê
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai acontecer
E o que há algum tempo era jovem e novo, hoje é antigo
E precisamos todos rejuvenescer
(Belchior)

RESUMO

O presente trabalho possui como objeto de análise o Fórum Social Mundial, um dos mais expressivos movimentos políticos de esquerda do início do Séc. XXI, e tem como objetivo realizar uma análise crítica do movimento em seu período de maior projeção política, entre os anos de 2001 e 2012.

Entendendo a importância desse movimento para seu campo político, apresentamos como questionamento central a seguinte pergunta: quais seriam os limites teórico-práticos encontrados pelo Fórum Social Mundial que resultaram na não efetivação do horizonte político expresso em seu lema “um outro mundo é possível”?

Apresentamos, enquanto hipótese de trabalho, a apreensão prévia de que o Fórum apresentou em sua trajetória um conteúdo teórico-prático subsumido à perspectiva politicista, a qual esterilizou a sua capacidade de conceber uma alternativa concreta às contradições do modo de produção capitalista a que se opunha.

O trabalho está organizado em três partes. Na primeira, analisamos a gênese e a trajetória do Fórum Social Mundial, com destaque para os períodos de 2001 a 2005 e de 2006 a 2012. Na segunda seção, examinamos o programa político que orientou o Fórum em sua efetivação prática. Por fim, na terceira parte, submetemos os dados levantados nas duas seções anteriores a uma análise crítica, buscando identificar o conteúdo real expresso na efetivação do movimento, bem como sua função social e os limites impostos pela perspectiva politicista à transformação do mundo.

Para a realização deste trabalho recorreremos às contribuições metodológicas desenvolvidas principalmente por Karl Marx, e elaboradas posteriormente pelo conjunto de autores marxistas, com destaque para o filósofo brasileiro José Chasin, que definiu o conceito de politicismo. A partir dessas abordagens, buscamos analisar o desenvolvimento teórico e político do Fórum Social Mundial integrado ao desenvolvimento histórico-econômico do modo de produção capitalista e do desenvolvimento das lutas de classes no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Fórum Social Mundial; Movimentos Sociais; Emancipação humana; Cidadania; Politicismo.

ABSTRACT

The present study has as its object of analysis the World Social Forum, one of the most prominent left-wing political movements of the early twenty-first century and aims to carry out a critical examination of the movement during the period of its greatest political projection, between 2001 and 2012.

Recognizing the importance of this movement within its political field, we pose the following central question: what were the theoretical-practical limits encountered by the World Social Forum that led to the non-realization of the political horizon expressed in its motto, “another world is possible”?

Our working hypothesis is the preliminary assessment that, throughout its trajectory, the Forum exhibited a theoretical-practical content subsumed under a politicist perspective, which sterilized its capacity to conceive a concrete alternative to the contradictions of the capitalist mode of production to which it opposed itself.

The study is organized into three parts. In the first part, we analyze the genesis and trajectory of the World Social Forum, with emphasis on the periods from 2001 to 2005 and from 2006 to 2012. In the second section, we examine the political program that guided the Forum in its practical implementation. Finally, in the third part, we subject the data gathered in the two preceding sections to a critical analysis, seeking to identify the real content expressed in the movement’s practical development, as well as its social function and the limits imposed by the politicist perspective on the transformation of the world.

To carry out this study, we draw on methodological contributions developed primarily by Karl Marx and subsequently elaborated by various Marxist authors, with particular emphasis on the Brazilian philosopher José Chasin, who formulated the concept of politicism. Based on these approaches, we seek to analyze the theoretical and political development of the World Social Forum in connection with the historical-economic development of the capitalist mode of production and the development of class struggles in the Brazilian context.

Keywords: World Social Forum; Social Movements; Human Emancipation; Citizenship; Politicism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A HISTÓRIA DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL	17
2.1 O ambiente de gênese do Fórum Social Mundial: Debate acerca das convenções analíticas	20
2.2 O Fórum Social Mundial em seu tempo: Os anos de Porto Alegre (2001-2005) 35	
2.3 O Fórum Social Mundial em seu lugar (2006-2012)	51
3. O PROGRAMA POLÍTICO DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: COMO POSSIBILITAR O “OUTRO MUNDO”	60
3.1 O ator político da construção do “Outro Mundo”	61
3.2 O mundo antes do “Outro Mundo”	69
3.3 O caminho para o “Outro Mundo”: A estratégia do Fórum Social Mundial 79	
3.4 Os tijolos amarelos do caminho para o “outro mundo”: Propostas e reivindicações práticas do Fórum Social Mundial	87
4. OS LIMITES DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL	98
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	130

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objeto de análise o Fórum Social Mundial, o qual entendemos se tratar de um dos principais acontecimentos ligados ao campo político de esquerda brasileira no Séc. XXI. Analisaremos seus dois primeiros períodos de existência, sendo o primeiro de sua inauguração em Porto Alegre, até a sua internacionalização e saída da cidade, o qual compreende o período de 2001 a 2005, e o segundo, sendo o período que se estende de sua internacionalização até a intensificação de seus processos de debates internos e crise, de 2006 a 2012, portanto, buscamos cobrir todo o período de 2001 até 2012 da história desse movimento.

O movimento se destacou por sua oposição ao neoliberalismo, e por sua capacidade de atrair para seus eventos amplos setores dos movimentos de esquerda brasileiros, proclamando em sua inauguração o fim do “fim da história”, afirmando através de seu lema que “Um outro mundo é possível”, um mundo “onde caibam muitos mundos”. O movimento se destacou também por sua forma de atuar politicamente, que buscava se afastar das experiências históricas de movimentos políticos de esquerda internacionais, propondo uma linha de atuação não deliberativa, a qual o impediria de dirigir a luta dos movimentos que o compunham. Essa proposta era ampliada para a sua forma organizativa, a partir da qual os seus organizadores o concebiam não como um movimento político, mas como uma “praça aberta”, horizontal e democrática.

Considerando o Fórum enquanto um movimento destacado para se analisar a trajetória da esquerda brasileira no início do século, chegando a contar em seus eventos mundiais com um público de mais de 150 mil pessoas, surgiu-nos a pergunta que orienta esse trabalho: “Qual foram os limites teórico-políticos encontrados pelo Fórum Social Mundial, que resultaram no fato de que, após 20 anos de sua inauguração, ele não tenha conseguido efetivar a construção de um outro mundo alternativo ao que se opunha?”. Para tanto, apresentamos, enquanto hipótese inicial, que esse movimento encontrou o limite de sua efetivação por estar subsumido a uma lógica estritamente politicista, a qual esterilizou o movimento de almejar a construção de uma alternativa concreta à forma societária estabelecida.

Tomamos a categoria de politicismo, principalmente a partir das contribuições teóricas do filósofo paulista José Chasin, o qual descreve esse fenômeno como simétrico ao economicismo:

O politicismo, entre outras coisas, fenômeno antípoda da politização, desmancha o complexo de especificidades, de que se faz e refaz permanentemente o todo social, e dilui cada uma das “partes” (diversas do político) em pseudopolítica. Considera teórica e praticamente, o conjunto do complexo social pela natureza própria e peculiar de uma única das especificidades (política) que o integram, descaracterizando com isto a própria dimensão do político, arbitrariamente privilegiada. (Chasin, 1982, p.5).

Estabelecemos enquanto objetivo principal deste trabalho a realização de uma análise crítica do Fórum Social Mundial, que busque entender o conteúdo teórico-prático apresentado por este ao longo dos seus primeiros dois períodos de atuação. Para tal, nos orientamos metodologicamente pelas contribuições de Karl Marx – e de um conjunto de autores ligados à linha de pensamento denominada como marxista –, buscando fazer uma pesquisa que realize o percurso metodológico desenvolvido pelo autor alemão, a partir do qual entendemos que seja possível avançarmos para além de uma apreensão da aparência imediata do Fórum Social Mundial, e encontrarmos os seus conteúdos essenciais, de modo que procuramos construir nosso trabalho orientados pela forma que Marx descreveu o método de realização de suas pesquisas:

A investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real, se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. (Marx, 2017, p.90).

Partindo dessa consideração, entendemos que nossa hipótese deve ser testada no confronto com a realidade do Fórum Social Mundial, confronto este que não pode existir sem que construamos um quadro que vise ser o mais completo possível dentro das limitações próprias deste trabalho, e no qual devemos observar o processo histórico do Fórum, bem como o programa político proposto por esse movimento.

Entendemos que os nexos internos não são imediatamente reconhecidos através da observação da aparência deste movimento, por meio da qual poderíamos acabar por reproduzir os discursos apologeticos realizados pelos seus entusiastas e idealizadores, tratando o Fórum como uma organização que não se caracteriza enquanto um movimento político, mas sim como uma “praça aberta” sem lideranças e sem um programa político. Devemos buscar então os conteúdos reais que se manifestam por meio de sua efetivação política, entendendo que os movimentos políticos são como descritos por Marx:

E, assim como na vida privada se costuma diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se diferenciar tanto mais as fraseologias e ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses, deve-se diferenciar as suas concepções da sua realidade. (Marx, 2011, p.61).

Buscando a diferenciação entre o discurso e a efetivação prática, bem como a demonstração de nossa hipótese, realizamos a divisão do presente trabalho em três seções distintas. Sendo as duas primeiras direcionadas à observação e à investigação do Fórum Social Mundial em sua aparência imediata: a primeira seção parte da análise histórica do movimento, enquanto a segunda da reconstituição do seu programa político. A terceira seção se distingue das duas primeiras, visto que, nela, iremos analisar criticamente os dados organizados nas duas seções anteriores, a fim de completarmos o percurso proposto por Marx, e entendermos o quadro concreto do movimento.

A primeira seção deste trabalho será dividida em três tópicos. Buscaremos, em um primeiro momento, realizar a análise do período que antecede a inauguração do Fórum Social Mundial, o qual entendemos como uma influência fundamental na construção do movimento. Nesse sentido, analisaremos o contexto histórico-econômico do Brasil durante os anos 1990, relacionando esse contexto com os desenvolvimentos ideológicos e econômicos mundiais. Em nosso recorte, priorizamos o cenário nacional, por entendermos que o Fórum, apesar de ser uma organização de abrangência internacional, deve ser entendido enquanto um fenômeno político brasileiro, país que significou não apenas o local de sua sede em seu primeiro período, mas também representa o espaço onde o movimento realizou a sua gênese e no qual o movimento exerceu a sua maior influência política e teórica. Entendemos que, a partir da análise do contexto brasileiro, relacionado com o desenvolvimento internacional, podemos avançar no entendimento concreto do Fórum, minimizando os riscos de reproduzirmos uma análise em que o movimento seja apreendido enquanto um movimento gestado internacionalmente, deslocado dos processos das lutas de classes.

Os dois tópicos subsequentes de nossa primeira seção compreendem os dois primeiros períodos de existência do Fórum, sendo eles: 1) Os anos de maior projeção do movimento, de 2001 a 2005, período em que os eventos mundiais ocorrem, em sua maioria, na cidade de Porto Alegre. Nesse período, o Fórum Social Mundial estabelece as suas características fundamentais, desenvolvendo a sua Carta de Princípios e suas instâncias internas; 2) O período caracterizado pela internacionalização do Fórum, de 2006 a 2012, foi quando os eventos passam a serem realizados em diferentes países. É um período marcado pelos debates internos acerca dos delineamentos organizativos do movimento, que passa a ter a sua legitimidade questionada tanto pelos seus intelectuais quanto por sua base.

Constatamos a existência de um terceiro período que, iniciado em 2013, segue até os dias atuais. Esse período, marcado pelo prolongamento da crise e da perda de projeção do

movimento, não será tratado em nosso trabalho, devido ao fato de que em nosso levantamento bibliográfico não foi possível encontrar dados e produções bibliográficas referentes a ele em uma quantidade que justificasse sua análise – escasseamento que entendemos como um dos sintomas da crise e da perda de projeção do movimento –, bem como por entendermos que a observação dos dois primeiros períodos revelam grande parte das características fundamentais do movimento, assim como revelam as tendências que provocam a crise que o movimento entra a partir de 2012 e 2013.

Após a investigação do processo de construção e realização do Fórum, e de seus eventos mundiais, buscaremos reconstituir, na segunda seção do presente trabalho, o programa político que orientou a atuação do Fórum Social Mundial, o qual devido às características particulares desse movimento –que nega a existência de qualquer forma de programa político – deve ser investigado através das produções oficiais do movimento e da Carta de Princípios, bem como das produções bibliográficas dos principais intelectuais e organizadores do Fórum.

Essa segunda seção do nosso trabalho será dividida em quatro tópicos, através dos quais buscamos reconstituir da forma mais ampla possível os delineamentos teóricos que orientaram a atuação do movimento. Partindo da investigação do sujeito de transformação social, ao qual o Fórum prioriza como o seguimento capaz de realizar o horizonte político almejado, analisaremos as heranças teóricas que os intelectuais do Fórum apresentam ao debaterem esse tema. Além disso, analisaremos os tratamentos próprios que geram o sujeito político priorizado em seu programa, o qual identificamos enquanto a idealização da chamada “Sociedade Civil Planetária”, uma forma de sociedade civil autônoma e engajada nas lutas sociais.

No segundo tópico da nossa segunda seção, seguiremos a investigação das características teóricas fundamentais do movimento, e buscaremos entender como o fórum compreendia a realidade em que estava inserido, e à qual buscava se opor. Observaremos, também, como se deu a análise do Fórum acerca do Neoliberalismo, bem como se caracterizavam os seus delineamentos teóricos acerca dos temas que são apresentados em sua Carta de Princípios, como democracia, totalitarismo, Estado e Sociedade Civil.

Nos dois últimos tópicos da segunda seção, analisaremos as orientações estratégicas e táticas presentes no programa do Fórum Social Mundial, investigando a forma como o movimento entendia o seu horizonte político e buscando entender do que se trata o “outro mundo” almejado em seu lema. Seguiremos a análise, no último tópico da seção, investigando as propostas que o programa político do Fórum apresentava e como elas estavam relacionadas à construção de seu horizonte.

Em nossa segunda seção, buscaremos reconstituir e descrever o programa do Fórum Social, porém não realizaremos nela a análise crítica dos conteúdos impressos em sua perspectiva teórico-política, por entendermos que assim evitamos possíveis erros de encaixe do objeto em nossa hipótese, ao invés de testarmos a hipótese em relação à concretude do objeto.

A análise crítica será realizada em nossa terceira seção, na qual buscaremos submeter o conjunto daquilo que apresentamos nas duas primeiras seções à uma leitura crítica, retomando aquilo que foi exposto com o intuito de retirar do quadro geral apresentado os nexos internos do movimento e o seu conteúdo teórico-prático real.

A terceira seção do nosso trabalho está dividida em cinco tópicos que buscam analisar diferentes aspectos do conteúdo apresentado pelo Fórum. Iniciamos a seção com um tópico referente ao significado do legado de 1968, no qual analisaremos o conteúdo e características básicas das correntes pós-modernas, as quais influenciaram amplamente o Fórum Social Mundial, e apresentaremos essas influências e discutiremos o seu real significado.

Seguiremos a mesma direção no segundo tópico da terceira seção, no qual discutiremos as heranças ideológicas recebidas pelo Fórum por parte dos desenvolvimentos políticos nacionais. Nessa seção, apresentaremos de maneira detalhada a caracterização do politicismo, entendendo que nesse ponto de nossa investigação conseguimos afirmar que de fato o Fórum Social Mundial apresentou um conteúdo teórico-prático politicista.

Ampliaremos nosso debate teórico discutindo as implicações do politicismo e o afastamento dos movimentos subsumidos a essa perspectiva do horizonte político da Emancipação Humana. Discutiremos, nesse aspecto, o seccionamento do Humano – enquanto ente determinado por uma complexidade de fatores – realizado pelo Fórum Social Mundial, na direção de um ser entendido unicamente através de sua existência política. Entendemos que, nesse tópico, conseguiremos submeter a idealização do sujeito político expresso no programa do Fórum, e a apreensão do sujeito real que esse programa prioriza, o qual entendemos se tratar do Cidadão enquanto expressão unicamente política do ser humano.

No quarto tópico desta seção, submeteremos o conteúdo prático do Fórum Social Mundial a uma análise de suas efetivações, e investigaremos a forma como as propostas do Fórum estavam alinhadas ao seu caráter politicista e, portanto, limitadas dentro do quadro societário a que procuravam se opor.

No tópico que encerra a terceira seção, buscaremos concluir nossa investigação através da análise do caráter de classe e da função social que o Fórum Social Mundial apresentou em sua efetivação ao longo dos anos estudados. Nesta seção, destacaremos os motivos de sua crise

e os limites impostos pelo politicismo para a efetivação de seu horizonte político, bem como discutiremos as particularidades do politicismo apresentado pelo movimento.

2. A HISTÓRIA DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O primeiro mês do século XXI viu surgir uma nova organização internacional dos movimentos ligados ao campo político da esquerda, o Fórum Social Mundial, que a partir de 2001, com o seu principal lema “Um outro mundo é possível!”, se lançou em oposição ao ascenso que o chamado “neoliberalismo” vinha realizando durante a década anterior, no fechamento do século XX.

Sua história foi marcada por uma gigantesca repercussão, principalmente nos eventos ocorridos na cidade de Porto Alegre, no período de 2001 a 2005, os quais chegaram a apresentar a expressiva marca de 155.000 participantes em uma única edição (Bülow, 2015, p.15) – sucesso que inscreveu o Fórum Social enquanto um dos mais importantes acontecimentos relacionados aos movimentos de esquerda do mundo todo, com especial impacto para a esquerda brasileira.

Transcorridas mais de duas décadas desde a inauguração do primeiro evento do Fórum Social Mundial, o atual estágio do desenvolvimento histórico-econômico indica que o movimento encontrou limitações em propor uma oposição contundente ao neoliberalismo, o que aparentemente impediu a efetivação do “outro mundo” como uma alternativa a esse modelo. Neste sentido, o que nós buscaremos realizar na presente seção de nosso trabalho, é a análise de como se apresentaram e se desenvolveram estes aparentes limites, concomitantemente à observação de como se deram os debates internos e como ocorreram as reflexões acerca desse processo, afinal, qual foi o limite encontrado para a efetivação do “outro mundo”?

Tomamos, como ponto de partida para a realização desta análise histórica do Fórum Social Mundial, a contribuição da pensadora polonesa Rosa Luxemburgo a partir de seu livro *A Crise da Social-Democracia*, em que a autora debate sobre a crise que se instaurou no Partido Social-Democrata Alemão com o início da Primeira Guerra Mundial, e com a falência do projeto político representado pela II Internacional:

Precisava ter sido assim? Um acontecimento dessa importância não é certamente uma brincadeira do acaso. Ele deve ter profundas e consideráveis causas objetivas. Mas essas causas também podem residir nos equívocos da liderança do proletariado, na social-democracia, na falência de nossa vontade de lutar, de nossa coragem, da

lealdade às nossas convicções. O socialismo científico nos ensinou a compreender as leis objetivas do desenvolvimento histórico. Os homens não fazem arbitrariamente a história, mas, apesar disso, fazem-na eles mesmos. A ação do proletariado depende do grau de maturidade do desenvolvimento social, mas o desenvolvimento social não é independente do proletariado, este é, em igual medida, sua força motriz e sua causa, assim como seu produto e sua consequência. Sua própria ação faz parte da história, contribuindo para determiná-la. (Luxemburgo, 2018, p.16).

Sem ignorar as óbvias diferenças históricas e políticas entre o caso que estudamos e aquele no qual Rosa Luxemburgo se debruçou durante a escrita de seu texto, suas contribuições indicam um possível caminho pelo qual nossa análise se guiará buscando uma maior apreensão das questões relativas ao nosso tema. A primeira consideração que se deve fazer é acerca das “profundas e consideráveis causas objetivas”, em que se deve observar as relações complexas entre o desenvolvimento histórico-econômico e o objeto tratado, afinal, “os homens não fazem arbitrariamente a história”, pois a estes é legado um conteúdo historicamente dado, porém “fazem-na eles mesmos”. Devemos entender também as orientações teóricas e programáticas que determinaram a forma com que o Fórum analisava a realidade em que estava inserido, e o seu modo de tentar efetivar, ou não, a construção do “possível outro mundo”.

Portanto, para seguirmos esse caminho, devemos primeiro observar os aspectos mais gerais de nosso objeto de pesquisa e traçar um histórico que descreva o que foi o Fórum Social Mundial, e como esteve relacionado ao desenvolvimento histórico-econômico de seu tempo. Neste sentido, dividimos a história do Fórum em três fases distintas.

A primeira fase do Fórum Social Mundial, seu período de maior projeção, estende-se do primeiro evento ocorrido em 2001 até a sua quinta edição em 2005. Neste período, o fórum se caracterizou pelos chamados encontros “centralizados”, ocorridos em uma única cidade, com maior destaque para Porto Alegre. O primeiro ciclo foi marcado por um grande sucesso de público, atraindo a atenção de uma enorme gama de movimentos políticos. É neste período que encontramos a maior produção bibliográfica acerca do Fórum, o que discutiremos adiante.

Podemos caracterizar como um segundo momento os encontros que ocorreram de 2006 até 2012. Esse período foi marcado pela internacionalização do Fórum, com sua saída da cidade de Porto Alegre e a realização de eventos “policêntricos”, em que se buscou construir eventos paralelos em diversas cidades, como em 2006, quando o evento ocorreu simultaneamente em Caracas, na Venezuela, e em Bamako, no Mali. Neste período, os eventos começaram a passar por dificuldades maiores comparadas ao período anterior, que resultam na diminuição de público na maioria dos eventos mundiais e na gradual perda de repercussão do movimento como um todo. Além disso, neste período, também começam a se destacar uma série de debates acerca do futuro e do caráter político do Fórum.

Essa mudança de momentos também foi notada e apresentada nos trabalhos de pesquisadores que estudaram o Fórum Social Mundial, como no trabalho de Natália Lima de Araújo, intitulado *Outro mundo é possível? Narrativas, desafios e perspectivas do Fórum Social Mundial*. Essa segunda etapa é identificada como um período de questionamentos, permeado por uma “disputa entre atores que desejam que o FSM se mantenha como um espaço aberto sem líderes, sem hierarquias ou agendas políticas, e os que desejam que o fórum se assemelhe mais ao movimento social” (Araújo, 2018, 60). No trabalho de Mauricio Bernardino Gonçalves, *Esquerda pós-moderna e emancipação social: uma resposta ao Fórum Social Mundial*, o autor argumenta que, a partir de 2006, o Fórum entra em uma etapa descendente, que se seguiria desse ano em diante (Gonçalves, 2010, p.58).

Em ambos os estudos observados, a segunda etapa – e em decorrência a terceira para o caso do primeiro trabalho – ocorre com uma periodicidade diferente da que utilizaremos neste trabalho. Para (Araújo, 2018), a segunda fase ocorre de 2006 a 2010, e a terceira de 2011 em diante, enquanto para (Gonçalves, 2010), devido ao momento da realização de seu trabalho – o que impossibilitou o autor de observar os desdobramentos posteriores do Fórum – a segunda fase ficou estabelecida como tendo ocorrido de 2006 em diante.

As diferenças apresentadas em nosso trabalho em relação aos estudos desenvolvidos por outros pesquisadores acerca do tema – como será possível observar ao longo do desenvolvimento desta dissertação – decorrem do percurso teórico-metodológico que realizamos, bem como das considerações que desenvolvemos durante a análise do Fórum Social no que tange ao desenvolvimento histórico-econômico em que está inserido.

Identificamos ainda uma terceira fase, que compreende o período de 2013 em diante. Esse período apresentou uma diminuição vertiginosa da produção acerca do movimento, como também da repercussão e do público participantes nos eventos. Por esta escassez de fontes a serem trabalhadas, bem como pelo entendimento que a observação das tendências apresentadas nos dois períodos anteriores compreende de maneira satisfatória os desdobramentos posteriores do movimento, decidimos, portanto, não discutir o período na presente seção, apesar de indicarmos na seção final de nosso trabalho, parcialmente, os seus desdobramentos.

Um último delineamento em nossa análise sobre o processo histórico do Fórum que devemos pontuar, é a escolha de quais eventos selecionamos para nosso estudo. Durante todo o processo do Fórum Social, não ocorreram apenas os encontros mundiais, houve também uma série de eventos menores, que aconteciam de forma relacionada e em consonância com os princípios que orientavam o Fórum Mundial. Esses eventos foram realizados em escalas regionais, nacionais e continentais, bem como ocorreram fóruns voltados a um único tema

específico, como o Fórum Mundial de Educação. A escolha que realizamos para nossa análise se deu pelo entendimento de que os diferentes fóruns que aconteciam em consonância com o Fórum Mundial acabavam por confluir nos debates realizados durante os encontros mundiais, de forma que a observação desses é suficiente para ampla apreensão do movimento político e de suas características fundamentais. Coaduna nossa escolha metodológica a escassez de fontes bibliográficas e estudos que tratem desses outros fóruns mais localizados.

Observada, em linhas gerais, a periodização que utilizaremos neste capítulo, bem como nossos delineamentos metodológicos acerca dos eventos a serem analisados, poderemos avançar então para uma observação mais aprofundada de cada etapa da história do Fórum, iniciando pelos antecedentes desse movimento e o seu processo de gênese.

2.1 O ambiente de gênese do Fórum Social Mundial: Debate acerca das convenções analíticas

Uma das convenções que se estabeleceu, dentro do debate sobre a história do Fórum, foi a afirmação de que o FSM se enquadra enquanto a culminação de um processo de ascensão mundial das lutas sociais, processo que seria exemplificado por grandes acontecimentos da década de 1990, como o Levante Zapatista, no México, em 1994, e o protesto contra a Organização Mundial do Comércio, que ficou conhecido como “A batalha de Seattle”, de 1999. Essa convenção foi estabelecida e fortalecida pelas produções bibliográficas de cunho apologético que buscaram estudar a história desse movimento político, principalmente as produções realizadas por intelectuais e entusiastas ligados ao Fórum.

Os eventos citados representariam a emergência da “esquerda global”, ou de um “movimento global”, como é tratado por José Corrêa Leite, em *Fórum Social Mundial: A história de uma invenção política*, livro em que o autor discute o processo de construção do Fórum e seus primeiros eventos. Nesta obra, o autor descreve a gênese do Fórum como algo que “se constitui por meio de um ciclo de crescentes protestos internacionais contra as instituições que buscam gerir a globalização neoliberal.” e que, ao mesmo tempo, “buscavam construir uma identidade afirmativa, reunindo-se em muitos encontros e contracúpulas, até o Fórum Social Mundial congregá-los.” (Leite, 2003, p.43). O Fórum, portanto, representaria para o “movimento global” uma etapa superior (Leite, 2003, p.62).

Afirmção similar é encontrada em *Cadernos do Outro Mundo*, trabalho escrito por Julia Ruiz Di Giovanni, em que a autora aponta o paralelismo entre o Fórum Social Mundial e o Fórum Econômico Mundial, afirmando que “O Fórum Social Mundial é concebido nesse

espírito como evento simultâneo antagônico à realização anual do Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça. Trata-se assim de uma espécie de contra-evento, como os protestos de Seattle e Praga” (Di Giovanni, 2015, p.25).

Mesmo em trabalhos críticos ao Fórum, podemos encontrar a repetição desta convenção, como no trabalho de Mauricio Bernardino Gonçalves, no qual o autor busca no Levante Zapatista e nos protestos de Seattle o ambiente de gênese das características fundamentais apresentadas pelo Fórum, “essas duas experiências carregam, no essencial, as características que viriam a ser incorporadas e materializadas pelo Fórum Social Mundial alguns anos depois.” (Gonçalves, 2010, p.42).

A partir de nossa análise, porém, chegamos a uma outra visão do ambiente político e histórico em que o evento foi gestado, partindo de um recorte metodológico onde o FSM é entendido como um processo intrinsecamente relacionado aos movimentos que integram o campo político da esquerda brasileira, e, portanto, em que a análise da conjuntura política e econômica nacional¹ se faz essencial para uma compreensão do ambiente do qual o Fórum Social Mundial surgiu. Em nossa perspectiva, entendemos que o ambiente de gênese do Fórum é um ambiente de refluxo teórico-prático da luta política dos movimentos de esquerda – como buscaremos demonstrar nesta presente seção – e, portanto, apresentaremos considerações divergentes de parte da produção bibliográfica realizada acerca do tema.

O entendimento do Fórum enquanto um fenômeno da esquerda brasileira, porém, não limita a nossa análise ao âmbito nacional, alheio e separado do resto do mundo, pelo contrário, possibilita uma leitura dos processos aos quais estavam inseridos os atores políticos presentes em sua fundação, dentro da dinâmica do desenvolvimento histórico-econômico mundial e de suas determinações complexas no cenário nacional – sem, no entanto, recorrer a atores políticos imaginários e idealizados, que estavam isolados do cenário nacional e existindo somente supranacionalmente, de onde conseguiam colher apenas as vantagens de pertencerem a um “movimento global” em ascensão, como é o caso do suposto “movimento de esquerda global”.

Devemos, neste sentido, observar atentamente a década que precede a inauguração do movimento e as influências do período no desenvolvimento próprio do Fórum Social Mundial.

¹ Esse sentido é explicitado pela imensa participação de brasileiros nos fóruns, principalmente em seu período de maior repercussão, 2001 a 2005, em que se observa que 85,9% dos participantes eram brasileiros (Santos, 2005, p.66). Além disso, a organização do primeiro encontro foi realizada por oito movimentos brasileiros: ABONG, ATTAC-Brasil, CBPJ, CUT, IBASE, Cives, CJG e MST (Leite, 2003, p.63), que continuaram exercendo forte representação mesmo após a abertura do Conselho Internacional. Inegável também é o impacto e influência do Fórum Social Mundial nos movimentos de esquerda desse país, por ter sido muito maior no Brasil, como podemos notar na discussão realizada por Julia Ruiz Di Giovanni acerca da memória sobre o FSM (Di Giovanni, 2015), influência também que buscaremos destacar ao longo deste trabalho.

Para a esquerda brasileira, esse período significou o oposto do que as análises mais apologéticas costumam afirmar, como observado na obra *História do PT*, escrito por Lincoln Secco, em que o autor, ao analisar a história do PT, particularmente na década de 1990, destaca que esse decênio, “embora marcado internamente por um grande movimento de massas que derrubara o presidente da República, não era de avanço mas de retrocesso social”. O autor conclui suas elaborações acerca desse período de forma ainda mais alheia aos apontamentos convencionais realizados na bibliografia que consultamos sobre o Fórum, mostrando que, longe de existir uma ascensão dos movimentos sociais mundialmente, a realidade era o oposto, pois “No plano internacional o neoliberalismo dominava.” (Secco, 2023, p.177).

No mesmo texto, Lincoln Secco aponta para uma diminuição do número de greves ocorridas a partir da segunda metade da década, em que a média mensal teria caído para 46, em 1999, e que “O número de trabalhadores/hora parados caiu no mesmo período de 12.658 a 2.874.” (Secco, 2023, p.178), demonstrando que por um lado, enquanto o neoliberalismo afirmava a sua dominação, por outro a luta defensiva dos trabalhadores pelos seus direitos e pela manutenção de salários decaía.

Essa diminuição do número de greves para um patamar bem abaixo do período anterior é demonstrada pela queda que se observa a partir do ano de 1989, em que foram deflagradas 1.962 greves², seguido pelo ano de 1990, com 1.773, e com a diminuição drástica no ano de 1991, onde ocorreram 1.041 greves, seguida de uma diminuição de quase metade no ano de 1992, no qual foram registradas 556 greves. Os anos de 1994 a 1997 apresentam uma recuperação, ainda abaixo das taxas de 1989 até 1991, com uma média superior a 1000 greves ao ano, porém esse número cai novamente em 1998, mantendo estabilidade até 2001, com uma média de 521,8 greves ao ano e apresentando poucas variações no período posterior (Dieese, 2015, p.43).

Recorremos ao número de greves como um dos principais indicativos pois, através disto podemos observar o estado das lutas de classes em um determinado período de tempo e local, compreendendo que não devemos entender as greves de maneira isolada, – nem entre si, nem dentro de suas reivindicações – mas sim como discutindo por Rosa Luxemburgo, em *Greve de massas, partidos e sindicatos*, obra na qual a economista polonesa apresenta a concepção de que se deve observar os processos de greves a partir de um recorte temporal amplo:

É completamente incorreto conceber a greve de massas como um ato, uma ação isolada. A greve de massas é, antes, a denominação, o conceito aglutinador de todo um período de anos, talvez de décadas de lutas de classes. (Luxemburgo, 2018, p.299).

² Esse número só foi superado em 2013, ano que marcou 2050 greves (Dieese, 2015, p.43).

Ao avaliar a forma como as greves ocorrem em um determinado período, é possível inferir que elas representam também, no caso da ascensão das lutas grevistas, um momento de maior organização da classe trabalhadora tanto para a defesa de seus direitos quanto para a luta pela elevação do nível médio de vida a que esta classe está submetida.

Ainda segundo as contribuições de Rosa Luxemburgo, mesmo quando as greves acontecem voltadas para questões econômicas – como nas reivindicações pela manutenção do nível dos salários – elas ainda podem exercer um impulso para as lutas políticas, já que “Em suma a luta econômica é o que leva de um entroncamento político a outro, sendo a luta política a fecundação periódica da terra para a luta econômica. (Luxemburgo, 2018, p.303). Estando, nesse aspecto, conectadas as lutas econômicas com as lutas propriamente políticas, podemos entender que os períodos de rebaixamento das lutas grevistas indicam também períodos de menor avanço político dos movimentos e partidos ligados às demandas dos trabalhadores.

Além destas características, as greves ainda apresentam um elemento pedagógico de “escola política viva”, através das quais os trabalhadores poderiam adquirir “alto grau de educação política, consciência de classe e de organização.” (Luxemburgo, 2018, p.286), servindo, portanto, como um período de fortalecimento ideológico para esta classe, que pode chegar a se aproximar de uma perspectiva ideológica de transformação social.

A possibilidade da utilização das greves como indicadores políticos e ideológicos é apresentada também pelo pensador marxista russo Vladímir Ilitch Lênin. Em um texto presente na coletânea, *Sobre os sindicatos*, o autor, ao discutir o processo revolucionário ocorrido no Império Russo em 1905, aponta para a necessidade da análise das estatísticas de greves para a compreensão real desse processo revolucionário:

“Pode-se inclusive afirmar que não é possível compreender os acontecimentos da revolução russa e a sucessão de suas formas políticas se não se estuda a essência desses acontecimentos e dessa sucessão de formas através das estatísticas das greves” (Lênin, 1979, p.160).

Mais adiante, no mesmo texto, Lênin ressalta que estas estatísticas também demonstrariam “a grande energia do proletariado” (Lênin, 1979, p.160) para a luta política, ou seja, mesmo quando o número total de greves é composto parcialmente por greves econômicas, estas estatísticas ainda servem para se atestar o avanço ou o refluxo das lutas políticas. Entendemos também que estas estatísticas possibilitam um estudo de um determinado período das lutas de classes, indicando o nível de mobilização e de elevação da consciência de classe dos trabalhadores.

Em decorrência, podemos entender que os momentos de refluxo do movimento grevista podem indicar o contrário: há não só o rebaixamento do nível de vida dos trabalhadores, por

meio da perda dos direitos conquistados nos períodos de maior intensidade da luta política, em que o baixo número de greves pode indicar a pouca capacidade desta classe em organizar um movimento de defesa, como também indica um período de deseducação política da classe trabalhadora, em que a consciência de classe desenvolvida nos momentos de ascensão da luta de classes pode ser diluída.

Retomemos o cenário de desarticulação dos movimentos de greves no Brasil durante a década de 1990. Esse processo significou um abalo político e ideológico, sentido principalmente pela esquerda brasileira que havia se articulado ao final do período ditatorial – no final da década de 1970 e início de 1980 –, que foi marcado pelas mobilizações grevistas. Recorremos novamente ao texto de Lincoln Secco, em que o autor atesta os efeitos do rebaixamento do número de greves no Partido dos Trabalhadores, identificando que essa mudança acaba gerando um “declínio da militância” petista, uma mudança marcada pela burocratização do partido e dos sindicatos dirigidos por este, visto que “o PT como a CUT chegam ao final deste capítulo, inteiramente transformados.” (Secco, 2023, p.186).

A transformação da CUT exemplifica a influência direta dos impactos desta conjuntura política adversa na articulação do Fórum. A Central Única dos Trabalhadores foi uma das oito organizações fundadoras do Fórum, fazendo parte do Comitê Organizador do primeiro evento em Porto Alegre, que foi responsável pela concepção das linhas políticas adotadas pelo movimento em sua Carta de Princípios.

Um processo político que se destaca no período de gestação do fórum, e que devemos observar, é a crise e o colapso do chamado “Socialismo Real” – processo que marcou a queda das experiências pós-capitalistas do Leste Europeu e foi um dos acontecimentos políticos mais impactantes para o campo de esquerda brasileira. O filósofo húngaro István Mészáros traz um resumo desse período em seu livro *Para Além do Capital*:

O fracasso da perestroika teve muito a ver com o modo arbitrário pelo qual as personificações soviéticas do capital, sob a liderança de Gorbachev, tentaram transplantar alguma das relações de controle sóciometabólico das sociedades ocidentais avançadas para uma situação política econômica que objetivamente resistia a elas. Como mencionado no capítulo 2, a implosão do sistema soviético do capital foi devido, acima de tudo, à contradição, por quase sete décadas, entre o papel do estado de aumentar a socialização da produção por meio da força e de meios política e a necessidade do regime pós-brezhnev de colocar o trabalho recalcitrante – mas coletivamente organizado e administrado pelo próprio Partido – sob o controle mais firme possível de um “mecanismo de mercado” quase-automático dentro da estrutura da perestroika. (Mészáros, 2002, p.773).

Esse colapso atingiu as organizações e partidos ligadas a esquerda e ao comunismo por todo o planeta, levando tanto a cisões internas, quanto ao abandono do marxismo por um amplo

setor desse campo político em decorrência da identificação – que consideramos errônea – de que as experiências ocorridas no leste europeu eram o conteúdo último do socialismo, ou mesmo do marxismo.

A chegada dos impactos desse colapso no Brasil produz, como caso mais característico, a ruidosa crise e cisão do PCB, em 1992, quando aquele que era o partido mais antigo em funcionamento no país passa por uma ampla cisão, em que parte de sua direção organiza o PPS, enquanto parte da base partidária busca reorganizar o PCB. A influência do colapso para a crise do PCB-PPS é discutida no trabalho *A questão democrática no contexto da crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB): 1979-1987*, de Milce Ferreira de Moura, como um dos fatores decisivos da crise que esse partido já vinha passando a alguns anos:

Vale assinalar que o golpe de Estado a Gorbatchov e o fechamento do PCUS em 19 de agosto de 1991 e a posterior desintegração da URSS seriam substanciais para reforçar essa proposta de dissolução do PCB. (Moura, 2005, p.174).

A crise gerada pelo colapso não atingiu somente os partidos que historicamente se alinhavam com os direcionamentos tomados pelo Partido Comunista da União Soviética, o PCUS. De forma menos ruidosa, mas também significativamente, a crise também atingiu as tendências internas que formavam o PT. O caso que melhor exemplifica como a crise impactou o Partido dos Trabalhadores é a cisão do Partido Revolucionário Comunista, o PRC, uma das tendências mais radicais do partido até aquele momento. Segundo Lincoln Secco, no texto citado anteriormente, “O Muro de Berlim caiu sobre o partido.” (Secco, 2023, p.146) o fato levou diversas tendências internas a romperem com o marxismo e a abandonarem de forma definitiva o horizonte político do socialismo.

No entanto o colapso do chamado “socialismo real” não gerou a crise sentida por estas organizações, mas serviu para intensificar o processo que já estava ocorrendo internamente nas organizações e partidos de esquerda brasileiros. Como pontuado por (Pandolfi, 1995, p.24), “Se o fim do comunismo na URSS representou o golpe de misericórdia no PCB, a crise do socialismo há muito atingia os comunistas brasileiros.”.

Uma das expressões desta ampla crise dos movimentos e partidos de esquerda brasileiros se dá por meio de uma profunda crise ideológica, que se instaura nesse campo político a partir do período de rearticulação da chamada “nova esquerda” entre o final da década de 1970 e o início de 1980.

Essa crise ideológica, identificada como a “crise dos paradigmas”, teve início com as contestações levantadas pelos movimentos políticos durante os protestos ocorridos na França, em maio de 1968. Estas contestações chegaram ao Brasil justamente no período em que a

esquerda política passava pela sua rearticulação, como observado por Angélica Lovatto em *Um momento fértil de superar uma dimensão de esquerda que se esgotou*, em que a autora discute as bases que teriam gerado o Partido dos Trabalhadores, apontando que, durante a década de 1980,

houve um movimento de revisão do marxismo no Brasil que seguia uma tendência surgida anteriormente nas Ciências Sociais, mais ou menos ali desde o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, que ficou mundialmente conhecida como “crise dos paradigmas” (Lovatto, 2018, p.82).

Essa crise se postulava pelo entendimento de que o marxismo “estaria ultrapassado, em função de “novas” manifestações dos fenômenos sociais, que exigiriam um “novo” modelo analítico.” (Lovatto, 2018 p.82), daí a busca pelo rompimento com esta concepção teórica e política.

Algumas das elaborações ideológicas apresentadas e desenvolvidas durante esta crise devem ser observadas com especial atenção, pois vieram a se tornar hegemônicas no discurso e prática dos movimentos de esquerda brasileiros após o colapso das experiências socialistas do Leste Europeu, justamente no período que identificamos como da gênese do Fórum Social Mundial, e assim influíram de forma substancial em seu programa político, como discutiremos nas próximas seções deste trabalho.

Estas elaborações ideológicas, originadas a partir da chamada “crise dos paradigmas”, são analisadas criticamente por João Emanuel Evangelista, no livro *Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno*. O autor discute os contornos teóricos da crise dos paradigmas na obra do sociólogo Eder Sader – um dos principais expoentes desse campo teórico no Brasil –, cujas obras foram fundamentais para a difusão das tendências ideológicas produzidas após 1968. O sociólogo observa que a crise dos paradigmas se desdobra de forma política e teórica:

Isto é, a “crise do marxismo” desdobra-se em crise política e teórica porque é acompanhada da “crise da teoria da revolução proletária” na medida em que são postas em xeque as anteriores certezas teleológicas de um socialismo concebido como a realização de uma missão historicamente, ditada como tarefa “ontológica” a ser cumprida pelo proletariado, o “sujeito revolucionário”. E, também, é crise teórica, com consequências na ampliação da crise política, porque a dinâmica da realidade social tornou-se impermeável a suas categorias explicativas. Atualmente, o marxismo seria apenas uma “fonte” datada, com alcance já esgotado para “novas” formulações e a produção de novos conhecimentos. Assim estaria aberto um período de “transição para algo novo” em termos de teoria social. (Evangelista, 1992, p.17).

Para abrir espaço para essa “transição para algo novo”, as correntes teóricas que se formam a partir da “crise dos paradigmas” precisaram contestar e abandonar as categorias centrais do marxismo, teórica e politicamente. O papel de “sujeito revolucionário” foi retirado do proletariado e pulverizado em uma miríade de “novos sujeitos políticos”, que questionariam não só a ordem estabelecida como conjunto de suas instituições, mas também aquelas que

ocuparam o papel de questioná-la, como os sindicatos e os partidos políticos. (Evangelista, 1992, p.16).

A esfera onde as lutas devem ocorrer sofre um achatamento, a partir do qual se passou a priorizar quase que exclusivamente o cotidiano, de forma que “O cotidiano passou a ser descoberto ‘enquanto espaço de reprodução da dominação ou de resistência contra ela’, produzindo-se a ‘politização do social’ e o ‘estilhaçamento da política’.” (Evangelista, 1992, p.16). Essa limitação à ação dentro do cotidiano elimina qualquer possibilidade de um devir para além do capital – como entendida pelo marxismo –, pois elimina a perspectiva em direção de uma possível tomada do poder político por parte da classe trabalhadora e de suas organizações: “A estratégia de ‘tomada do poder’ caducou e cedeu o lugar a ‘contestação imediata e cotidiana de cada relação de dominação’.” (Evangelista, 1992, p.16).

Essas concepções teórico-ideológicas são elaboradas e defendidas no Brasil por um grupo particular de autores³, intelectuais que formariam o que foi identificado por Angélica Lovatto, no texto *A corrente autonomista no Brasil e a classe operária: apontamentos críticos sobre a revisão do marxismo nos anos 1980*, como a “corrente autonomista”. Essa corrente teórica foi bastante influente na fundação do Partido dos Trabalhadores, contribuindo para que uma série de noções teóricas se tornassem parte do discurso defendido pelas organizações da “nova esquerda” brasileira.

Essa corrente se caracterizou pela recusa e pela contestação tanto do marxismo quanto do legado histórico do movimento operário – principalmente de orientação marxista –, de forma que “o chamado autonomismo, ao invés de defender algumas coisas, definia-se contra outras. Exemplo: era contra as vanguardas, contra o chamado populismo do pré-1964, contra o comunismo em geral e contra o PCB em particular.” (Lovatto, 2016, p.13). A aversão particular contra a concepção de vanguarda será uma das marcas mais profundas que essa tendência deixara nos movimentos de esquerda brasileiros, cumprindo aquilo que o Autonomismo buscava: “Grosso modo, os autonomistas queriam desviar, a todo custo, o movimento operário de qualquer espécie de concepção de vanguarda.” (Lovatto, 2016, p.13).

O autonomismo está relacionado com um conjunto mais amplo de teorias que formavam o ambiente ideológico hegemônico no campo de esquerda brasileiro, sendo um desdobramento particular de uma das tendências teóricas desse ambiente, como apontado por Angélica Lovatto. Segundo a autora, a corrente autonomista teria se desenvolvido a partir de um desdobramento

³ Esse grupo de intelectuais, no qual se destacam a filósofa Marilena Chauí e o sociólogo Eder Sader, gravitava nos entornos da Revista *Desvios*, seu principal meio de difusão teórica. (Lovatto, 2016, p.11).

da teoria do populismo, de Francisco Weffort: “o autonomismo é um subproduto da chamada “onda crítica” que girou em torno da teoria do populismo na vertente elaborada pelo cientista político Francisco Weffort” (Lovatto, 2016, p.11).

Esse apontamento se aproxima da contribuição teórica que José Chasin, elaborada no texto de 1989, *A sucessão na crise e a crise na esquerda*, em que o autor analisa o quadro político e ideológico do campo “na esquerda”⁴ do Brasil dentro do contexto das eleições presidenciais. A principal contribuição desse texto para a nossa análise se dá por meio da delimitação daquilo que o autor definiu como o “quadrilátero teórico-ideológico” hegemônico no campo na esquerda.

Essas quatro teorias que compõem o ambiente teórico hegemônico no momento da rearticulação da esquerda brasileira – onde foram articuladas as principais organizações existentes até a atualidade – determinam em grande medida o ideário adverso ao marxismo que se apresenta nas organizações de esquerda do Brasil, muito embora o conteúdo dessa aversão só venha à tona com o efetivo abandono da “aura marxista”, somente no período do colapso dos países pós-capitalistas:

[...] para esse efeito interessa assinalar que o edifício teórico em causa, quanto mais eminentemente teórico foi-se tornando, numa completa reconfiguração das características que possuía em suas precedências prático-políticas mais remotas, tanto menos proximidade foi mantendo com o universo marxista de ideias que, em suas origens, constituía bem ou mal sua linha de referência. Viu no quarto de século compreendido pelo processo, uma questão prático política – que só tem sentido real na esfera das indagações marxistas, paulatinamente ganhou por resposta a uma equação teórica divorciada do pensamento marxiano. Todavia, esse divórcio não significou uma separação da política uma vez que o caráter eminentemente teórico do percurso nunca assumiu a forma de uma recusa da prática, nem renunciou durante muito tempo a aura marxista (o que criou enormes confusões), só o fazendo muito mais recentemente, já sob o influxo das vagas internacionais da “morte de Marx”. (Chasin, 1989, p.73).

Para o autor, o interesse na análise destas quatro tendências se orientava pela necessidade de identificação e superação do quadro político em que o Brasil se encontrava – o qual entendemos que apresenta similaridades com o atual quadro político existente no país –, “Dito de outro modo interessa compreender a resultante prática da larga teorização efetuada que deslocou uma questão da esquerda para uma solução na esquerda e de uma forma radicalmente insatisfatória e problemática.” (Chasin, 1989, p.74).

⁴ Neste texto José Chasin realiza uma separação entre o que seria organizações políticas “de esquerda” e organizações políticas “na esquerda do campo do capital”, a partir da noção de o que caracteriza a divisão entre esquerda e direita, é respectivamente, a defesa das demandas do trabalho ou a defesa das demandas do capital, “– esquerda e direita – são índices de um mesmo gradiente político-societário, os designativos transpassam para o universo da contradição estrutural entre capital e trabalho.” (Chasin, 1989, p.57).

O quadrilátero teórico é formado, além da teoria do populismo, pelas teorias da dependência⁵, do autoritarismo, e da marginalidade. Esse conjunto de teorias tiveram abertura e origem a partir da análise econômica realizada pela teoria da dependência, desenvolvida ainda na década de 1960 e, portanto, a mais antiga das quatro. Para o autor, a principal característica deficitária que esta teoria apresenta expressa-se em suas divergências com o conjunto categorial do marxismo, a partir do qual, embora a teoria se coloque de forma crítica à construção autônoma do capitalismo no Brasil como imaginada pelos defensores do desenvolvimentismo, ela

não ultrapassa também as fronteiras da ilusão, pois, em sua ingenuidade real, retoma a velha quimera do superimperialismo com suas expectativas de felicidade planetária, através da civilização racional do capital em dueto com a perfectibilização dos processos representativos operacionais do estado. (Chasin, 1989, p.75).

Esta teoria da dependência, ao mesmo tempo em que criticava o ideal desenvolvimentista, também defendia uma associação dos países de capitalismo dependente com os países centrais, entendendo que a associação seria a única forma possível e desejável de solução para o quadro econômico⁶ da dependência, e que poderia avançar até uma coexistência pacífica “superimperialista”.

Esta teoria ainda apresenta, como uma de suas elaborações mais influentes para todo o ambiente teórico hegemônico no campo de esquerda brasileiro, a identificação entre “Democracia = política = liberdade”. Essa identificação é entendida por José Chasin como “a democracia desembaraçada de seu ser-precisamente-assim particular e por esse meio erigida em padrão, a um tempo genérico e insuperável de política igualada à liberdade, o que lhe confere a condição de arquétipo.” (Chasin, 1989, p.77), portanto, determinando como único fim desejável a continuidade estrita da democracia burguesa enquanto última forma de liberdade.

⁵ A teoria da dependência debatida por José Chasin neste texto, é a elaborada por Fernando Henrique Cardoso, o qual difere e empreende um árduo debate contra a Teoria Marxista da Dependência como podemos notar em seu debate com Ruy Mauro Marini (2000, p.167-241)

⁶ Podemos observar essa limitação na solução da dependência a partir das conclusões a que chega Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, após ambos afirmarem que “Tudo leva a crer que a passagem para o estabelecimento de um modo capitalista-industrial de produção relativamente desenvolvido em países dependentes assente-se em regimes políticos autoritários (sejam militares ou civis).” (Cardoso; Faletto, 1975, p.138). Ao mesmo tempo em que não apresentam nenhuma possibilidade de ruptura do capitalismo dependente pela via do socialismo, como apresentado pela Teoria Marxista da Dependência, os autores concluem que “Portanto, a superação ou a manutenção das ‘barreiras estruturais’ ao desenvolvimento e a dependência dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas “condições econômicas” Nesse sentido, tratamos de sugerir que oposições – presentes ou virtuais – poderiam dinamizar as nações industrializadas e dependentes da América Latina e que possibilidades estruturais haveria para um ou outro tipo de movimento social e político.” (Cardoso; Faletto, 1975, 143). Portanto, a única saída que se coloca seria uma coexistência dos países dependentes associados com os industrializados.

É justamente a partir desta identificação que se dá o desenvolvimento das teorias subsequentes, particularmente as que nos interessam observar com maior atenção neste momento: as teorias do Populismo e do Autoritarismo, teorias que como veremos marcam profundamente a visão de mundo expressa pelo programa político do Fórum Social Mundial.

A teoria do autoritarismo parte desta fonte representada pela identificação entre democracia burguesa e a liberdade, e se constrói como uma crítica à forma intermediária de negação da democracia liberal, o autoritarismo, e está relacionada diretamente com as elaborações do conceito de Totalitarismo, como apontado por Chasin:

Por definição negativa, no polo simétrico à democracia, aparece o totalitarismo como expressão pronta e acabada de sua negação absoluta, e o autoritarismo como uma figura intermediária, desprovida enquanto tal de partes e procedimentos básicos do perfil democrático sem que atinja o cancelamento integral das liberdades que é do formato totalitário (Chasin, 1989, p.76)

Esse entendimento desloca a possibilidade de ruptura com a democracia liberal burguesa, limitando a luta dos movimentos de esquerda a uma luta confinada e interessada na preservação desse ordenamento político-social, afastada da concepção de luta de classes e do caráter particular de classe apresentado pela democracia liberal burguesa.

A teoria do populismo, por outro lado, apresenta como sua proposta inicial a realização de uma crítica radical à esquerda tradicional e os desvios que esta teria realizado de sua função de classe, defendendo que, a partir da “independência política do movimento operário, essa teoria acaba por realizar uma “conversão gravosa de um princípio em lema” (Chasin, 1989, p.82), transformando esse princípio em algo genérico e que pode ser encaixado em qualquer análise.

O autor alude que com “o passar do tempo a teoria do populismo foi dizendo cada vez menos. Quanto mais se difundiu e dominou, tanto menos significação real foi capaz de guardar.” (Chasin, 1989, p.83), e que acaba ocorrendo um emaranhamento desta à teoria do autoritarismo, através da construção do conceito de “autoritarismo populista”, o qual foi necessário para uma “atualização” da validade do conceito de populismo. Essa conjunção ocorreu, pois, mesmo tendo perdido parte de sua validade com o fim do período que buscava analisar, de 1930 até 1964, os intelectuais ligados a essa teoria continuaram empregando-a a fim de analisar as formações políticas mais diversas possíveis:

A teoria do populismo perde substância para a teoria do autoritarismo; decai sua preocupação relativa à análise histórica e, também progressivamente sua pretensão ao resgate da radicalidade operária. Ou seja, acompanhe a teoria do autoritarismo no seccionamento e autonomização do circuito político, torna-se, por assim dizer, mais política, por que menos histórica, isto é, in-difere à malha societária em suas múltiplas determinações. (Chasin, 1989, p.84).

A teoria do populismo cumpriu sua função histórica em erigir, enquanto norma, a concepção de que a prática política dos partidos de esquerda os levaria a uma contaminação pelo populismo autoritário, pois estes partidos estariam “aceitando as regras” do funcionamento desta política e abandonando a sua “independência política”. Esse entendimento se desdobra, como vimos, na postura radicalmente contrária à noção de vanguarda, e na noção de partido que a teoria Autonomista apresenta.

Esse ambiente teórico hegemônico, adverso ao marxismo, se fez presente no campo de esquerda brasileiro desde sua reorganização, e, portanto, foi influente também no momento de organização e gênese do FSM, e deve ser entendido em relação à materialidade da vida social, em que o estágio de desenvolvimento particular do capitalismo incide na forma e na função social de um determinado pensamento, como proposto pelo filósofo Georg Lukács em *A Destruição da Razão*:

É precisamente o caminho que, partindo da vida social, conduz novamente a ela, aquele que confere ao pensamento filosófico a envergadura que lhe é própria e determina sua profundidade, mesmo no sentido estritamente filosófico (Lukács, 2020, p.10).

Entendemos que, a partir da incidência de um determinado pensamento filosófico em um movimento político, que revela a sua aproximação e a promoção da função social e caráter de classe desse pensamento, os movimentos se tornam instrumentos para a efetivação desta função social, de forma que não pode existir um movimento anticapitalista que apresente como orientação teórica um pensamento de conservação dos pressupostos da sociedade burguesa.

Portanto, para a compreensão satisfatória de uma conjuntura marcada pelo que chamamos de um “ambiente ideológico hegemônico” observado anteriormente, devemos analisar com atenção a forma como se dá o desenvolvimento do estágio particular do Capital neste período. Longe de considerarmos esse desenvolvimento econômico de forma isolada – ou como determinante absoluta – dos apontamentos realizados anteriormente neste tópico, entendemos esse de forma integrada ao desenvolvimento histórico em si.

Iniciamos a observação das particularidades do capitalismo e do capital, no período de gênese do Fórum, recorrendo à análise desenvolvida por István Mészáros, em *Para Além do Capital*. Entendemos, a partir das contribuições desse autor, que o atual estágio de desenvolvimento do capital se insere em uma crise estrutural iniciada a partir do último grande ciclo de expansão e acumulação que o capital viveu entre o final da Segunda Guerra Mundial e os anos 1970:

A crise estrutural do capital que começamos a experimentar nos anos 70 se relaciona, na realidade, a algo muito mais modesto que tais considerações absolutas. Significa,

simplesmente que a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. (Mészáros, 2002, p.799).

Desta forma, apesar da nomenclatura da “crise estrutural do Capital”, essa crise não significa que o capital tende de forma natural ao seu colapso, ou até mesmo a um desenvolvimento natural em direção ao socialismo. A crise, na verdade, significa simplesmente que a capacidade de expansão do próprio capital é progressivamente inibida por meio das perturbações que obstaculizam a “tripla dimensão interna da auto-expansão”.

As três dimensões internas e fundamentais do capital são esclarecidas pelo autor enquanto as dimensões da “produção, consumo e circulação/distribuição/realização” (Mészáros, 2002, p.798), as quais entram em choque a partir da crise estrutural do capital:

A situação muda radicalmente, porém, quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e “disfunções” antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de deslocamento das contradições. Desse modo, aquilo com o que nos confrontamos não é mais simplesmente “disfuncional”, mas potencialmente muito explosivo. Isto porque o capital nunca, jamais, resolveu sequer a menor de suas contradições. (Mészáros, 2002, p.800).

Esta crise se difere das crises cíclicas que o capital viveu até então, pois apresenta um caráter universal a todo sistema do capital, um alcance verdadeiramente global, que se dá de forma permanente e apresenta um desdobramento “rastejante”, mas não explosivo, como as crises cíclicas (Mészáros, 2002, p.796).

É como expressão sintomática desta crise que entendemos o colapso do ideal do Estado de bem-estar social nos países centrais do capitalismo, cujo abandono se coloca como uma necessidade no período de ampliação das características destrutivas do capital, em que este tende a abandonar gradativamente os dispêndios de capital ligados às necessidades mais elementares dos seres humanos, visto que

as necessidades artificiais da destrutiva expansão do capital tendem a competir e, na frequente ocorrência de incompatibilidades, a suprimir com extrema insensibilidade até mesmo as mais elementares necessidades da inegável maioria da humanidade. (Mészáros, 2002, p.695).

Entendemos como sintomas particulares da crise nos países de economia dependentes, como o Brasil e os países da América Latina, tanto o aborto das perspectivas desenvolvimentistas – mesmo das associadas ao imperialismo, como se expressou no período militar –, como também a abertura violenta da economia nacional combinada com a crescente implementação de reformas políticas e econômicas orientadas pelos órgãos de personificação do capital internacional, o que se convencionou chamar de “neoliberalismo”. Essa política

econômica sintomática do período de crise estrutural do capital teve início com o governo de Fernando Collor, eleito em 1989, e tornou-se a expressão econômica de todos os governos que se sucederam.

Neste sentido, Mészáros afirma que a crise estrutural se manifesta para além da esfera socioeconômica, como uma “crise estrutural de todas as instituições políticas”, e que, nesse ambiente, o fim do Estado de bem-estar social demonstra o avanço da necessidade de “garantias políticas” cada vez maiores por parte do Estado capitalista, como lemos em,

Nas condições socioeconômicas crescentemente instáveis, são necessárias novas “garantias políticas”, muito mais poderosas, garantias que não podem ser oferecidas pelo Estado capitalista tal como se apresenta hoje. Assim, o desaparecimento ignominioso do Estado de bem-estar social expressa claramente a aceitação do fato de que a crise estrutural de todas as instituições políticas já vem fermentando sob a crosta da “política de consenso” há bem mais de duas décadas. (Mészáros, 2002, p.800).

Para a questão brasileira, agudizam-se as contradições inerentes ao capitalismo dependente, no qual o capital, tendo encontrado obstáculo para a sua autorreprodução nas necessidades humanas, busca dilacerar os “serviços sociais mais elementares”, ao mesmo tempo em que apresenta o seu lado mais amedrontador, “A devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição – para as quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano –.” (Mészáros, 2002, p.801).

A apreensão do atual estágio do desenvolvimento do capital, o qual entendemos que se encontra no processo identificado enquanto a sua crise estrutural, deve ser entendido também como o terreno a partir do qual se desenvolve as formulações ideológicas das diferentes classes da sociedade capitalista – retomaremos esse aspecto com especial atenção na última seção deste presente trabalho –, e é neste sentido que podemos indicar o desenvolvimento teórico das correntes que impulsionaram a chamada “crise dos paradigmas” enquanto expressões particulares desse atual momento do capital. Essa análise foi trabalhada por Mavi Rodrigues, no trabalho *Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto-pós-moderno*, em que a autora, partindo da análise econômica de Mészáros e das contribuições de Ernest Mandel, chega à conclusão de que,

Indo um pouco além da sinalização mais geral da convergência da direção do desenvolvimento da cultura em sua forma pós-moderna com o sentido destrutivo que o capital assume em seu período de crise estrutural, podemos sinalizar também o quanto o pós-modernismo incorpora, inclusive em seus expoentes críticos, a auto-representação própria do capital contemporâneo. Absorvendo os principais traços ontogenéticos do capital, que se acentuam na fase atual, a cultura pós-moderna se revela como a expressão ideológica da crise estrutural do capital. (Rodrigues, 2006, p.96).

Partindo desta contribuição, entendemos que o ambiente ideológico hegemônico no campo político de esquerda do Brasil expressa um conteúdo particular do momento de crise

estrutural do capital, que acaba por apresentar as características fundamentais desse período, como será o caso da progressiva individualização do sujeito político e social.

O significado desta expressão ideológica hegemônica no conjunto dos movimentos de esquerda do Brasil deve ser entendido pelo seu efeito de eliminação da perspectiva da transformação social e o abandono completo de um devir para além do capital. Recorremos para esta compreensão à análise de Ernest Mandel, em *O Capitalismo Tardio*, em que o autor expõe que, a partir das convulsões sociais ocorridas na França em 1968, os movimentos que lutam pelos direitos da classe trabalhadora são cooptados involuntariamente para o campo político e ideológico do capital:

[...] os acontecimentos na Europa e fora dela desde A Rebelião francesa de maio de 1968 demonstraram isso plenamente. Quando sincera e profundamente os trabalhadores hostis ao capitalismo declaram a impotência do proletariado dos países imperialistas em desafiar a ordem social vigente, seu trágico engano os transforma em engrenagens involuntárias da vasta máquina ideológica construída pela classe dominante para atingir o objetivo vital de convencer a classe operária de que é impossível mudar a realidade. (Mandel, 1982, p.355).

Esse processo esteriliza ideologicamente largos contingentes dos movimentos populares de apresentarem uma alternativa concreta ao mundo do capital, fragilizando a capacidade política de organização e a ascensão de construção de um movimento global de oposição ao neoliberalismo.

Pontuamos assim as diferenças, que levantamos em relação ao processo de gênese do Fórum Social Mundial, daquele que se convencionou apresentar em uma ampla parcela dos estudos sobre o tema, para o qual o Fórum representaria a convergência de um movimento global ascendente de contestação ao neoliberalismo. Pelo contrário, identificamos que o período de formação do Fórum Social Mundial foi um período marcado por uma série de reveses políticos e ideológicos dos movimentos de esquerda.

Ressaltamos a análise do número anual de greves como um importante indicativo do estágio das lutas de classes no território nacional, que demonstra como o período foi marcado por um acentuado recuo das lutas econômicas e políticas da classe trabalhadora, frente ao avanço das políticas econômicas impulsionadas pelos órgãos internacionais do capital. Esse refluxo prático indica também um período de distensão ideológica da classe trabalhadora, o qual é aprofundado pela crise e pela revisão ideológica atravessada por esse campo político a partir dos anos 1980. Distanciamo-nos, dessa forma, de uma parcela das análises realizadas sobre o tema, entendendo que o Fórum realiza a sua gênese em um período marcado pela hegemonia de um conjunto ideológico de teorias que reproduzem as concepções particulares do capital em crise.

Apresentada esta análise do período que antecede a fundação do Fórum Social Mundial e indicadas as considerações acerca desse período que chegamos através de nosso percurso teórico-metodológico, nos é possível prosseguir para uma análise da história e desenvolvimento desse movimento político.

2.2 O Fórum Social Mundial em seu tempo: Os anos de Porto Alegre (2001-2005)

Como apontamos no início desta presente seção, a periodização que identificamos durante nossa análise do Fórum Social Mundial divide-se em três fases distintas, das quais trataremos as duas etapas iniciais. Esta periodização deve-se não somente por uma necessidade metodológica, mas também pelas características e particularidades apresentadas pelo Fórum em cada um dos seus períodos – as quais nos deparamos durante o estudo do tema –, bem como pela forma como este se insere a cada fase em uma nova dinâmica conjuntural.

Os períodos que serão tratados nesta seção estão divididos da seguinte maneira: 1) O período em que o fórum inicia seus trabalhos e apresenta a sua maior repercussão, marcado pela ocorrência dos eventos na cidade de Porto Alegre, com exceção de 2004, que ocorreu em Mumbai (2001-2005); 2) O período marcado pela internacionalização dos fóruns anuais e a ocorrência de eventos chamados de “policêntricos”, que ocorriam simultaneamente em diferentes países, marcado pelo início da perda de repercussão e por debates internos (2006-2012).

O período que podemos classificar como os “anos dourados” do Fórum Social Mundial teve início com o primeiro evento, ocorrido na cidade de Porto Alegre, em janeiro de 2001. A escolha pela cidade de Porto Alegre como primeira sede do movimento é realizada principalmente pela projeção internacional que a cidade recebe nesse período pela prática do “Orçamento Participativo”⁷, a qual é identificada como uma das formas de exercício da “democracia participativa” contrária ao neoliberalismo. Porto Alegre para os idealizadores do Fórum é, nesse momento, a “capital de um estado que vem se tornando cada vez mais conhecido em todo o mundo pelas suas experiências democráticas e de luta contra o neoliberalismo” (Leite, 2003, p.62).

⁷ As contradições do orçamento participativo de Porto Alegre como forma de exercício da democracia participativa são apresentadas no artigo *Um outro Fórum é possível*, de Eduardo Almeida Neto, “Por outro lado, o Orçamento Participativo de Porto Alegre só opina sobre 10% do orçamento da cidade, e está submetido às instâncias de poder tradicionais da democracia burguesa, como a Câmara de Vereadores e o Governo municipal.” (Neto, 2003, p.4).

A escolha para a data do Fórum Social Mundial também é realizada de forma simbólica. O mês de janeiro e os dias em que ocorrem o evento coincidem de maneira simultânea com as datas do Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, ao qual o FSM se apresenta enquanto uma alternativa paralela.

A escolha da cidade de Porto Alegre por parte dos idealizadores do Fórum apresenta também uma questão pragmática – questão que também se apresentará nas cidades brasileiras onde o evento ocorrerá posteriormente –, tanto a cidade como o estado do Rio Grande do Sul, que se encontravam no momento sendo governadas pelo Partido dos Trabalhadores⁸, o qual garantiu para o evento a estrutura e o incentivo material necessários para a sua realização.

Embora o movimento busque, como veremos mais adiante, se distanciar dos partidos políticos, o seu relacionamento com o Partido dos Trabalhadores no Brasil foi fundamental para a sua realização, visto que “o respaldo dos governos estadual e municipal ajudou a reforçar o poder convocatório do evento, além de viabilizar uma excelente infra-estrutura nas dependências da Pontifícia Universidade Católica.” (Leite, 2003, p.66). Essa relação é apresentada nos anexos do trabalho já citado de Julia Ruiz Di Giovanni, a partir do qual podemos apontar que uma grande parte dos patrocínios recebidos pelo Fórum vieram de fontes governamentais, nas diferentes esferas em que o Partido dos Trabalhadores se constituía enquanto governo – incluindo verbais federais após a eleição de Luís Inácio, em 2003 (Di Giovanni, 2015, p.231).

Os principais idealizadores do Fórum Social Mundial, e os quais pela proposição da organização desse movimento político são identificados enquanto os membros fundadores, incluem o ex-vereador da cidade de São Paulo e membro do Partido dos Trabalhadores Francisco Whitaker, que apresentou a ideia em conjunto ao empresário Oded Grajew,

No início de 2000, Oded Grajew, da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES), e Francisco Whitaker, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), propuseram a Bernard Cassen, diretor do jornal *Le Monde Diplomatique* e da Associação pela Taxa Tobin de Ajuda aos Cidadãos (ATTAC), a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro do ano seguinte, simbolicamente, nas mesmas datas em que se realizaria a reunião do Fórum Econômico de Davos, na Suíça. (Gadotti, 2010d, p.13).

A partir desta proposição, são convocados outros movimentos políticos interessados na organização do primeiro evento em Porto Alegre, para além do CIVES, ATTAC-Brasil e CBJP.

⁸ A contraditória relação do Fórum Social Mundial com os partidos políticos, em especial com o PT, gerou uma série de debates internos e externos aos eventos, devido à proibição tácita à participação de partidos nos eventos, e da identificação que o fórum fazia destes com a institucionalidade do Estado. Essa problemática será ainda discutida com maior atenção nos próximos tópicos de nosso trabalho.

Somam-se a ele a ABONG, o MST, a CUT, o IBASE e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Nota-se o caráter bastante heterogêneo das organizações presentes no Comitê Organizativo, onde estão presentes desde movimentos empresariais, como o CIVES, até a principal central sindical do país, a CUT, além do movimento popular por reforma agrária de maior destaque da década de 1990, todos compondo o comitê conjuntamente com um movimento voltado para a articulação de ONGs no Brasil. A heterogeneidade do comitê expressa a forma pouco definida com que o movimento político do Fórum Social Mundial lidará com a questão da crítica ao Neoliberalismo.

A primeira edição do Fórum alcançou um enorme sucesso de público, excedendo as expectativas e o planejado para o evento. Um artigo da época, de José Arbex Junior, aponta que “Na última semana Porto Alegre foi alegremente “invadida” por representantes de 122 países, incluindo 3.700 delegados (dos quais 1502 eram estrangeiros), por outros 16 mil militantes”. A presença e repercussão midiática⁹ também foram apontadas pelo autor, visto que havia “cerca de mil jornalistas que cobriram o evento (pelo menos 300 do exterior).” (Arbex Junior, 2001, p.10).

As atividades ocorridas durante o primeiro fórum estabeleceram parte das características que serão mantidas nos próximos dois eventos, com atividades divididas em dois grupos: os debates e palestras promovidos pelo Comitê e as atividades “auto-organizadas”, construídas pelos demais movimentos e ONGs inscritos no evento.

As atividades “oficiais” do Comitê apresentavam uma melhor estrutura e divulgação em relação às demais atividades, o que acabou por gerar os primeiros choques e controvérsias entre os organizadores do evento. Esse choque entre as grandes palestras organizadas pelo Comitê e as atividades “auto-organizadas” são discutidas pelo idealizador do evento:

O resultado disso é que tendem praticamente a participar das oficinas e dos seminários somente aqueles que os organizaram e os participantes que eles mesmos chegaram a convidar, ou que conseguiram identificar a tempo as atividades que os interessariam. O quadro piora ainda mais quando os organizadores do evento conseguem trazer renomadas figuras para a parte do evento que eles organizam, e quando as distribuem nos mesmos horários que as oficinas e seminários, como ocorreu em Porto Alegre 2003: (Whitaker, 2005c, p.169).

No primeiro evento do Fórum as atividades foram divididas em quatro temas ordenadores: 1) A produção de riquezas e a reprodução social; 2) O acesso às riquezas e à

⁹ A cobertura midiática do primeiro Fórum foi alvo de críticas por parte de um dos idealizadores do evento. Acerca desta, Francisco Whitaker, ao comentar os fatos que circularam pela imprensa como sensacionalistas, concluiu que “Esse bloqueio e as distorções de interpretação que foram divulgadas no Brasil e no mundo nos mostram que os donos do Brasil, aliados aos donos do mundo, ficaram preocupados.” (Whitaker, 2001, p.12).

sustentabilidade; 3) A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos; 4) Poder político e ética na nova sociedade. A relação das atividades “auto-organizadas” com os temas ordenadores podia ser mínima – em alguns casos sem qualquer relação –, sendo aceita uma grande variedade de temas para as atividades propostas pelos movimentos.

O sucesso de público e a repercussão do primeiro Fórum representou a justificativa necessária para se construir a continuidade desta organização política. O período que se segue ao encerramento do primeiro evento, quando se dá o processo de construção dessa continuidade, é tão mais profícuo à nossa análise do que o próprio evento em si, pois é durante este período que a formalização das linhas ideológicas básicas através da “Carta de Princípios” é realizada, bem como a organização daquele que se tornará o principal órgão dirigente do movimento: o Conselho Internacional.

Em abril de 2001, o comitê organizador brasileiro aprova a “Carta de Princípios”, documento que, apesar do ideal não deliberativo do FSM, acaba por servir como o mais próximo de um programa político oficializado pelo movimento. Esse documento estava voltado para determinar a organização e o caráter dos encontros que se seguiriam após o primeiro, servindo também para legitimar os fóruns locais e temáticos que deveriam ocorrer no intervalo entre os encontros mundiais, estabelecendo as linhas ideológicas mais básicas do movimento.

A construção do Conselho Internacional – responsável pela aprovação e legitimação internacional da Carta de Princípios em junho de 2001 – se deu no sentido de ampliar a internacionalização do movimento e para congregar uma variedade maior de organizações interessadas em sua organização:

A formação de um Comitê Internacional estava prevista na proposta inicial do FSM: os rumos do Fórum deveriam ser estabelecidos a partir de uma instância internacional que refletisse o caráter global da luta contra a mundialização capitalista. (Leite, 2003, p.79)

A capacidade deliberativa do Conselho Internacional se constrói paulatinamente em relação à continuidade da existência do Comitê Organizador Brasileiro, em um processo que Francisco Whitaker chama de “busca de identidade e função” (Whitaker, 2005d, p.141), processo que também é identificado e discutido por José Leite:

Na prática, desenvolveu-se um processo gradual em que esta instância se via como um Conselho, mas foi pouco a pouco compartilhando debates e responsabilidades com o Comitê Organizador, particularmente depois do II FSM quando se intensificou o processo de reuniões do Conselho Internacional (CI) (Leite, 2003, p.79)

Apesar da ampliação do caráter internacional do Fórum Social Mundial através da construção do Conselho Internacional, a presença e o papel desempenhado pelos movimentos

brasileiros seguiram de maneira preponderante, principalmente na atuação dos principais idealizadores do movimento.

A Carta de Princípios, escrita e aprovada nesse período, será observada com especial atenção na seção reservada à análise do programa político do Fórum, porém, entendemos a necessidade neste momento de observarmos as linhas teórico-ideológicas gerais que se apresentam no documento, sem as quais não conseguiremos avançar na presente análise da história do movimento.

O documento se inicia com a declaração do caráter geral do movimento, como entendido pelos seus organizadores:

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação eficazes de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra. (Conselho Internacional, 2001).

Apesar de soar de forma ampla e pouco discriminatória, a definição particular dos organizadores do Fórum para as “entidades e movimentos da sociedade civil”, estabelece as primeiras proibições para as organizações que buscam participar do movimento, excluindo os partidos políticos e as organizações militares. Os partidos políticos, principalmente, são entendidos como parte da composição do Estado, sendo em algumas ocasiões convidados a participar do Fórum Social Mundial conjuntamente a organizações como as impulsionadas pela ONU¹⁰.

A carta também determina o caráter não representativo do Fórum Social Mundial, particularmente em seu quinto ponto em que ele limita sua função em somente reunir e articular “entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial” (Conselho Internacional, 2001). No ponto seguinte, ele estabelece seu caráter não deliberativo, através da proibição de que qualquer indivíduo ou entidade possa “expressar, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s@s seus/suas participantes.”¹¹ (Conselho Internacional, 2001).

¹⁰ As informações referentes a esta afirmação se encontram disponíveis anexadas ao livro *O Fórum Social Mundial: Manual de Uso*, de Boaventura de Sousa Santos (Santos, 2005, p.197-206).

¹¹ Como podemos perceber um dos aspectos estéticos da “Carta de Princípios” também apresenta forma similar a um debate que irromperia nos movimentos de esquerda brasileiros nas próximas décadas, o debate acerca da linguagem neutra.

Consolidada a continuidade do processo por meio da construção de suas principais linhas teóricas e de atuação, o Fórum apresenta o documento com suas características fundamentais, o caráter negativo de suas elaborações, definidas mais pela crítica e pela denúncia do que pela apresentação de propostas de alternativas concretas das questões às quais se opõe, como observamos de forma destacada na forma com que o documento trata a definição de Neoliberalismo.

Embora tenhamos encontrado, nos textos que tratam o primeiro evento do Fórum Social Mundial, dentro da bibliografia selecionada para este trabalho, um tom geral bastante elogioso em relação ao sucesso de público, bem como do evento em si, podemos encontrar, mesmo nesses primeiros textos, apontamentos das críticas às contradições que o Fórum apresentou a partir do seu primeiro encontro mundial. A presença de organizações políticas críticas ao evento é discutida no artigo *Lições do Fórum Social Mundial 2001*, no qual é destacada a presença, mesmo que minoritária, de militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, o PSTU (Souza, 2001, p.19). Encontramos um apontamento das críticas levantadas por essa e outras organizações no artigo já citado de José Arbex Junior, no qual o autor aponta para as contestações destas organizações contra aquilo que é identificado como uma postura reformista, tanto do PT, quanto do FSM:

Grosso modo, a crítica “à esquerda”, feita principalmente por grupos anarquistas e trotskistas, considera que o Fórum não passou de “festa” capitaneada pelos setores mais “reformistas” do PT e dos socialistas franceses – aqueles que não querem acabar com o capitalismo, mas torná-lo mais apetecível. (Arbex Junior, 2001, p.11)

Em particular, devemos apontar uma das celebrações que se apresentam nas produções bibliográficas realizadas em razão da inauguração do Fórum Social Mundial, a leitura de que o I Fórum Social Mundial estava construindo um “novo internacionalismo”¹², ou ao menos uma nova etapa do internacionalismo de esquerda. Esta leitura é apresentada no artigo escrito pela socióloga cubana Marta Harnecker, de título *Una internacional de la resistencia*, em que a

¹² Entendemos o “internacionalismo” como a manifestação política concreta da luta de classes em um de seus graus de desenvolvimento mais elevados, não apenas como o exercício de um ideário político particular, mas como um desdobramento intransponível da própria práxis revolucionária da classe trabalhadora. Desenvolvemos esse entendimento a partir dos apontamentos realizados por Friedrich Engels e Karl Marx, no *Manifesto do partido comunista*, no qual estes autores expressam que “Os trabalhadores não têm pátria. Não se lhes pode tomar uma coisa que não possuem.” (Engels; Marx, 2008, p.41). Coadunamos também ao desenvolvimento que esse apontamento apresenta na efetivação da construção da primeira organização internacional da classe trabalhadora, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a qual traz em sua *Mensagem Inaugural*, texto de autoria de Karl Marx em que ele demonstra que a integração internacional da luta da classe trabalhadora é condição *sine qua non* da emancipação dos trabalhadores: “A experiência passada mostrou como a desconsideração desse elo de fraternidade, que deve existir entre os trabalhadores de diferentes países para que estes se mantenham firmes, apoiando-se mutuamente em todas as suas lutas emancipatórias, será castigada com a derrota de seus esforços desconexos” (Marx, 2014, p.99).

autora analisa a importância do primeiro evento para a construção desse novo estágio da esquerda mundial (Harnecker, 2001, p.19).

Uma leitura similar se apresenta na análise de Boaventura de Sousa Santos acerca do Fórum, na qual o sociólogo português identifica a promoção um “novo internacionalismo” por parte do movimento político, ao elaborar que “O internacionalismo promovido pelo FSM representa um afastamento drástico da velha forma de internacionalismo que dominou a política anticapitalista ao longo do Século XX.” (Santos, 2005, p.38).

Entendemos que, ao passo em que o Fórum Social Mundial se insere na ampla história dos movimentos internacionais ligados à esquerda política, o movimento não apresenta uma práxis revolucionária similar àquela que caracteriza o internacionalismo da luta proletária como condição *sine qua non* da emancipação dos trabalhadores. Esta discussão será retomada, em certos aspectos, na última seção do presente trabalho. Por ora, limitamos a discussão a fim de retomarmos a temática central desta seção.

O sucesso de público e repercussão do primeiro evento foi repetido no II Fórum Social Mundial, promovido novamente na cidade de Porto Alegre, em janeiro de 2002. Ocorrendo já sob a tutela da Carta de Princípios, foi um importante momento para a consolidação da forma com que os eventos eram organizados, além de uma maior presença internacional de participantes e movimentos políticos.

O evento se diferenciou do primeiro pelo espraiamento de suas atividades para além do próprio Fórum e do espaço restrito da PUC-RS, onde ocorreu novamente o evento, como é exemplificado pelo caso da estruturação do Acampamento da Juventude, um espaço organizado por movimentos estudantis e de juventude, onde se acomodaram aqueles que se dirigiram para participar das atividades do Fórum, bem como pela Assembleia de Movimentos Sociais.

O Acampamento da Juventude foi um espaço de realização de atividades políticas e culturais paralelas ao evento principal e sem a direção direta das instâncias internas do FSM, como narrado em entrevista por Julia Ruiz Di Giovanni, ao falar sobre como as atividades passaram a acontecer no acampamento: “Ficou um espaço aberto, e quem queria fazer a sua assembleia fez, quem queria fazer a sua reunião, fez, quem queria fazer sua oficina, fez” (Di Giovanni, 2002, p.252). O acontecimento de Fóruns temáticos paralelos aos encontros mundiais são uma constante em todo o período estudado do FSM.

As palestras e conferências organizadas pelo Conselho Internacional e o Comitê Organizador Brasileiro novamente se destacaram entre todas as atividades do evento. Nestas, foram convidadas personalidades de reconhecimento mundial, como o linguista Noam

Chomsky e o filósofo francês Daniel Bensaid, bem como importantes intelectuais brasileiros e latino-americanos como Michael Löwy, Frei Betto, e Isabel Monal (Silveira, 2002, p.74-75).

Realizado em um momento particular da conjuntura política mundial, o II FSM foi iniciado com uma nota de repúdio ao ataque realizado ao World Trade Center, em 11 de setembro do ano anterior. Os debates acerca desse ataque em particular, e do terrorismo de forma geral, se destacaram durante a realização do evento.

A nota de repúdio apresenta uma conceituação interessante e esclarecedora das premissas ideológicas. Neste documento, o tom geral expresso na Carta de Princípios é repetido e se apresenta tanto como uma denúncia do ataque em particular, mas também como uma reafirmação do caráter pacifista do movimento pela veemente negação do uso de violência nas lutas políticas – principalmente do terrorismo. A nota também apresenta o repúdio ao uso dos atentados como justificativa para a invasão do Governo George Bush ao Afeganistão (CONSELHO INTERNACIONAL, COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO, 2002, p.13).

A conjuntura política nacional também estava inserida em uma particularidade. O segundo evento do Fórum Social Mundial ocorre em um ano eleitoral em que o Partido dos Trabalhadores se preparava para a disputa – com perspectivas de vitória – da eleição à presidência da República.

A particularidade da conjuntura política nacional exerceu algumas pressões contrárias ao discurso apartidário do Fórum, e sua relação dúbia com o partido resultou em um evento marcado pela presença do PT e de seus militantes, que buscavam utilizar o espaço do FSM para antecipar a campanha e atrair atenções internacionais.

A atmosfera que pairava durante o período de realização do evento foi relatada por Michael Albert, ao apontar a atuação do Partido dos Trabalhadores e sua relação com o FSM como uma das lições que havia tirado do evento, acerca daquilo que havia notado em relação ao PT. Ele relata que “Seu candidato, conhecido por todos como Lula, está concorrendo para vencer e precisa muito da atenção e do apoio internacionais para limitar violações de seus esforços eleitorais” (Albert, 2002, p.214).

A consolidação da forma do FSM nesse segundo encontro possui dois desdobramentos importantes que o nosso trabalho deve levar em consideração. O primeiro desdobramento se trata do projeto de internacionalização do Fórum através da realização de uma série de fóruns locais, nacionais e continentais, os quais, embora não fossem organizados diretamente pelo Conselho Internacional, deveriam seguir a tutela da Carta de Princípios a fim de obterem a legitimação enquanto eventos pertencentes ao “processo do Fórum Social Mundial”.

Ocorre também, por exemplo, o Fórum Social Europeu, em novembro de 2002, no sentido desse processo de internacionalização e de multiplicação dos fóruns, processo que foi observado por Francisco Whitaker: “Na verdade, após a realização do segundo Fórum Social Mundial, foi rápida a multiplicação de iniciativas que se autodenominavam Fóruns Sociais locais, de nível não só local, mas também nacional.” (Whitaker, 2005d, p.130).

O segundo desdobramento a ser elencado é a tendência ao “enraizamento” da cultura política defendida pelo Fórum na esquerda brasileira. Observamos em uma entrevista realizada em 2002 que Francisco Whitaker já argumentava nestes termos, ao discutir a possibilidade da ocorrência do encontro em outro país, afirmando que “nossa preocupação não é que seja grande e sim que se enraíze também em outro país.” (Whitaker, 2002, p.241), e que o “Fórum é uma mudança cultural” (Whitaker, 2002, p.242). Consideramos pertinentes estas afirmações, pois revelam parte da importância e do papel que o Fórum Social Mundial desempenhou em contato com os movimentos e partidos políticos de esquerda brasileiros. Ressaltamos ainda outra passagem desta mesma entrevista, em que o fundador do Fórum discute acerca de uma mudança de postura do MST em relação ao evento, no qual, segundo Whitaker, ocorre uma adequação desse movimento ao “novo método de fazer política” do fórum (Whitaker, 2002, p.240).

Como podemos observar, ao passo em que o primeiro fórum serviu como o evento de inauguração oficial deste movimento político, o segundo pode ser entendido como o primeiro a acontecer com as linhas ideológicas e organizativas consolidadas, expressando de forma mais definida o programa político do Fórum.

Terminado o II FSM, e após uma rodada de encontros locais e temáticos, ocorre, em 2003, mais uma edição do evento mundial, realizado pelo terceiro ano consecutivo em Porto Alegre. Nesta edição, o evento se espalha para três localidades diferentes e com atividades distintas ocorrendo no campus da PUC, no estádio Gigantinho, e nos armazéns do cais da cidade, com atividades auto-organizadas, os painéis oficiais orientados pelos eixos temáticos, e as conferências e mesas de debate, respectivamente.

Realizado em janeiro, dos dias 23 a 28, o terceiro fórum ocorre poucos dias após a posse de Luiz Inácio como presidente da República, e a excitação gerada pela chegada de um novo presidente ligado à esquerda política ao poder permeia o evento, como nos é demonstrado em uma reportagem realizada pela agência de notícias Carta Maior, “O Testemunho do presidente Lula, por exemplo, levou quase 100 mil pessoas à beira do rio Guaíba dias atrás” (Carta Maior, 2003, p.73). Embora tenha se consagrado enquanto um dos momentos de maior público da história do Fórum, a presença do presidente Lula foi agrídoce para os participantes do evento. Após terminar o seu emocionante testemunho, o presidente se dirigiu para Davos a fim de

realizar um outro discurso – desta vez no Fórum Econômico Mundial, o evento antagônico ao Fórum Social Mundial.

O terceiro fórum ocorre no período em que a chamada “maré rosa” ganha força na América do Sul, identificado pela vitória eleitoral de uma série de governos de esquerda e centro-esquerda no continente, a começar por Hugo Chavez, na Venezuela, e reafirmada pela eleição de Lula, no Brasil.

O presidente venezuelano, Chavez, também realizou um discurso bastante lembrado pelos participantes da terceira edição do fórum, através do qual buscou denunciar a possibilidade da escalada de violência por parte das elites venezuelanas contrárias ao seu governo, o qual já havia sofrido uma tentativa de golpe de Estado realizada em abril de 2002.

A presença dos presidentes e o sucesso de público em seus discursos acabaram por levar o III FSM a ser criticado por uma parcela dos entusiastas do evento e de seu formato, como demonstrado pelo debate entre Naomi Klein e José Leite, acerca da caracterização realizada por Naomi sobre o terceiro fórum ter sido o “fórum dos grandes homens”, o que seria entendido enquanto um retrocesso do movimento político, o qual José Leite rebate como sendo “uma crítica unilateral, que ignora a vasta teia de articulações horizontais que ali se processaram e continuaram dando a tônica do FSM 2003” (Leite, 2003, p.107).

Para além dos presidentes citados, esse fórum foi marcado também pela presença de renomados ministros e funcionários do governo federal brasileiro, como Marina Silva, Paul Singer, Antônio Palocci e José Dirceu, além de contar com a participação de membros dos governos do Equador e da Venezuela.

O sucesso de público foi repetido pelo terceiro ano consecutivo, dobrando a quantidade de participantes para o expressivo número de 100.000 pessoas, das quais, como citado anteriormente, 85,9% eram brasileiros (Santos, 2005, p.66).

Uma média de 20 mil pessoas se dirigiram para assistir os painéis e conferências realizados por intelectuais à convite do Conselho Internacional e do Comitê Organizador, organizados em torno de cinco eixos temáticos: 1) Desenvolvimento democrático e sustentável; 2) Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade; 3) Mídia, cultura e alternativas à mercantilização e à homogeneização; 4) Poder Político, sociedade civil e democracia; 5) Ordem mundial democrática, luta contra a militarização e pela paz (Santos, 2005, p.57-58).

Os painéis foram apresentados por importantes personalidades políticas e intelectuais do mundo inteiro, contando com a participação do historiador paquistanês Tariq Ali, do escritor uruguaio Eduardo Galeano, do filósofo húngaro István Mészáros, do sociólogo português – e

principal ideólogo do Fórum – Boaventura de Sousa Santos e do linguista norte-americano Noam Chomsky.

O sucesso do III Fórum Social Mundial, suscitou diversos questionamentos internos, tanto de ordem ideológica quanto de ordem organizativa. De fato, como notado por José Corrêa Leite, essa edição “se tratou de um fórum em que a disputa política, no sentido clássico dos termos, esteve muito mais integrada nas temáticas e perspectivas das discussões.” (Leite, 2003, p.107-108).

No artigo publicado em 2003, *Um outro fórum é possível*, Eduardo Almeida Neto argumenta sobre a existência de um outro fórum, que paralelamente ao encontro oficial, estaria articulando mobilizações internacionalmente:

Este outro Fórum não estava previsto na ideia original dos organizadores, mas está se impondo, ocupando espaços sem pedir licença. Deste outro evento participaram com peso organizações de grande importância no Brasil como o MST (Articulado internacionalmente com a Via Campesina), correntes muito importantes da Igreja, partidos de esquerda revolucionários (como o PSTU e os partidos da LIT), setores da esquerda petista e ativistas independentes (sindicalistas, populares e da juventude). (Neto, 2003, p.131)

Embora consideremos essa afirmação como fruto de um certo exagero, e mesmo de um otimismo para com a possibilidade de o Fórum Social Mundial articular as lutas contra o capital, essa observação indica os tensionamentos que ocorriam durante os eventos.

Esses tensionamentos são exemplificados pela realização da “Assembleia Internacional dos Movimentos Sociais”, um dos encontros paralelos ao FSM, através do qual os movimentos sociais buscavam construir deliberações para uma ação coletiva contrária aos problemas do chamado “neoliberalismo”. A assembleia – contrariando parcialmente a afirmação de Eduardo Almeida Neto – apresenta grande consonância com boa parte do programa do fórum, reproduzindo as suas linhas ideológicas, como o pacifismo, o horizontalismo e o entendimento da exclusão dos partidos políticos da sociedade civil. Portanto, apesar de buscar construir ações concretas, estas ações se alinham dentro dos limites e potencialidades apresentados pelo Fórum Social Mundial – que serão discutidos na última seção do nosso trabalho.

Um outro aspecto dos debates internos que passaram a ocorrer com o terceiro fórum é apontado por Boaventura de Sousa Santos, ao apresentar uma série de debates decorrentes do “gigantismo” do evento. Proveniente do sucesso alcançado pelos eventos, esse crescimento acabava dificultando a organização e criando um ambiente muitas vezes incontrolável, gerando questionamentos nos participantes acerca dos limites da forma do fórum: “As óbvias deficiências de organização foram encaradas por alguns como uma prova de que este formato tinha chegado aos seus limites” (Santos, 2005, p.78).

As críticas também apontavam que a realização anual estava “drenando os recursos das ONGs e dos movimentos sociais que deveriam ser aplicados aos seus objetivos e agendas específicos.” (Santos, 2005, p.78), o que gerava a demanda de um tempo maior entre a realização de cada edição do evento mundial – necessidade que foi efetivada em 2007, quando os eventos passaram a ocorrer a cada dois anos.

Apesar de tratarmos os anos iniciais do Fórum Social Mundial como “os anos de Porto Alegre”, a edição de 2004, ocorrida em Mumbai, foi um dos momentos definidores para aquilo que estava sendo chamado de “Espírito de Porto Alegre”, gerando algumas mudanças na forma com que o evento organizava suas atividades.

A primeira grande tentativa de mundialização do evento principal do Fórum Social Mundial esbarrou em uma série de contradições que acabaram sendo desveladas ao público, revelando questões que os órgãos internos do movimento e o conjunto de intelectuais ligados ao Fórum conseguiam isolar internamente.

A principal contradição que o Fórum Social Mundial apresentou, ao buscar realizar seus eventos mundiais em outros países, foi a dúbia relação que mantinha com os partidos políticos, visto que ao mesmo tempo em que buscava se distanciar, o movimento apresentava uma grande proximidade com o Partido dos Trabalhadores – no contexto brasileiro –. Apesar de justificada enquanto uma necessidade material – o PT era necessário para garantir financeira e estruturalmente a realização dos eventos nos espaços em que governava –, essa relação também se efetivava dentro do aspecto ideológico. Além disso, grande parte dos organizadores e entusiastas do Fórum Social Mundial eram filiados formalmente ao partido, incluindo o seu principal idealizador, Francisco Whitaker¹³, e as instâncias internas do movimento eram compostas por organizações hegemônicas pelo partido, como o caso da CUT.

No Brasil, porém, essa relação e influência eram atenuadas pelo discurso ideológico e simbólico dos organizadores do Fórum, já que, mesmo que evidenciada a influência e suporte do Partido dos Trabalhadores, a identificação do Fórum Social Mundial enquanto um espaço da “sociedade civil autônoma” e independente de partidos não seria afetada. O distanciamento entre o discurso e a efetivação prática constituiu uma das características fundamentais do Fórum – que será discutida nas próximas seções –, proveniente da valorização do discurso simbólico frente à realidade concreta.

¹³ Francisco Whitaker rompeu formalmente com o Partido dos Trabalhadores em 2006, após estar filiado no partido por quase três décadas e ter cumprido dois mandatos de vereador pela cidade de São Paulo entre 1988 e 1994 (Cantanhede, 2006).

Quanto à realização do evento em Mumbai, a função de garantir o apoio material necessário foi executada pelo Partido Comunista da Índia (Marxista), sem o qual a possibilidade de construção do fórum estaria impossibilitada. Esta questão chegou a gerar um intenso debate nas reuniões do Conselho Internacional ocorridas durante o evento anterior ao de Mumbai, explicitando a relação, antes atenuada do Fórum, com os partidos políticos:

Agora, quando o Fórum prepara sua partida para a Índia, esse debate promete ganhar força. Membros da delegação indiana defendem abertamente a inclusão dos partidos na luta antiglobalização e já conquistaram uma vitória: parte do Conselho Internacional do Fórum admite que sem a colaboração deles, mesmo que extra-oficial, a edição 2004 do evento não sai do papel.

“Há partidos políticos que tem um histórico de lutas com os movimentos sociais e não faz sentido deixá-los de fora”, argumenta Varanda Rajan, que é membro do Partido Comunista Marxista da Índia e dirigente do Centre of Indian Trade Unions.

O arquiteto indiano Jai Sen, membro do comitê que organizará o Fórum da Índia, concorda. “Temos atores sociais de todas as orientações políticas e ideológicas e não podemos fazer exclusões. Movimentos e partidos podem trabalhar juntos em certos momentos”. (Carta Maior, 2003, p.73)

As instâncias internas do Fórum decidiram pela continuidade da construção do evento de 2004 na Índia, com o apoio extraoficial do Partido Comunista da Índia (Marxista), enquanto formalmente excluía a participação de uma série de outros partidos de esquerda indianos, muitos dos quais eram provenientes de cisões do PCI (M) e críticos a este, o que acabou por gerar um intenso debate durante a preparação e realização do IV Fórum Social Mundial.

A realização desse novo evento sofreu uma crítica bastante dura através de um relatório feito pela *Research Unit for Political Economy*. No relatório se criticava a incapacidade dos órgãos diretivos do fórum de tomar qualquer “expressão coletiva de vontade e ação” (Santos, 2005, p.83), bem como denunciava o papel privilegiado das ONGs dentro do Fórum. O relatório também denunciava o financiamento do evento por instituições ligadas ao capital internacional – a questão dos financiamentos por organizações filantrópicas ligados ao capital de grandes empresas também é evidenciada na tabela citada anteriormente, presente no livro de Julia Ruiz Di Giovanni (Di Giovanni, 2015, p.230).

As críticas realizadas, em razão do financiamento do Fórum por instituições ligadas ao capital, apresentaram ressonância entre os movimentos ligados à organização do quarto evento, de modo que os organizadores indianos do Fórum Social Mundial optaram por abdicarem dos investimentos realizados pela Fundação Ford.

O tensionamento resultou na organização de um evento paralelo e crítico ao FSM, realizado pelos partidos e organizações políticas descontentes com os rumos do Fórum, chamado de “Resistência de Mumbai 2004”. As críticas produzidas por este evento, em relação ao FSM, podem ser observadas no relato da economista chinesa Pao-yu Ching que, ao percorrer

os dois eventos paralelos, pôde apresentar algumas das considerações críticas feitas pelos participantes do MR2004 acerca do tema das ONGs e do financiamento dos Fóruns, bem como comparativos entre os dois eventos:

Moreover, according to MR2004, many NGOs are major recipients of funds from the very institutions that the WSF is fighting. The president of the World Bank, in a message to the WSF 2003, said, “we have held an active dialogue with the organizations of civil society, including through the projects we are financing”. MR2004 further asserted that 13% of the World Bank’s loans to various governments have to be channeled to finance the “participation” of NGOs. (Ching, 2003, p.334)¹⁴.

Como podemos notar, para além do financiamento do Fórum Social Mundial em si, muitas das ONGs que participavam desse movimento político eram financiadas por organizações ligadas ao capital internacional, como o Banco Mundial.

Do ponto de vista organizativo, o IV Fórum Social Mundial apresentou alterações em relação às instâncias internas organizativas. O Comitê Organizador Brasileiro passou a fazer parte do Secretariado Internacional, uma instância nova composta pelas organizações que fizeram parte dos comitês organizadores de cada uma das edições dos eventos do Fórum, no período de sua criação, e que unifica o Comitê Organizador do Brasil com o responsável pelo evento na Índia. O novo órgão passou a exercer uma certa representação e controle do processo inteiro:

Although, according to the Charter of Principles, nobody represents the WSF, in practical terms the IS has been assuming some kind of representative function, and that has been a source of tension. Among other reasons, the fact remains that the IS is in practice almost exclusively Brazilian, whereas the WSF aims to be global. (Santos, 2006, p.49)¹⁵

Além de passar a representar as opiniões e “falar pelo Fórum”, o Secretariado Internacional é na prática dirigido por movimentos brasileiros, principalmente pelos fundadores do movimento, quadro que, como veremos, se mantém por todo o período estudado.

Uma das marcas deixadas pelo evento ocorrido na Índia foi a abolição das atividades “oficiais” realizadas pelas instâncias organizativas, como as grandes palestras realizadas por intelectuais e figuras políticas presentes nas edições anteriores. A mudança foi entendida como uma reafirmação das linhas políticas da Carta de Princípios, principalmente a horizontalidade.

¹⁴ Além disso, de acordo com o MR2004, muitas das ONGs recebem investimentos principalmente das mesmas instituições que o FSM luta contra. O presidente do Banco Mundial, em uma mensagem para o FSM 2003, disse: “Nós temos tido um diálogo ativo com as organizações da sociedade civil, inclusive através do financiamento de projetos”. O MR2004 ainda afirma que 13% dos empréstimos feitos pelo Banco Mundial para diversos governos têm que ser canalizados para o financiamento da “participação” de ONGs. (Tradução Nossa)

¹⁵ Embora, de acordo com a Carta de Princípios, ninguém represente o FSM, em termos práticos o SI tem assumido uma forma de função representativa, o que tem sido uma fonte de tensionamentos. Entre outras razões, a realidade é que o SI se mantém sendo quase que exclusivamente brasileiro, mesmo que o FSM busque ser global. (Tradução nossa)

Desta forma, a mudança buscou por privilegiar as atividades auto-organizadas dos movimentos sociais e ONGs que participam dos fóruns, a fim de ampliar a identificação do Fórum como um “espaço aberto”.

De volta a Porto Alegre, a quinta edição do Fórum Social Mundial foi o maior e mais significativo dos eventos realizados durante o período de seu ciclo inicial, chegando à marca de 155.000 participantes e contando apenas com atividades propostas pelos movimentos e ONGs credenciados.

O quinto evento mundial do Fórum Social foi deslocado completamente para fora das dependências da PUCRS, sendo realizado em uma grande extensão territorial da cidade de Porto Alegre, de forma que,

Cada tema ocupa um terreno e ganha estruturas especificamente planejadas e construídas para a ocasião. Como vemos no mapa anterior, cada um dos 11 eixos foi transposto em territórios dedicados a realização de atividades em torno de um mesmo tema, instalados ao longo da margem do Rio Guaíba. Além de tendas e auditórios temporários para encontros e conferências, cada seção do território recebeu praças de alimentação, centros de apoio, postos de saúde, estandes das organizações, comercialização de produtos de redes de economia solidaria e patrocinadores. (Di Giovanni, 2015, p.120)

Embora tenha sido um sucesso de público, se destacando como o maior evento do Fórum em seu período inicial, os anos de Porto Alegre estavam terminando. A realização do quinto evento do Fórum Social Mundial só foi possível através dos acordos realizados com o governo municipal anterior, pois com as eleições de 2004, se encerraram os 15 anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente da prefeitura de Porto Alegre, questão que se soma a derrota eleitoral ocorrida em 2003 na disputa pelo governo estadual.

A partir desse momento, o Fórum Social Mundial não conta mais com a disponibilidade e o apoio fundamental dos governos para a realização dos eventos, e o choque desta diminuição dos apoios financeiros governamentais leva o fórum a assumir “integralmente a coordenação logística da realização do evento”, e a encerrar o quinto evento “com mais de 1,5 milhões de dólares em dívidas com prestadores de serviço e empréstimos de ONGs” (Di Giovanni, 2015, p.121).

O cenário político brasileiro apresentava sinais de encerramento de um ciclo e, apesar do governo Lula não haver ainda sentido os primeiros efeitos da crise do mensalão que estouraria ainda naquele ano, a participação de Lula no fórum social de 2005 foi diferente de sua participação dois anos antes, como exposto pelo sociólogo Ricardo Antunes, no artigo *A Erosão do PT*. Antunes, partindo do apontamento das diferenças conjunturais entre 2005 e 2003, afirma que “Hoje, findo o 5º Fórum Social Mundial, tudo estava diferente: Porto Alegre não é mais a capital política do PT e esse partido já está longe, muito longe de ser algo ‘novo’.”

(Antunes, 2006, p.54), apresentando em sequência um relato da participação do presidente nesta edição do evento:

E Lula, bem recebido em 2003, teve de sofrer uma operação de blindagem, para deixar seus críticos de fora e garantir para sua claqué os lugares que deveriam ser livre e desse modo tentar evitar as vaias e apupos ao artífice do planalto. (Antunes, 2006, p.54)

Repetindo a dupla jornada realizada em 2003, novamente Lula se desloca de Porto Alegre para Davos, deixando uma maior margem para as críticas que gradualmente ganhavam força nesse período, ao qual, além do PSTU – presente desde a primeira edição do evento – se somavam também as dissidências petistas que estavam se reorganizando no PSOL (Antunes, 2006, p.56).

Somadas a esse tensionamento, tanto a participação de Lula, quanto a do presidente venezuelano Hugo Chávez – duas palestras que contaram com a participação de 15.000 pessoas no estádio Gigantinho – acabaram reabrindo espaço para o debate sobre a instrumentalização do Fórum pelos partidos políticos. Alguns praticantes do fórum apresentaram o entendimento de que o novo formato dos eventos – baseado unicamente em atividades propostas pelos movimentos e ONGs de maneira descentralizada – acabava por privilegiar as atividades das organizações que dispunham de uma maior capacidade econômica (Santos, 2006, p.79).

O V Fórum Social Mundial foi o mais característico dos fóruns ocorridos em Porto Alegre. Neste evento, as experimentações dos anteriores ganham forma plena, como notado a partir do espraiamento do fórum pela cidade e pela adoção da nova “metodologia”¹⁶ em relação às “atividades auto-organizadas”. Como entusiasticamente comenta Julia Ruiz,

Trata-se de um momento importante para a consolidação da ideia de que o Fórum é essencialmente um método de promoção de encontros e convergências. A metodologia definitivamente se explicita como uma arquitetura, um desenho estrutural que define disposições, cria categorias de relação e distribuição de espaços. (Di Giovanni, 2015, p.123)

Este fórum também foi marcado pelo lançamento do “Manifesto de Porto Alegre”¹⁷, um documento que trazia a proposta de construção de uma plataforma mínima – oficializada – que orientasse a ação dos participantes do FSM. Esta proposta de programa político trazia em consonância com os debates do fórum a defesa da Taxa Tobin, a denúncia das discriminações, a defesa do fechamento das bases militares norte-americanas pelo mundo, e a democratização

¹⁶ O público e os organizadores se referiam ao conjunto de formulações práticas e organizativas que o Fórum Social Mundial apresentava como “metodologias”.

¹⁷ O manifesto foi assinado por 19 intelectuais ligados ao Fórum desde sua fundação: Tariq Ali, Samir Amin, Walden Bello, Frei Betto, Atílio Borón, Bernard Cassen, Eduardo Galeano, François Houtart, Armand Mattelart, Adolfo Pérez Esquivel, Riccardo Petrella, Ignácio Ramonet, Samuel Ruiz García, Emir Sader, José Saramago, Roberto Sávio, Boaventura de Sousa Santos, Animata Traoré, Immanuel Wallerstein.

e reforma das organizações internacionais para a garantia dos direitos assegurados pela declaração universal dos direitos humanos (Santos, 2006, p.206-207).

Apesar de se tratar de uma proposição da construção de plataforma política moderada, em consonância com o programa político apresentado pelo Fórum, o documento foi recebido com receio e críticas. A forma como esta proposta foi recebida pelos participantes e organizadores do Fórum é descrita por Pedro de Mesquita Santos, em um artigo, como bastante receosa, “devido a uma suposta incompatibilidade com as diretrizes metodológicas do espaço do FSM”. O documento também foi criticado por representar o que era considerado um retrocesso do movimento por “um pequeno grupo, uma “elite” caracterizada por uma condução dos processos orientada de ‘cima para baixo’” (Santos, 2013, p.65).

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos – um dos signatários do documento – defendeu o manifesto¹⁸, argumentando acerca da possibilidade de o Fórum Social Mundial perder sua força caso os movimentos que dele fazem parte cheguem à conclusão de que o dispêndio de recursos gastos para participar do fórum é maior do que seus impactos na luta contra o “capitalismo global” (Santos, 2006, p.124).

Ao mesmo tempo, ele criticou aqueles que acusaram o manifesto de apresentar um caráter reformista, afastando-se assim da defesa de uma ruptura radical com a ordem do capital: “I started from the assumption that social revolution is not on the political agenda (for the time being at least) of short-term or medium-term social transformation.”¹⁹ (Santos, 2006, p.124).

O quinto evento do Fórum Social Mundial encerrou o período de maior relevância da história desse movimento político, quando obteve uma repercussão ímpar dentro do campo político de esquerda brasileiro, no qual deixou profundas marcas e influências, tendo realizado nesse período grande parte do processo de “enraizamento de sua cultura política”. Findado os anos de Porto Alegre, o Fórum se desloca para fora de sua principal sede, buscando realizar um processo de internacionalização, em um novo período marcado pelas contestações e debates acerca do seu caráter e futuro.

2.3 O Fórum Social Mundial em seu lugar (2006-2012)

¹⁸ O sociólogo português passa, ao longo das décadas de existência do Fórum, de um grande entusiasta para uma postura crítica das decisões do Conselho Internacional, até o seu rompimento efetivo com o Fórum.

¹⁹ *Eu parto da presunção de que a revolução social não está na agenda política (neste momento pelo menos) da transformação social a curto prazo ou a médio prazo.* (Tradução Nossa)

Saindo de Porto Alegre, o Fórum Social Mundial implementou duas grandes mudanças, que já vinham sendo debatidas em seu período anterior: a primeira é relativa à busca por internacionalização do movimento, a partir da qual cada evento passa a acontecer em um país diferente. Algumas edições desse período foram realizadas simultaneamente em uma série de países, nos chamados fóruns “policêntricos”, como é exemplificado pelo primeiro fórum desse novo período, que ocorreu simultaneamente nas cidades de Caracas, capital da Venezuela, e em Bamako, a capital do Mali. A segunda mudança, que passa a ocorrer após o ano de 2007, é a realização de cada encontro mundial com um maior espaçamento temporal, passando da realização anual para a realização bianual.

O período de 2006 a 2012 apresentou duas complicações para o nosso estudo. Em primeiro lugar, grande parte das produções bibliográficas que debatiam o Fórum Social Mundial publicadas neste período possuem como tema de análise o período anterior ao Fórum Social Mundial, de 2001 a 2005, escasseando as produções relativas ao segundo período. A segunda complicação que encontramos é derivada do processo de descentralização e internacionalização do Fórum, pois a saída da sede em Porto Alegre dificultou o acesso aos dados quantitativos dos eventos.

Essas dificuldades seriam facilmente contornáveis caso não fosse um outro problema, que afeta o estudo de todo o processo histórico do Fórum, bem como das produções teóricas realizadas no âmbito do movimento. O Fórum Social Mundial manteve por muitos anos um grande acervo em seu site oficial, que foi perdido em razão da característica efemeridade da Internet, de modo que uma parte importante dos materiais bibliográficos relacionados ao tema estudado se encontravam indisponíveis no momento de feitura do presente trabalho.

Este período apresenta algumas diferenças conjunturais em relação ao período anterior à história do Fórum Social. A ampliação da chamada “maré rosa” para novos países com a eleição de novos presidentes ligados à esquerda, bem como o seu prolongamento por meio de reeleições em outros, acabou por gerar uma situação delicada e dúbia para o Fórum Social Mundial. O movimento apresentava correspondência com as plataformas políticas dos governos que vinham ascendendo ao poder na América Latina, correspondência que foi discutida por Emir Sader em uma matéria para a imprensa:

Onde mais avanços foram feitos foi precisamente na América Latina, onde seis governos – na Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Equador – fizeram progressos na superação do neoliberalismo. E o fizeram assimilando as propostas do FSM. (Sader, 2020)

Apesar de apresentarmos discordâncias para com a consideração apresentada por Sader acerca dos progressos na superação e rompimento dos governos citados com as políticas

econômicas identificadas com o neoliberalismo²⁰, entendemos que de fato estes governos apresentavam similaridades com as propostas políticas e o conteúdo ideológico expresso no Fórum.

Embora existisse a correspondência citada entre as plataformas políticas dos governos da chamada “maré rosa” com o programa político do FSM, a relação entre o movimento e os governos era bastante dúbia, e de difícil consenso entre os seus organizadores. O silêncio que pairava acerca do tópico desagradava uma parcela dos participantes do movimento, como exposto por Natalia Lima de Araújo, por meio de uma entrevista realizada com Gustavo Codas:

O Fórum não teria sido capaz de decidir por uma postura de adesão ou de enfrentamento; portanto, a relação do Fórum com os governos cujo terreno ele ajudara a preparar ficou em suspensão, o que desagradou a vários membros e organizações. Sobre essa questão, Gustavo Codas comenta o seguinte “Na América Latina, por volta desse período de 2005, 2006, 2007, tem uma mudança de conjuntura que o FSM nunca processou. O que acontece com o Fórum Social Mundial quando tem governos progressistas, a relação não é nem de adesão nem de oposição. Qual relação é? Qual relação é? Até hoje que eu saiba, nunca se formulou isso, nunca se equacionou isso.” (Araújo, 2018, apud Codas).

Percebemos que, com o encerramento do período mais profícuo das atividades do Fórum, as contradições que até então estavam menos evidentes emergem, gerando um período de debates e contestações internas. A nova tônica dentro do movimento se inicia com os primeiros eventos do novo período, o VI Fórum Social Mundial – o primeiro dos eventos chamados policêntricos –, ocorrido simultaneamente na Venezuela e no Mali.

Ambos os eventos do Fórum, ocorridos em 2006, foram marcados por polêmicas e contestações à chamada “metodologia” do FSM. Cada um dos eventos apresentou uma forma particular de polêmica, o evento de Caracas, por exemplo, apresentou um conteúdo mais radical em seus debates, destoando assim do tom característico dos eventos do Fórum, o que causou

²⁰ A relação do governo do Partido dos Trabalhadores com as políticas econômicas neoliberais é estudada por Armando Boito Junior, autor que classifica a política econômica dos governos petistas enquanto neodesenvolvimentista, caracterizado como o “desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico.” (Boito Junior, 2018, p.57).

O autor busca identificar as diferenças desse neodesenvolvimento para o desenvolvimentismo desenvolvido no Brasil entre os anos de 1930 e 1980, ressaltando que existem três diferenças principais. A primeira é que o neodesenvolvimentismo “produz índices mais modestos de crescimento econômico porque está limitado pela acumulação financeira ainda em vigor”, o que seria “um aspecto fundamental do modelo capitalista neoliberal”, seguido da característica que o neodesenvolvimento aceita a “especialização regressiva”, uma desintegração do processo de industrialização iniciado no período desenvolvimentista, exemplificado pelo autor com o fato das principais empresas nacionais serem de setores que produzem mercadorias de baixo valor agregado, característica que seria um “recoo que o modelo neoliberal impôs aos países dependentes”. E por último, o autor trata da característica do neodesenvolvimento voltar seu plano de desenvolvimento muito mais para o mercado externo, o que ele concluiu como mais um sinal da manutenção do modelo neoliberal (Boito Junior, 2018, p.58). Portanto, entendemos que os governos do Partido dos Trabalhadores não indicaram uma ruptura com o neoliberalismo, mas sim a sua manutenção e avanço.

certo mal-estar nos entusiastas das “metodologias” do movimento, como relatado por Mavi Rodrigues:

Diferente das versões anteriores do FSM, o realizado na Venezuela em 2006 desvelou a contradição que existe em seu seio, desde o seu nascimento: "mudar o mundo, [mas] sem tomar o poder" e falamos isto não apenas porque em Caracas o presidente venezuelano Hugo Chávez em seu pronunciamento na abertura da Assembleia Mundial dos Movimentos Sociais trouxe certo constrangimento ao defender que "a conquista de poder [político, econômico e militar] é imprescindível para construir outro mundo possível" (Rodrigues, 2006, p.223-224)

Notamos que, mesmo em um espaço construído para discutir e orientar ações práticas contrárias ao neoliberalismo, como é o caso da Assembleia dos Movimentos Sociais – que se trata de um dos eventos paralelos e não associado às instâncias diretivas do Fórum –, não se encontra um espaço permissível ao discurso político radical.

O fórum ocorrido no continente africano apresentou outro tipo de polêmica, a qual reafirmou os tensionamentos expostos pelo “manifesto de Porto Alegre” através do lançamento de um novo documento de caráter contestatório. O lançamento do documento chamado de “Apelo de Bamako”, reacendeu os debates que encerraram o período anterior ao Fórum, ao sintetizar “algumas ideias dos que consideram que o FSM deva ter consequências mais práticas no enfrentamento da globalização hegemônica.” (Rabelo, 2011, p.203).

O documento assinado principalmente por Samir Amin e François Houtart, em uma tentativa “de levar o que era um espaço aberto de diálogo em direção a uma estrutura de deliberação e ação” (Araújo, 2018, p.44), encontrou diversas críticas por parte dos organizadores do movimento, sendo efusivamente rechaçado pelo fundador do Fórum enquanto expressão de um projeto autoritário: “Whitaker que viu no Apelo uma tentativa de restaurar a centralidade do Estado-nação nos projetos de emancipação.” (Araújo, 2018, p.45).

De forma similar ao que se sucedeu com o “manifesto de Porto Alegre”, o Conselho Internacional decidiu pela continuidade da chamada “metodologia” do fórum, se negando a tomar posições e se aproximar de algo que poderia soar como um programa político mínimo oficializado, e optando por um posicionamento dogmático em relação a sua própria “metodologia”, como expressa na Carta de Princípios.

O evento seguinte do Fórum, realizado em 2007, retorna à forma “centralizada” ocorrendo em uma única localidade, na cidade de Nairobi, capital do Quênia. Realizado em meio aos debates sobre os limites do Fórum e o seu possível esgotamento, o evento de 2007 se destacou como o “encontro mundial do fórum mais controverso”, devido, principalmente, à “discrepância entre a forma de participação de ONGs, mais bem estruturadas, e as organizações

e associações comunitárias com menos recursos; a forte presença e poder de agenda da igreja” (Rabelo, 2011, p.204).

A preponderância das ONGs, em relação aos demais movimentos políticos participantes, se soma questão do financiamento dos fóruns por parte de organizações e empresas capitalistas, às quais o fórum de Nairobi recorreu para a sua realização, como apontado por Natália Lima Araújo, “Enquanto na Índia não foram aceitos recursos de fundações e corporações ligadas ao imperialismo, no Quênia o Fórum foi financiado pelas empresas Kenya Airways e Celtel” (Araújo, 2018, p.49). Ambas as polêmicas reacendem os questionamentos levantados durante a realização do evento de 2004 em Mumbai, intensificando os debates acerca da necessidade de o movimento demonstrar na prática o seu discurso contrário ao neoliberalismo, e romper com o financiamento de instituições ligadas a estas políticas econômicas, tanto diretamente na realização dos eventos, quanto indiretamente, por meio da participação de ONGs financiadas por esse capital.

A persistência destas discussões demonstra a capacidade da direção do movimento de se blindar das críticas, muitas vezes por meio da alusão simbólico-discursiva de que o Fórum Social Mundial já representava uma luta coerente contra as políticas neoliberais, e que deveria ser celebrado pelas suas inovações. Apesar de ser descrito enquanto uma “praça aberta”, esta blindagem revela a mão firme com que os fundadores do movimento o conduziam.

Essa condução firme do movimento é demonstrada pela discussão feita por Walden Bello – um dos signatários do Manifesto de Porto Alegre – e Francisco Whitaker. O intelectual e político filipino publicou um texto no qual expressa concordância com discurso feito por Hugo Chávez no fórum de Caracas, no qual ele fez um alerta sobre o risco do fórum se tornar apenas um espaço de ideias sem nenhuma efetivação prática.

No mesmo texto, o autor ainda comenta sobre a decepção causada pelo evento de Nairóbi, expondo que começou a existir certa dúvida acerca da função do Fórum Social Mundial dentro dos movimentos contrários ao neoliberalismo, a partir da qual se deveria questionar a validade do movimento dentro da nova conjuntura política internacional,

Is the WSF still the most appropriate vehicle for the new stage in the struggle of the global justice and peace movement? Or, having fulfilled its historic function of aggregating and linking the diverse counter-movements spawned by global capitalism, is it time for the WSF to fold up its tent and give way to new modes of global organization of resistance and transformation?²¹ (Bello, 2007).

²¹ “O FSM é ainda o meio mais apropriado para a nova conjuntura de luta por justiça global e paz? Ou tendo cumprido sua função histórica de congregar e estabelecer conexões entre os diversos movimentos de oposição surgidos a partir das contradições do capitalismo global, há chegado o tempo do FSM se recolher e abrir espaço para novas formas de organização internacionais de resistência e transformação?” (Tradução nossa).

A crítica é rebatida por Francisco Whitaker, que argumenta acerca da validade do Fórum Social Mundial continuar existindo na forma de um “espaço aberto”, como orientado por sua Carta de Princípios, defendendo que a função histórica do movimento ainda não foi atingida e que a proposta feita por Walden Bello resultaria no aborto de um processo em construção:

In what concerns cultural changes, in the behaviors and in the practices of political action, there is no doubt that, under the ideological dominance of capitalism, we need maybe generations to see this happening. Why then to interrupt that process, or to finish that parallel road to action? That is in fact the question to put to Walden Bello, in response to the question at the end of his essay.

Defendendo a integralidade da Carta de Princípios, Whitaker acaba se contradizendo, afirmando que o motivo que estabelece a validade do Fórum Social Mundial continuar existindo, sem alteração em sua forma, é o fato de ainda existirem as condições que levaram ao seu surgimento, embora afirme a existência de um processo desencadeado pelo próprio Fórum, que pode resultar na efetivação dos “efeitos positivos” dele para com os movimentos políticos de oposição ao neoliberalismo. Sem que a contradição seja notada, o autor justifica a existência do Fórum através de sua própria incapacidade de avanço, orientando que os membros desse movimento devem esperar a concretização do processo em desenvolvimento.

O evento seguinte do fórum mundial ocorre na cidade de Belém, no estado do Pará, em 2009. O evento que marcou o retorno do Fórum Social Mundial em território brasileiro, após quatro anos, foi possibilitado pelo governo estadual do Pará, Estado que se encontrava governado naquele período por Ana Carepa, do Partido dos Trabalhadores, eleita em 2006.

Ocorrendo pela primeira vez na região amazônica, esta edição do fórum se concentrou principalmente na “questão ambiental e a crise financeira que eclodiu em 2008.” (Araújo, 2018, p.49).

O evento foi marcado pela participação de cinco presidentes eleitos na chamada “maré rosa”: Evo Morales, Hugo Chávez, Lula, Rafael Correa e Fernando Lugo. Embora em grande número, a participação dos presidentes não gerou os mesmos tensionamentos e debates causados pelas últimas participações de Lula e Hugo Chávez. Segundo Moacir Gadotti, estes buscaram construir pontes com o fórum, visto que “Os presidentes consideraram-se, eles mesmos, resultado de um processo no qual o Fórum tem sido protagonista.”, e indicaram a correspondência entre as plataformas políticas de seus governos com as linhas políticas defendidas pelo Fórum, considerando que “muitas das propostas defendidas ali já faziam parte do programa de governo de seus países.” (Gadotti, 2009, p.89).

As contradições apresentadas pelo Fórum durante esse período também são reveladas nas chamadas “metodologias” do movimento, ou seja, na forma como os eventos deveriam

ocorrer segundo o entendimento ideológico de seus organizadores. Um dos choques entre a realidade e o discurso-simbólico das “metodologias” é relatado no artigo de Jaime de Oliveira Soares, *O FSM não pisa na Terra Firme: contradições da institucionalização dos movimentos sociais*, em que o autor discute os conflitos ocorridos durante a realização do evento em Belém, entre os moradores do bairro Terra Firme – um bairro periférico nos entornos da universidade onde o fórum estava ocorrendo – e os organizadores do movimento. Os moradores foram impedidos de entrar no evento e de comercializar produtos, o que resultou no cancelamento de atividades do Fórum: “Alguns chegaram a ser cancelados devido ao alto número de populares, fato que gerou notícias em todos os jornais da cidade” (Soares, 2009, p.79). As proibições e cancelamento de atividades pela presença de público contradizem a imagem almejada pelos organizadores do Fórum Social Mundial de que o movimento seja uma “praça aberta”.

Embora o evento realizado em Belém tenha sido celebrado enquanto um momento em que “foi superada a tensão” do debate entre aqueles que defendiam a Carta de Princípios integralmente e os que entendiam que o fórum deveria construir um novo projeto político mais contundente contra o neoliberalismo (Gadotti, 2010a, p.89-90), como veremos, esse debate se mantém, mesmo no último evento desse período, determinando em parte os rumos que o Fórum tomará após o período estudado em nosso trabalho – o qual debateremos brevemente na última seção.

O evento mundial que encerra esse segundo período da história do Fórum Social Mundial foi realizado na cidade de Dakar em 2011. Ocorrendo em meio à ascensão da chamada “Primavera Árabe”, o evento foi marcado pela celebração desses processos políticos (Araújo, 2018, p.53).

Os debates internos e as contestações sobre o caráter do movimento, que marcaram todo esse período do Fórum, foram sentidos também nesta edição do evento mundial. No artigo *Latin Americans at the World Social Forum in Dakar The relationship between the alter-global movement and the institutional sphere*, por meio de entrevistas e observações acerca dos participantes latino-americanos do evento, são relatadas as contradições entre o FSM e os governos de esquerda no poder naquele período. É demonstrado no artigo que, embora o Fórum nunca tenha determinado um posicionamento em relação a estes governos de esquerda da América do Sul, a maioria dos seus participantes defendiam uma aproximação para com os governos entendidos como aliados do Fórum (Bergamaschi; Rodríguez; Nez, 2015, p.158).

O aspecto mais interessante desse artigo, no entanto, está no relato de um dos membros do Conselho Internacional em relação a participação do presidente Evo Morales na manifestação de abertura do fórum: “his presence was not appreciated by everyone. ‘A head of

state should not have been allowed to speak at the beginning of the Social Forum' declared Gus Massiah, a member of the WSF International Council,"²² (Bergamaschi; Rodríguez; Nez, 2015, p.164).

O membro do Conselho Internacional vai além da simples crítica e propõe, em uma reunião, a necessidade de tornar a Carta de Princípios mais radical dentro de suas próprias linhas políticas: "[Gus Massiah] asked to have the WSF Charter include a stipulation that no heads of state shall be allowed to participate in the WSF in the future"²³ (Bergamaschi; Rodríguez; Nez, 2015, p.164).

A defesa dogmática da Carta de Princípios indica, em grande medida, os rumos tomados pelo Fórum Social Mundial após o seu segundo período. Podemos entender que os defensores desta linha política, atuantes dentro do Conselho Internacional do Fórum, saem vitoriosos nos debates acerca dos rumos do movimento, determinando assim a continuidade sem alteração da fórmula apresentada pelo Fórum em seus dois primeiros períodos.

A primeira década do Fórum Social Mundial e seu segundo período se encerra com um gosto agri-doce para as pessoas que receberam a inauguração do movimento com entusiasmo, pois se por um lado o movimento avançava no seu ideal de internacionalização, por outro ele também apresentava uma diminuição de seu público e se distanciava de qualquer atuação contundente contrária ao neoliberalismo, levando muitos entusiastas do movimento a considerações semelhantes às apresentadas na crítica de Walden Bello, de que o Fórum havia chegado ao seu limite.

Retomaremos brevemente o processo histórico do Fórum Social Mundial na terceira e seção deste trabalho, a fim de observarmos os tensionamentos que o movimento encontra após os seus dois períodos de maior proficuidade, e que levaram esse movimento a encontrar os limites para a efetivação concreta de seu programa político. Nestas seções, buscaremos identificar também a função social desempenhada por esse movimento no processo das lutas de classes no Brasil.

Devemos, no entanto, nos ater antes às questões político-ideológicas do Fórum Social Mundial, analisando o seu conteúdo programático, que embora tenha a existência negada pelos organizadores do movimento, se apresenta para além da aparência idealizada nos percursos realizados por este. Somente com a observação da expressão ideológica desse movimento é que

²² *A presença dele não foi apreciada por todos. "Um chefe de Estado não deveria ter recebido permissão para falar na abertura do Fórum Social" declarou Gus Massiah, um membro do Conselho Internacional do FSM. (Tradução nossa)*

²³ *"[Gus Massiah] pediu para que a Carta do FSM incluísse uma estipulação onde nenhum chefe de Estado deveria ser permitido a participar de um FSM no futuro." (Tradução nossa).*

poderemos avançar para a construção de um quadro mais completo e satisfatório em nosso estudo.

Tomaremos neste sentido as pistas deixadas por Michael Löwy, no artigo *Negatividade e utopia do movimento altermundialista*, onde o autor argumenta acerca da existência de um programa político “extraoficial”:

Claro, nenhuma instância aprovou um “programa comum”, e nenhuma força política impôs o “seu” projeto. Observamos, porém, no curso dos Fóruns e dos debates, o surgimento de um conjunto de reivindicações, senão unânimes, pelo menos amplamente aceitas e levadas à frente pelo movimento (Löwy, 2008, 35)

Tomaremos também, para além da análise do conjunto das reivindicações realizadas pelo Fórum, a observação das linhas teóricas expressas na Carta de Princípios do movimento, e as orientações realizadas pelos principais intelectuais e organizadores do Fórum em suas obras acerca do movimento.

3. O PROGRAMA POLÍTICO DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: COMO POSSIBILITAR O “OUTRO MUNDO”

A análise do “conjunto de reivindicações” que formam o que entendemos enquanto o programa político do Fórum Social Mundial, deve se orientar no sentido de ordenar e organizar as difusas elaborações teórico-ideológicas que nortearam a ação prática do Fórum e de seus participantes.

Entendemos que esse procedimento deve ser realizado primeiramente pela observação da “Carta de Princípios”, por meio da qual as concepções teóricas básicas do movimento estão expressas. A análise desse documento deve levar em conta as contingências que separam a aparência da essência, pois embora o documento seja construído de forma ampla e pouco definida – visando principalmente a abertura do movimento para todas as organizações minimamente críticas ao neoliberalismo –, existe nele um conteúdo programático e ideológico indicado, o qual orientou em grande medida a forma como o Fórum efetivou suas ações na realidade.

A limitação quantitativa e qualitativa das elaborações indicadas na Carta de Princípios – proveniente principalmente do estilo em que o documento é escrito – é sanada pelo aprofundamento das considerações teóricas e programáticas realizado nas obras escritas sobre o movimento pelos seus principais intelectuais e organizadores. Recorreremos a esse segmento da bibliografia consultada, pelo entendimento de que, embora os organizadores do Fórum declarem que esse movimento não possui uma direção, em grande medida as ações e os horizontes pretendidos pelo seu programa político foram, de fato, desenvolvidos e debatidos por esse grupo de intelectuais ligados ao seu Conselho Internacional.

Tomaremos ainda, como auxílio na reconstrução desse programa político, os relatórios dos debates ocorridos durante os eventos mundiais, a partir dos quais poderemos destacar as principais reivindicações e considerações ideológicas que compuseram o programa do Fórum Social Mundial para além da “Carta de Princípios” e das orientações de seus organizadores. Nestes debates, se destacam demandas de caráter menos abstrato, como exemplificado pela grande presença de debates acerca da Economia Solidária nos eventos mundiais do Fórum, a qual acabou se tornando uma das principais pautas do movimento.

Devemos indicar também, antes de prosseguirmos para a análise do programa do Fórum, que consideramos que o principal lema desse movimento, “Um Outro Mundo é Possível”, apresenta o horizonte político e social almejado pelo conjunto dos participantes do Fórum, expressando o “programa máximo” que orienta o seu programa político, fato que ocorre apesar

do lema receber uma elaboração maior e mais consolidada entre os organizadores, sobre a forma como esta nova sociedade seria construída. Existem três aspectos que devemos observar nas elaborações que entendemos constituir o programa político do Fórum. Estes aspectos possibilitam um entendimento de qual seria o conteúdo expresso em seu lema, definindo aquilo que os organizadores e participantes almejavam enquanto o “Outro Mundo”, e será a partir deles que realizaremos a divisão dos tópicos da presente seção de nosso trabalho.

O primeiro dos tópicos a ser observado neste programa político são as discussões acerca do ator político responsável pela construção do “Outro Mundo”, visto que entender esse aspecto nos permite observar o primeiro delineamento do caráter geral do horizonte político almejado pelo Fórum.

Daremos sequência ao estudo do programa político pela análise das concepções que os organizadores e participantes do Fórum Social realizavam acerca do desenvolvimento histórico-econômico do capitalismo e da realidade concretamente existente. Buscaremos entender qual seria o mundo ao qual o “Outro Mundo” deveria superar, através da análise das noções sobre economia e aspectos teóricos gerais que constituíam a visão de mundo expressa no programa do Fórum Social Mundial.

Por último, buscaremos entender a estratégia e as táticas políticas entendidas como meios para a efetivação do “Outro Mundo”. Neste tópico do programa analisaremos o conjunto das pautas e propostas que se destacaram através da aclamação do público e dos organizadores dos eventos, principalmente as propostas que se apresentavam em identificação direta com o movimento em si. A partir da análise desses aspectos práticos do programa político do fórum, poderemos avançar no entendimento de quais foram as respostas levantadas pelo Fórum Social Mundial frente ao quadro que se apresentava na realidade, ao mundo realmente existente e suas contradições

3.1 O ator político da construção do “Outro Mundo”

A discussão do ator político responsável pela construção do “Outro Mundo” – o sujeito coletivo ou individual que efetivaria a possibilidade desta nova sociedade na realidade – está inserida em um longo debate realizado dentro do campo político identificado como esquerda, e estabelece os contornos que serão herdados e desenvolvidos pelo Fórum Social Mundial.

Iniciado principalmente após as contestações políticas ocorridas em 1968, esse longo processo de revisão teórica tem como uma de suas pretensões a crítica da concepção marxista

de sujeito revolucionário – a qual era preponderante em um amplo setor dos partidos e movimentos políticos de esquerda até aquele momento.

A concepção marxista entende que, a partir da divisão social do trabalho existente no período de domínio do modo de produção capitalista, e com o surgimento da grande indústria, se dá a constituição de uma nova classe social, produto social do desenvolvimento do capitalismo, que se encontra apartada de qualquer forma de propriedade dos meios necessários para a reprodução da vida humana:

Somente os proletários atuais, inteiramente excluídos de toda autoatividade, estão em condições de impor sua autoatividade plena, não mais limitada, que consiste na apropriação de uma totalidade de forças produtivas e no decorrente desenvolvimento de uma totalidade de capacidades. (Marx; Engels, 2007, p.73)

Essa consideração se expressa na afirmação de que “De todas as classes que hoje se contrapõem à burguesia, só o proletariado constitui uma classe verdadeiramente revolucionária.” (Marx; Engels, 2008, p.27).

O papel do proletariado, enquanto a classe social – e o “ator político” – que detém a capacidade de efetivar a completa superação da sociedade burguesa, e, portanto, a única classe verdadeiramente revolucionária, deriva-se da própria concepção marxista de “classes sociais”. Qualquer proposta que buscasse realizar a crítica e revisão desse aspecto da elaboração teórica marxista deveria realizar um rompimento mais profundo, abandonando de forma declarada – ou sutil – a categoria das classes sociais, o que significou para alguns autores o abandono da concepção de luta de classes.

A revisão, como observada na seção anterior deste trabalho, se inicia pelo questionamento do papel do proletariado enquanto sujeito revolucionário, e o entendimento de que o marxismo já não daria conta das contradições que se apresentavam a partir daquele novo período. Para os autores interessados em prosseguir com esse projeto de revisão, se observava naquele momento a emergência de um conjunto de “novos sujeitos”, os quais superariam quantitativamente o proletariado dentro do capitalismo contemporâneo, como apontado por João E. Evangelista ao comentar a obra do filósofo grego Cornelius Castoriadis nesse processo de revisão teórica: “nos países de capitalismo moderno, o proletariado tende a se tornar uma “camada” social numericamente minoritária e não mais se manifesta como uma classe social” (Evangelista, 1992, p.19). Essa formulação de Castoriadis levou à compreensão de que

Por esse motivo, a concepção de um sujeito revolucionário deve dar lugar a uma “nova” forma de pensar as transformações sociais a partir de uma pluralidade de sujeitos sociais igualmente importantes. Daí, podemos concluir que as classes sociais não podem mais ser consideradas os sujeitos coletivos fundamentais na trama da reprodução e/ou transformação das relações sociais e da ordem social abrangente. (Evangelista, 1992, p.19)

O programa político do Fórum apresenta um desdobramento particular desse processo de revisão, no qual os teóricos desse movimento realizam a construção ideal-conceitual de um novo sujeito político, o qual, como veremos, consegue representar o conjunto dos “novos sujeitos sociais” de forma singular.

Nossa investigação deve partir da identificação proposta pela Carta de Princípios acerca do caráter do Fórum, que é iniciada descrevendo o movimento enquanto um “espaço aberto” de encontro e articulação “de entidades e movimentos da sociedade civil”. Vale ressaltar, também, que o movimento “não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial” (Conselho Internacional, 2001).

Por si só, essa elaboração não apresenta nenhum delineamento de qual seria o sujeito da transformação almejada pelo Fórum Social Mundial, porém, ao avançarmos a leitura para as discussões realizadas pelos principais intelectuais do movimento, encontramos uma correspondência entre este sujeito e o conceito de sociedade civil, como indicado por Francisco Whitaker:

É bem evidente que a construção desse outro mundo não é função do Fórum, por mais decepcionante ou desestimulante que possa ser esta afirmação. Como já foi dito na apresentação deste livro, o Fórum não mudará o mundo – quem mudará será a sociedade. (Whitaker, 2005d, p.58)

Portanto, o Fórum em si não seria o ator político da mudança que propõe ao mundo, visto que essa função deveria ser realizada pela “sociedade civil”. Sendo um conceito caracteristicamente bastante amplo, a Carta de Princípios busca estabelecer uma limitação, a partir da qual passam a ser considerados, enquanto parte desta “sociedade civil mundial”, os seguimentos políticos que “se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo.” (Conselho Internacional, 2001).

Embora sejam estabelecidas essas limitações sobre quais segmentos desta “sociedade civil” poderiam ser considerados enquanto a parte responsável pela transformação do mundo, o tratamento dado ao conceito por parte dos intelectuais do Fórum ainda assim é bastante amplo como discutido por Moacir Gadotti em seu artigo, *Mudar o mundo sem tomar o poder*, em que este autor e membro do Conselho Internacional do Fórum afirma que

O sujeito da mudança não é só uma classe ou uma multidão. São sujeitos todos aqueles e aquelas que não querem ser objetos.
O poder é uma capacidade, a capacidade de fazer. Nós somos capazes. “Nós” como sujeito crítico-revolucionário e não “eles: a classe trabalhadora, os outros, o coletivo, os líderes, os heróis. (Gadotti, 2010c, p.36)

Se observa que a sociedade civil é entendida enquanto um conceito alheio às determinações das classes sociais existentes no capitalismo, e, portanto, sem uma classe

definida, na qual são abrigados todos os segmentos sociais minimamente contrários ao neoliberalismo.

A interpretação apresentada pelos intelectuais do Fórum possui um lastramento histórico na forma com que o conceito vem sendo trabalhado, principalmente no contexto da filosofia e ciências sociais brasileiras do período final do século XX.

Devemos destacar a relação do tratamento do conceito por parte dos intelectuais do Fórum, e o abandono da interpretação realizada por Karl Marx e Friedrich Engels, a qual influenciou amplos setores dos movimentos e partidos os quais o Fórum Social Mundial considerava como antiquados.

O primeiro aspecto a ser notado na forma como o assunto é tratado na obra dos dois filósofos alemães é a existência das classes sociais dentro da sociedade civil, como os autores expõem ao discutir a questão no livro *A Ideologia Alemã*, no qual afirmam que “A sociedade civil abarca o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas” (Marx; Engels, 2007, p.74), portanto, se trata também do ambiente de venda e da exploração da força de trabalho dentro do capitalismo, abrangendo tanto os trabalhadores quanto a burguesia. Dentro da sociedade burguesa, esta é a esfera na qual os homens existem em igualdade legal, onde estes podem realizar trocas entre semelhantes perante as leis.

Em outro texto, escrito anos após *A Ideologia Alemã*, Karl Marx relaciona novamente o seu entendimento de sociedade civil para com a questão econômica e a divisão de classes sociais. No prefácio do texto *Para uma crítica da economia política*, Marx afirma que “a anatomia da sociedade civil precisa ser procurada na economia política.”²⁴ (Marx, 1961, p.301). Portanto, o tratamento marxista à questão demonstra que a sociedade civil não pode ser entendida enquanto um espaço autônomo e livre de contradições, e ainda, que não existe sociedade civil sem classes sociais. Sendo o espaço onde ocorrem as trocas materiais, inclusive a venda da força de trabalho, entre os trabalhadores e os capitalistas, é na sociedade civil que se inicia e reproduz a exploração do trabalho, bem como as formas de opressão que se desenvolvem a partir da necessidade de reprodução do capitalismo.

A maior novidade produzida pelos intelectuais ligados ao Fórum está na transmutação da “Sociedade Civil” em um ator político autônomo e global, no qual os autores ignoram a existência de conflitos entre as classes sociais. Sem que busquem a autonomia desta na

²⁴ Nas duas citações a tradução é feita do alemão “*Bürgerliche Gesellschaft*”, termo que pode ser traduzido tanto para “sociedade civil”, no sentido em que “civis” denotam como “cidadãos”, ou como “sociedade burguesa”, de forma que a depender da tradução podem ser geradas interpretações distintas.

economia política, os intelectuais do Fórum idealizam a Sociedade Civil enquanto um ator político ontologicamente progressista, que estaria em perpétuo conflito com o Estado.

A definição particular que esse grupo de intelectuais realiza do conceito influencia a forma organizativa do Fórum Social Mundial, o qual busca ser um reflexo da diversidade dos diferentes movimentos e interesses que existem no interior desta. A influência é discutida por Francisco Whitaker:

[...] a adoção nos Fóruns dessa perspectiva horizontalizante na diversidade não foi teórica, mas uma consequência quase natural do fato de ele ter-se definido como espaço da sociedade civil, buscando articulá-la para que se reforçasse como novo ator político. (Whitaker, 2010, p.10)

Está relacionada com a forma particular de apreensão dos intelectuais do Fórum acerca do conceito de “sociedade civil” a forma como estes entendem também o conceito de “Estado”. O Estado é entendido de forma diametralmente oposta à “sociedade civil”, o qual se opõe ao conjunto de movimentos políticos e aos interesses progressistas da sociedade.

Dentro da apreensão desse conjunto de intelectuais, o Estado é composto de forma ampla, abrangendo para além dos órgãos administrativos e militares, compondo-o, também, o conjunto dos partidos políticos – independente de seus conteúdos ideológicos e práticos – institucionalizados ou não.

Esse entendimento se demonstra no oitavo ponto da Carta de Princípios, no qual se define o Fórum enquanto um espaço “não-governamental e não partidário”, e que se desdobra no ponto seguinte do documento em uma proibição formal: “Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares.” (Conselho Internacional, 2001). A relação desta proibição com a compreensão teórica do Fórum do conceito de “Estado” é esclarecida por Francisco Whitaker:

Entendeu-se, e se entende ainda, que sociedade civil são as instituições não-governamentais, as associações, os movimentos e as entidades sindicais, o que corresponde à parte da sociedade que se organiza para realizar determinados objetivos, superando, portanto, a ação individual desligada do conjunto da sociedade. Como já foi dito anteriormente, essa compreensão do que seria a sociedade civil excluiu partidos políticos, governos, e suas instituições internacionais, e organizações militares (Whitaker, 2005d, p.59).

Embora o autor se corrija rapidamente em uma nota de rodapé, em que expressa que, do “ponto de vista teórico” os partidos não estariam excluídos da sociedade civil, (Whitaker, 2005d, p.59), essa afirmação, ao mesmo tempo que busca realizar uma mediação para a afirmação da exclusão dos partidos da “sociedade civil”, também abre espaço para uma diferenciação desses intelectuais do “ponto de vista teórico” e da efetivação prática do Estado.

Observamos também, nesta citação de Whitaker, a identificação do caráter progressista intrínseco à sociedade civil, a qual, segundo o autor, é composta exclusivamente de movimentos políticos que agem coletivamente para conquistar os seus objetivos.

A concepção conceitual do Fórum Social Mundial se difere completamente da forma como o conceito foi trabalhado pelos autores clássicos do marxismo – e mesmo pelos autores do iluminismo clássico²⁵. O processo de afastamento e revisionismo do marxismo no qual o Fórum se insere, como discutido anteriormente, é mais amplo que somente este movimento, sendo a tônica hegemônica nos movimentos e partidos políticos de esquerda brasileiros desde a década de 1980, os quais foram influenciados, principalmente, pelas contestações ao marxismo realizadas a partir de 1968.

O intelectual brasileiro Carlos Nelson Coutinho, ao discutir o período de rearticulação política do campo de esquerda brasileiro, realiza uma observação pertinente acerca de algumas das particularidades que o conceito de “sociedade civil” recebe ao ser debatido por autores brasileiros e latino-americanos, particularidades essas que influenciam o Fórum Social Mundial:

No contexto da luta contra a ditadura, “sociedade civil” tornou-se sinônimo de tudo aquilo que se contrapunha ao Estado ditatorial, o que era facilitado pelo fato de “civil” significar também, no Brasil, o contrário de “militar”. Disso resultou uma primeira leitura problemática do conceito: o par conceitual sociedade civil/Estado, que forma em Gramsci uma unidade na diversidade, assumiu os traços de dicotomia radical, marcada ademais por uma ênfase maniqueísta. (Coutinho, 1999, p. 9).

Seguindo esta contribuição, entendemos que a exclusão dos partidos políticos de participarem do Fórum Social Mundial se dá por uma leitura onde se opera a identificação entre a luta pelo poder político com o imediato pertencimento aos aparelhos do Estado. Dentro desta leitura, as organizações políticas que, institucionalizadas ou não, buscam a tomada do poder e o controle do aparato do Estado, mesmo que para o seu próprio definhamento ou destruição, são entendidas como apêndices do próprio Estado, reproduzindo as formas de dominação desse.

Coaduna nossa afirmação os apontamentos realizados por Francisco Whitaker ao destacar que o Fórum buscava se afastar de métodos políticos antiquados, e que os princípios da Carta de Princípios não realizavam nada além de “recuperar intuições que vinham sendo experimentadas pelos movimentos sociais nos últimos 30 anos, depois de diversas mobilizações antiautoritárias, em especial em 1968.” (Whitaker, 2005d, p.97), intuições que afirmavam que

²⁵ Em *Sobre o conceito de sociedade civil*, Norberto Bobbio observa que para Hegel a sociedade civil seria “A sociedade civil constitui o momento intermediário entre a família e o Estado” (Bobbio, 1982, p.30).

os antigos métodos usados na luta contra o capitalismo apresentavam o equívoco de que “sua lógica era a mesma do sistema que se pretendia superar” (Whitaker, 2005d, p.98).

Inserido no contexto brasileiro, o Fórum realiza também a recuperação das “intuições” desenvolvidas pelo conjunto de intelectuais ligados ao processo de rearticulação da esquerda brasileira na década de 1980. Para esses intelectuais, críticos à forma de luta dos partidos políticos, a “sociedade civil” surgia como uma necessidade na luta contrária ao autoritarismo da Ditadura Militar:

Nós queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente. Isso significa que se não existisse, precisaríamos inventá-la. Se fosse pequena, precisaríamos engrandecê-la.” (Weffort, 1984, p. 95)

A sociedade civil era entendida por esses autores, não como um ator político em si, mas sim enquanto um espaço de atuação dos “novos movimentos sociais” ligados a uma disputa política relacionada com o cotidiano de uma série de camadas e identidades sociais. Neste sentido, no livro *Quando novos personagens entram em cena*, de Eder Sader, o autor afirma que o principal impacto dos novos movimentos sociais foi a “revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular” (Sader, 1988, p.26), que está relacionado com a sociedade civil:

Essa nova valorização da "sociedade civil" expressava uma alteração de posições e significados na sociedade, que se mostravam tanto nas categorias de pensamento quanto nas orientações das ações sociais. (Sader, 1988, p.34)

A partir desse espaço de atuação, se formaria um novo sujeito político “coletivo e descentralizado”, sendo que o novo sujeito “são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, reconhecer-se mutuamente” (Chauí, 1988, p.10). Os novos movimentos sociais fugiriam do controle dos partidos políticos, os quais, segundo Marilena Chauí, seriam “instituições em crise”, incapazes, portanto, de fornecer um centro de direção teórico-prática.

A crítica, que se dirige principalmente aos Partidos Comunistas, afirma que os movimentos sociais buscam se defender da “tradição sociopolítica da tutela e de cooptação”, representada pelos partidos. Observamos, neste sentido, tanto a valorização da “sociedade civil”, quanto os conflitos entre os movimentos que agem nessa esfera com os partidos políticos.

Os intelectuais do Fórum Social Mundial operam uma fusão entre o espaço de atuação dos “novos movimentos sociais” e os próprios “novos movimentos sociais”, definindo, assim, a sociedade civil enquanto sujeito e ator político autônomo, que é capaz de representar os diferentes setores que se movem na sociedade, sem que se distinga sua classe social.

Os partidos de “instituição em crise”, impossibilitados de impor um centro dirigente para os novos movimentos sociais, e de os tutelar e cooptar, passam então a ser identificados como instituições ligadas ao Estado.

Notamos que a identificação de classe social não é tangenciada pelos intelectuais do Fórum Social Mundial. Seja para definir a “sociedade civil” ou o “Estado”, ambos são entendidos como alheios à existência de conflitos entre o capital e o trabalho. O sujeito político privilegiado pelo Fórum Social Mundial é apartado de qualquer determinação econômica, existindo somente em sua expressão política.

Devemos apontar que, neste sentido, a chamada “sociedade civil mundial” autônoma, transmutada em ator político, só pode existir por meio da idealização dos organizadores do Fórum Social Mundial, os quais ignoram as determinações materiais que constroem a fisionomia da “sociedade civil” transformando-a, de um dos ambientes de conflito e disputa entre as classes sociais existentes no capitalismo, em uma entidade política naturalmente progressista e contrária ao Estado. O programa do Fórum, portanto, não apresenta através do discurso-simbólico de seus formuladores um sujeito político concreto.

Mesmo nos textos desse conjunto de intelectuais, notamos como o vácuo concreto deixado pela mistificação discursiva precisa ser preenchido por justificativas. A “sociedade civil mundial” muitas vezes é tratada não como um sujeito político consolidado na realidade, mas como um sujeito que está se constituindo através da existência do Fórum Social Mundial.

Essa falta de tangibilidade do sujeito político ideal proposto pelo programa leva o movimento a efetivamente propor uma expressão mais concreta deste, e a “sociedade civil”, sendo incapaz de se apresentar enquanto um ator político na realidade, abre espaço para a valorização do Cidadão enquanto indivíduo responsável pela realização das “ações cívicas” que interessam a sociedade civil como um todo, o qual se movimenta necessariamente pelo cotidiano como sua esfera de atuação política. Discutiremos o conteúdo real do sujeito político privilegiado pelo FSM ao longo dessa seção, principalmente em seu terceiro tópico, bem como buscaremos aprofundar esse debate na última seção do presente trabalho.

Se define, assim, o ator político privilegiado pelo programa político do Fórum Social Mundial, o qual seria o agente responsável pela construção do “Outro Mundo” como horizonte societário. Após observado os contornos teóricos que delineiam esse ator político, devemos prosseguir para a leitura e observação da análise realizada pelos intelectuais e organizadores do Fórum acerca da realidade concretamente dada, a fim de entendermos como estes entendiam o mundo que buscavam contestar.

3.2 O mundo antes do “Outro Mundo”

O primeiro aspecto a ser destacado, na análise de mundo realizada pelos intelectuais e organizadores desse movimento político, é a crítica ao chamado “neoliberalismo”, a qual se encontra exposta na abertura da Carta de Princípios, sendo entendida e apresentada como a principal justificativa para a construção de todo o movimento político – e o seu subsequente programa político.

Os delineamentos que a crítica recebe, tanto nesse primeiro documento quanto nas diversas produções textuais realizadas pelos intelectuais do Fórum, são marcados por um reducionismo na análise das características fundamentais desse período do desenvolvimento histórico-econômico do capitalismo, que se desdobra em uma infinidade de análises divergentes, e mesmo conflituosas.

Notamos que, se tratando da principal justificativa para a existência e construção desse movimento político, os organizadores e intelectuais buscam manter a análise em aberto, a fim de ampliarem a possibilidade de ingresso para um escopo maior de organizações políticas minimamente críticas ao neoliberalismo – cada qual apresentando a sua própria leitura do fenômeno.

Somada aos textos produzidos pelo conjunto de intelectuais do Fórum, e à sua Carta de Princípios, esta temática também será amplamente discutida dentro das atividades “auto-gestionadas” e das palestras realizadas nos eventos mundiais, as quais apresentaram, em determinados momentos, debates de caráter mais aprofundado do que o realizado “oficialmente”²⁶, os quais, porém, não chegavam a caracterizar um avanço geral na análise do movimento.

Recorremos novamente ao livro do idealizador do FSM, Francisco Whitaker, que busca apresentar as linhas gerais do Fórum Social Mundial e acaba indicando a sua análise para o momento histórico em que o movimento estava inserido:

E a terra se encontra hoje dominada, até militarmente, pelo capitalismo em sua nova roupagem, a do neoliberalismo globalizado, contra o qual a única reação forte tão condenável como o capitalismo: a do terrorismo localizado mas também passível de generalização por toda a Terra. (Whitaker, 2005d, p.86)

Para o autor, o “Neoliberalismo” é entendido enquanto uma forma nova, uma nova roupagem do próprio capitalismo, o qual é marcado por uma escalada da violência por parte do Estado, que até aquele momento encontrava como única forma de oposição as ações terroristas.

²⁶ Destacamos neste sentido o debate realizado por István Meszáros no terceiro encontro mundial do Fórum Social Mundial. (Carta Capital, 2004, p.38-39).

O tópico também é trabalhado pelo autor em um texto que precede a realização do primeiro evento do Fórum Social Mundial, no qual Francisco Whitaker busca apresentar as noções que norteariam o encontro a ser realizado na cidade de Porto Alegre. Neste artigo chamado *Fórum Social Mundial: origens e objetivos*, o autor apresenta a suas concepções acerca do processo produtivo existente no período do chamado “neoliberalismo”:

A possibilidade que existe atualmente de se produzir em pedaços pelo mundo afora para depois se montar o produto final onde quer que seja, isto é, produzir onde estão a matéria-prima e os custos mais baixos, montar onde está o mercado consumidor ou onde os custos de montagem são também mais baixos, é um tipo de procedimento que se tornou possível pela rapidez com que hoje em dia as mercadorias podem ser fácil e rapidamente levadas de um lado para outro e pela diminuição do custo desse transporte. (Whitaker, 2005a, p.180)

Caracterizando, desta forma, o processo produtivo do capitalismo no período em que se iniciava o FSM, o autor ainda argumenta que o que caracterizaria a globalização seria “o fato de ela ser comandada pelos interesses do capital financeiro, que é um capital impessoal, sem nenhuma relação com o ser humano” (Whitaker, 2005a, p.181).

Sendo uma das elaborações de maior fôlego teórico que encontramos na bibliografia consultada para este trabalho, notamos que Francisco Whitaker se afasta de uma concepção mais estreita do Neoliberalismo, na qual passa a identificá-lo enquanto a nova face do capitalismo no início do século XXI, que seria caracterizado pela sua impersonalidade e violência. A crítica do autor se volta principalmente para o papel desempenhado pelo capital financeiro nesta nova etapa econômica.

Outros textos inseridos dentro dos debates acerca do tema reproduzem uma apreensão distinta, se aproximando de uma análise mais política do fenômeno, como o expresso por José Maria Gomez, no artigo *Fórum Social Mundial de Porto Alegre 2002 e os desafios do movimento social global*, em que o neoliberalismo é identificado enquanto um conjunto de políticas econômicas que levam à

Concentração exponencial de riqueza e poder em e entre países e regiões, aumento da desigualdade, polarização e exclusão social, crescimento do desemprego e da precarização do trabalho, crises financeiras recorrentes e baixas taxas de crescimento econômico, intensificação da degradação ambiental, desvalorização da cidadania social, forte diminuição da autonomia político-estatal (quando não, em estado extremos, da desintegração estatal), multiplicação de guerras e conflitos bélicos, persistência do protecionismo e dos subsídios das grandes potências, enfraquecimento da democracia política e das formas partidárias de representação, erosão de culturas tradicionais etc. (Gómez, 2002, p.20)

Destacamos esse texto em particular pelo fato de estar contido em um livro organizado pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, o que entendemos que permite indicar de forma mais satisfatória os posicionamentos e análises das ONGs brasileiras

presentes no processo de construção do Fórum Social Mundial. Embora essas organizações apresentem diferentes entendimentos acerca do tema, a tendência geral é que a definam enquanto um determinado conjunto de políticas econômicas, variando em quais políticas ou tendências constituem o neoliberalismo.

Conjuntamente à crítica ao neoliberalismo, existe a crítica ao processo de globalização, chamado de “globalização neoliberal”, o qual é entendido enquanto um processo antagônico à proposta do Fórum Social Mundial de ser uma “globalização contra-hegemônica” mais humana e solidária.

O contexto político mundial também impacta os debates do Fórum relacionados ao tema do neoliberalismo, como podemos observar pelo aparecimento de discussões acerca da guerra, surgidos após a invasão do Afeganistão pelos EUA, no ano de 2001.

Essa temática recebeu uma atenção especial do filósofo húngaro István Mészáros, que buscou em sua palestra, realizada no terceiro evento mundial do Fórum, expor as relações entre a guerra e a crise estrutural do capital, definindo que,

A atual ordem das regras capitalistas encontra-se numa profunda crise estrutural; uma crise nunca antes julgada possível. A falência de nosso sistema é tão grande – mais uma vez levantando o espectro de guerras devastadoras, como por duas vezes aconteceu durante o século XX – que a visão do colapso apresenta-se no horizonte.” (Carta Capital, 2004, p.38).

Entretanto, essa definição acabou não gerando grandes repercussões dentro do movimento, principalmente em suas instâncias internas, as quais acabaram apresentando uma análise da questão da guerra de maneira isolada de suas determinações estruturais. Os posicionamentos e soluções são direcionados para a política, como exemplificado pelo texto de Arundhati Roy, presente na coletânea *O Espírito de Porto Alegre*, no qual a escritora indiana afirma que “Os governos têm que reconhecer essa transformação, e abordar suas novas tarefas com um pouco de honestidade e humildade.” (Roy, 2002, p.304).

Apesar da oposição aos neoliberais e a globalização neoliberal serem as principais pautas do Fórum Social Mundial, estes dois aspectos não receberam atenção à altura de sua importância para o movimento, o qual optou pela ampliação quantitativa dos movimentos políticos e ONGs que poderiam participar de sua construção enquanto movimento internacional, construção que seria afetada caso o Conselho Internacional deliberasse uma análise e um posicionamento mais elaborado sobre o tema.

Por outro lado, o caráter reducionista da análise do desenvolvimento histórico-econômico do capitalismo, no período vivenciado pelo Fórum Social Mundial, acaba gerando uma série de questionamentos. Pois, afinal, o Fórum Social Mundial e os seus participantes

deveriam se opor ao neoliberalismo enquanto uma etapa do próprio capitalismo ou enquanto um conjunto de políticas econômicas? Seria possível humanizar o capitalismo e sua globalização por meio da abolição das políticas econômicas neoliberais?

Ignorando esses questionamentos, o movimento acabou por esterilizar a capacidade de ação concreta de seus participantes, impedindo a superação definitiva das contradições que originalmente os unificaram enquanto um movimento político.

Para além da questão do Neoliberalismo, o primeiro ponto da Carta de Princípios também apresenta a oposição à dominação do capital e a “qualquer forma de imperialismo” – pautas que recebem uma atenção ainda menor por parte dos organizadores do movimento. O caráter anticapitalista do Fórum Social Mundial é questionável, dada a participação de uma série de movimentos políticos, e principalmente de ONGs, que não necessariamente se identificavam enquanto contrárias ao domínio do capital.

A análise do imperialismo, por sua vez, é apresentada enquanto sinônimo da política externa dos Estados Unidos, principalmente a política de guerra desse país. Isto denota um distanciamento dos debates e análises – realizados pelos intelectuais e movimentos de esquerda – sobre o fenômeno do imperialismo desde seu surgimento no século XIX, principalmente das análises realizadas pelos intelectuais ligados à tradição teórica do Marxismo, como a elaborada por Vladimir Ilitch Lênin em seu livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*²⁷.

Um dos aspectos presentes na análise do mundo ao qual o Fórum Social Mundial buscava superar, é o chamado “pensamento único”, entendido enquanto uma das expressões ideológicas do mundo hegemonizado pela “globalização neoliberal”, a qual auxiliaria o seu controle por meio de um processo autoritário onde se privilegiava uma epistemologia em detrimento de outras:

O conhecimento técnico-científico preside à globalização neoliberal e baseia a sua hegemonia na forma credível com que desacredita todos os saberes rivais, sugerindo que não são compatíveis, em termos de eficácia e de coerência, à cientificidade das leis de mercado. Dado que a globalização neoliberal é hegemônica, não surpreende que ela esteja enraizada no saber, não menos hegemônico, a ciência moderna de base ocidental. (Santos, 2005, p.19)

O Fórum Social Mundial para o autor cumpriria uma função ideológica importante de se contrapor ao pensamento hegemônico do “Norte Global”, pois “a prática do FSM revela que a diversidade epistemológica do mundo é virtualmente infinita”. Representando aquilo que

²⁷ Lênin define o imperialismo como a etapa do capitalismo, a partir de 1880, em que os monopólios exercem cada vez mais influência na produção de mercadorias, de modo que as divisões do capitalismo concorrencial entre bancos, Estado e grupos industriais se confundem. É a etapa em que o capital financeiro e a exportação de capitais ganham maior importância para o processo de acumulação do capital (Lênin, 2021).

Boaventura de Souza Santos chama de “Epistemologia do Sul”, o Fórum poderia romper com o conhecimento técnico-científico, pois “a alternativa epistemológica proposta pelo FSM é a de que não há justiça social global sem justiça cognitiva global” (Boaventura, 2005, p.20).

O sociólogo português afirma a necessidade de se constituir uma valorização do conhecimento para além do científico, entendendo que as chamadas “Epistemologias do Sul” se constituíam alheias a essa valorização, e que

[...] as práticas contra-hegemônicas são, sobretudo, práticas de conhecimento não científicos, saberes de teor prático, muitas vezes tácitos, populares ou leigos, que é necessário tornar credíveis a fim de dar credibilidade a essas práticas (Santos, 2005, p.20).

O privilégio dado aos conceitos de racionalidade e eficácia são denunciados enquanto uma forma de “autoritarismo cognitivo”, o qual violenta as outras formas de conhecimento não-científicas. Além disso,

Os conceitos de racionalidade e eficácia, subjacentes ao conhecimento técnico-científico hegemônico, são demasiado restritivos para captar a riqueza e a diversidade da experiência social do mundo, e, sobretudo, que eles discriminam as práticas de resistência e de produção de alternativas contra-hegemônicas” (Santos, 2005, p.20-21).

As críticas de Boaventura expõem um aspecto mais profundo de sua obra e de suas discussões pregressas²⁸, o que discutiremos com maior atenção na seção seguinte do presente trabalho.

Saindo dos aspectos políticos e econômicos da análise de mundo do Fórum Social Mundial, devemos nos ater às questões de caráter mais abstrato que permeiam essa análise: os valores atribuídos a esse mundo. O primeiro desses aspectos mais abstratos a ser observado é a apreensão que o movimento político apresenta do conceito de Totalitarismo, o qual figura entre as denúncias contidas na Carta de Princípios:

O Fórum Social Mundial opõe-se a toda visão totalitária e reducionista da econômica, do desenvolvimento e da história e ao uso de violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos direitos humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação, assim como a sujeição de um ser humano pelo outro. (Conselho Internacional, 2001)

O conceito de totalitarismo é empregado amplamente na produção bibliográfica relacionada ao Fórum Social Mundial, sendo utilizada em diferentes sentidos, inclusive para descrever diferentes formas de efetivação. Devemos iniciar a análise da forma como esse

²⁸ No texto, *G Lukács: exílio na pós-modernidade*, José Paulo Netto discute e critica os posicionamentos de Boaventura de Souza Santos acerca da ciência e da razão, “reduzida a discurso, além de constituir-se num estrito jogo de linguagem, não pode aspirar a qualquer superioridade cognitiva em face de outros saberes e, uma vez que posta como discurso, o estatuto de sua verdade encontra-se na retórica, (Netto, 2004, p.155).

conceito é empregado no Fórum Social, pelo seu significado original e o seu desenvolvimento no contexto brasileiro.

Em sua concepção original, o conceito de totalitarismo diz respeito a uma forma definitiva de supressão da liberdade individual pelo Estado, como exposto por José Chasin no texto *Sobre o conceito de Totalitarismo*, que ao discutir o conteúdo liberal do conceito, afirma que,

Donde, e à medida que pretendemos ter evidenciado que o conceito de totalitarismo é produto da ótica liberal, fica amparada a afirmação de que a noção de totalitarismo é tão-somente a expressão com que esta perspectiva cunha tudo aquilo que, no plano político, contraria o arquétipo que ela forja de seu mundo e de si mesma. Frise-se, aquilo que contraria o arquétipo, não necessariamente sua realidade. (Chasin, 2012, p.17)

Isto é construído a partir do entendimento liberal de democracia, na qual se opera uma dicotomização entre o Estado e a Sociedade Civil, sendo o totalitarismo o pleno poder do Estado sobre a Sociedade Civil e “onde prevalece a sociedade civil, temos o reino da liberdade; onde domina o estado, reina o totalitarismo.” (Chasin, 2012, p.15).

O conceito recebe uma particular importância dentro do campo político de esquerda do Brasil, a partir de seu desdobramento na Teoria do Autoritarismo – uma das principais correntes teórico-ideológicas desse campo político –, a qual é desenvolvida principalmente pela filósofa Marilena Chauí no contexto da rearticulação da esquerda brasileira pós-ditadura. Entendemos a necessidade de novamente recorrermos à citação realizada no primeiro capítulo, na qual José Chasin, ao fazer a crítica ao autoritarismo, o identifica enquanto uma forma intermediária do conceito de totalitarismo, “desprovida enquanto tal de partes e procedimentos básicos do perfil democrático sem que atinja o cancelamento integral das liberdades que é do formato totalitário” (Chasin, 1989, p.76).

O Fórum Social Mundial apresenta uma leitura similar à exposta na citação, em que a busca pela superação de qualquer forma de totalitarismo – seja completa ou intermediária – se dá pela construção e manutenção da democracia, entendida em sentido amplo e alheia a qualquer caráter de classe: “o Fórum havia surgido, como um espaço de experimentação de novas práticas, respeitadas do pluralismo e da diversidade, comprometidas com o aprofundamento da democracia e da consciência de cidadania.” (Whitaker, 2005d, p.98). Essa forma de democracia genérica e universalizada foi identificada como a grande estrela dos primeiros fóruns, como indicado no texto de Naomi Klein, que afirma que “Porto Alegre também teve uma estrela que, acima de tudo, foi a ‘democracia’” (Klein, 2002, p.269).

Esta concepção de democracia recebe uma forma mais delimitada em algumas comunicações e textos realizados, no âmbito do Fórum Social Mundial, pelo sociólogo

português Boaventura de Sousa Santos, que a define como uma “democracia participativa” (Santos, 2005, p.38). Mantém-se, nesta elaboração, a ausência de um caráter de classe, apesar do autor distanciar a forma de democracia defendida pelo Fórum de outras formas de democracia como a representativa.

Entendemos que a visão de mundo do Fórum Social Mundial se baseia em uma dicotomia entre totalitarismo e democracia, na qual o Estado, bem como as instituições que o compõem – como os partidos políticos –, mantém um controle hegemônico da sociedade civil, do qual a “globalização neoliberal”²⁹, o “pensamento único” e a opressão às minorias são expressões. De forma diametralmente oposta ao totalitarismo do Estado, existe a democracia em sentido universal enquanto exercício cotidiano e reino da Sociedade Civil – em que o Fórum Social Mundial está inserido. Em ambos os lados desta dicotomia não existe um caráter de classe definido, tanto do Estado Autoritário, quanto da democracia.

A dicotomia entre o democrático e o autoritário se apresenta em espaços para além da esfera do poder estatal, semeando-se em meio a cultura, a partir da qual se espalha por entre os movimentos políticos – inclusive os que compõem o Fórum. Com esse perigo espreitando em cada esquina, os movimentos sociais inseridos no Fórum Social deveriam buscar efetivar uma atuação correspondente ao ideal de democracia como concebido no programa político.

O funcionamento interno dos movimentos sociais deveria ser ampliado para se encaixar neste ideal, desenvolvendo-se na direção de um horizontalismo intransigente, cujo modelo seria a “praça aberta”. Soma-se a essa orientação ideológica uma posição pacifista, de igual intransigência.

O horizontalismo, dentro desta concepção muito característica do século XXI, é um desdobramento do ideário de esquerda que se constitui a partir de uma posição crítica ao formato de organização de vanguarda – presente principalmente nos Partidos Comunistas do século XX –, e se desenvolveu no contexto que se segue as movimentações políticas de 1968. Nesse contexto, ocorre uma valorização da forma de organização dos chamados “novos movimentos sociais” em detrimento da forma entendida como hierárquica e autoritária dos partidos de esquerda alinhados ao chamado “centralismo democrático”.

O Fórum Social Mundial avança para além da crítica aos partidos de vanguarda, caminhando em direção a uma crítica geral aos movimentos que compõem o campo de esquerda e seus organizadores expressam o entendimento de que os movimentos sociais apresentam também uma forma “piramidal, por mais democráticos e participativos que sejam o processo

²⁹ Em alguns momentos a globalização chega a ser identificada como “Globalitária” (Machado, 2002, p.77).

decisório interno ao movimento” (Whitaker, 2005c, p.158). Identificando assim o distanciamento do ideal democrático do Fórum, para com a forma de organização dos movimentos políticos do campo de esquerda, os organizadores buscam a constituição de uma nova forma organizacional horizontalizada, na qual,

Além da inexistência de qualquer tipo de hierarquia tanto entre participantes como entre coordenadores e dirigentes, há a possibilidade de livre inter-relacionamento entre as atividades auto-organizativas.

O Fórum “articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas”. Assim, ele consolida os princípios organizativos desse tipo de estrutura horizontal, uma das mais ricas intuições nascidas em 1968. (Whitaker, 2005d, p.53)

É neste sentido de avançar a horizontalidade, para além da que é encontrada nos “novos movimentos sociais”, que os organizadores do Fórum Social Mundial buscam construí-lo não como um movimento político, mas como um “espaço” de debates e trocas onde os movimentos sociais e as ONGs pudessem participar de forma descentralizada.

Encontramos, nesse aspecto proposto pelos organizadores do Fórum Social Mundial, mais uma das contingências entre o discurso idealizado e a efetivação na realidade, pois embora se busque construir uma “praça aberta”, essa organização apresenta características próprias de um movimento político. Isto é identificado pela existência de um órgão dirigente que elabora o conteúdo ideológico e prático do movimento expresso, principalmente, pelo Conselho Internacional somado à existência efetiva de um conjunto de reivindicações que formam um programa político – ainda que extraoficial –, mas que acaba por orientar a ação do movimento e de seus participantes.

Podemos identificar, ainda, a divisão bastante evidente entre as instâncias internas e externas ao movimento, respectivamente, o Conselho e os comitês organizadores de um lado, e, de outro, o espaço onde ocorrem os debates e as atividades auto-organizadas nos eventos mundiais. Enquanto as instâncias internas discutiam e decidiam as estratégias e “metodologias” a serem seguidas, os debates externos não interferiam nos rumos do movimento político – a não ser no caso de serem cancelados pelos membros do Conselho Internacional.

A necessidade da manutenção e defesa da linha ideológica, segundo a qual o Fórum deveria apresentar um caráter não-deliberativo, e se efetivar enquanto um “espaço”, leva parte dos membros do Conselho Internacional a assumirem um posicionamento cada vez mais dogmático em relação às “metodologias” e a Carta de Princípios, que se digladiam contra os membros do Conselho e os participantes dos eventos, os quais defendiam a transformação do Fórum em um movimento político que emitisse posicionamentos e orientações às organizações que o compunham.

A dicotomia entre o totalitarismo e a democracia inscreve, no programa político do Fórum, dois outros desdobramentos de caráter ideológico e prático: a proibição da participação de organizações militares na construção do movimento e a recusa da violência.

Esses desdobramentos se expressam na Carta de Princípios, em seu décimo terceiro parágrafo, no qual lemos que o Fórum busca fortalecer e articular os movimentos da sociedade civil que ampliem “a capacidade de resistência social não-violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado” (Conselho Internacional, 2001).

O Fórum Social Mundial analisava o momento histórico em que estava inserido como um período marcado pela violência: de um lado, o processo da globalização neoliberal e o terrorismo de Estado, que se expressava através das guerras; do outro lado, a escalada do terrorismo, enquanto ferramenta política de contestação à globalização neoliberal, exemplificado pelos atentados do 11 de setembro. O Fórum busca negar e se contrapor a toda forma de violência, entendida enquanto uma forma genérica e universalizante.

O texto em que essa questão é melhor abordada é *The Rise of Global Left: World Social Forum and beyond*, de autoria de Boaventura de Souza Santos. Nele, o autor identifica que o debate acerca da violência representou um dos aspectos de uma “crise global na esquerda”, na qual a esquerda abdicou de apresentar uma concepção própria sobre a violência. Abdicando de uma abordagem filosófica da questão da violência, a esquerda se desarmou da capacidade de entender e propor respostas para as novas formas de terrorismo surgidas no século XXI (Santos, 2006, p.4). Embora apresente uma percepção de que a esquerda deveria voltar a debater a questão da violência, Boaventura não destoa da Carta de Princípios acerca da participação de agrupamentos políticos militarizados, entendendo-os como um espaço de oportunidade para os movimentos políticos que advogam pela não-violência.

Outros organizadores do Fórum apresentavam uma visão mais intransigente em relação à violência. Francisco Whitaker chega a argumentar que o FSM deve “respeito aos participantes e organizadores que consideram que a possibilidade do uso da violência não deve ser sequer cogitada”, concluindo que a participação de organizações que fizessem “proselitismo” sobre a violência faria com que os movimentos pacíficos fossem “‘violentados’ no espaço do Fórum” (Whitaker, 2005d, p.66). O autor também afirma, em outro texto, que o uso da violência como forma de ação política e tomada do poder, “por exemplo nas revoluções armadas, acaba obrigando aqueles que assumiram o poder a manter o mesmo autoritarismo dos que foram substituídos” (Whitaker, 2005b, p.213).

A superação do “pensamento único” promovido pela globalização neoliberal também deveria ser realizada por meios pacíficos, subjetivos e individuais, de forma que os intelectuais do fórum se afastavam e condenavam as tentativas de “revolução cultural” realizadas pelos governos de esquerda do século XX, identificadas por estes como tentativas de suplantação de um pensamento único por outro, dado que “A revolução cultural, lançada na China por Mao, significava impor a quem não pensava como ele, que tinha que pensar daquela mesma forma, e que esse era o pensamento correto” (Whitaker, 2002, p.242).

Esses aspectos demonstram a forma como o programa político do Fórum Social Mundial entendia o mundo em que estava inserido. Se tratava de um mundo marcado pelo avanço da “globalização liberal”, em que a violência e a opressão do Estado esmagavam a sociedade civil, construindo uma espiral de totalitarismo que se espalhava por toda a sociedade se infiltrando até nos espaços onde se luta contra o totalitarismo. Esse processo produzia um “pensamento único” e autoritário baseado no saber “técnico-científico”, o qual além de respaldar ideologicamente essa realidade, também servia para submeter violentamente as demais epistemologias – principalmente as propostas fora do chamado “Norte Global”. Por outro lado, esse processo apresentava brechas através das quais surgia um “movimento global de esquerda” que impulsionava a “globalização contra-hegemônica”. Esse movimento era protagonizado por um novo ator político, a própria Sociedade Civil, que para enfrentar o autoritarismo da “globalização neoliberal” deveria buscar a construção de uma democracia plena e universal, representando também uma proposta epistemológica contra-hegemônica – uma epistemologia do sul.

Essa análise de mundo era construída por meio de conceitos amplos e pouco definidos, que poderiam ser entendidos de diferentes maneiras e combatidos das mais diversas formas. Destacava-se, porém, que o mundo não poderia mais ser entendido pelas categorias marxistas, que haviam perdido sua validade analítica por não terem acompanhado as transformações sociais ocorridas a partir da última metade do século XX.

Desta forma, tanto o Estado e a sociedade civil quanto o autoritarismo e a democracia não podiam ser entendidos através da análise de suas perspectivas, sendo concebidos como conceitos autônomos, inexistindo um Estado Burguês e uma democracia liberal, assim como suas contrapartes operárias. Essa concepção é esclarecida por um artigo de Arnaud Blin, compilado no livro *100 propostas do Fórum Social Mundial*, no qual o autor afirma que,

ao passo que os altermundialistas rejeitam completamente os postulados da ideologia marxista – tomada de poder, luta armada, revolução mundial, partido de vanguarda – e por isso viram definitivamente uma página importante da história.

De fato, o altermundialismo é o único movimento que apela para uma ruptura (político-ideológica) total com o passado junto com seu desejo de mudar o mundo sem tomar o poder, através de uma transformação dos grandes valores e uma abertura a novos espaços alternativos. (Blin, 2006, p.107).

Até aqui, foi realizada a análise das duas características mais teóricas que orientavam a construção do programa político do Fórum Social Mundial: o ator político privilegiado e a leitura da realidade expressa neste programa. Podemos prosseguir com a nossa análise das características mais ligadas à busca pela efetivação prática do programa, iniciando pela abordagem estratégica expressa nesse programa político. Em outros termos, estudaremos a forma como os organizadores do Fórum concebiam o caminho que o movimento deveria percorrer para a efetivação do “Outro Mundo” através da realidade dada.

3.3 O caminho para o “Outro Mundo”: A estratégia do Fórum Social Mundial

O lema “um outro mundo é possível” revela o horizonte almejado pelos participantes e organizadores do Fórum Social Mundial, o qual é proposto de forma ampla e pouco definida como é característico do FSM. O “outro mundo” representa, em uma primeira análise, um horizonte puramente negativo, que se trata da negação do mundo da globalização neoliberal e do “pensamento único”. Devemos buscar tanto no conjunto de propostas que se apresentaram com maior aclamação nas edições mundiais do Fórum, quanto na produção bibliográfica dos principais intelectuais e organizadores desse movimento acerca do tema, os possíveis aprofundamentos da proposta.

Devemos iniciar este tópico com uma observação breve, discutindo a definição de estratégia e táticas que utilizaremos nesse trabalho, bem como o debate acerca da definição desse conceito nas produções bibliográficas acerca do Fórum Social Mundial que consultamos durante a preparação deste trabalho.

O debate sobre tática e estratégia se desenvolve na ciência política com dois termos emprestados dos estudos militares, que tiveram uma particular influência das contribuições teóricas escritas pelo marxista russo Vladimir Lênin, como nos é esclarecido pelo livro, *Estratégia e Tática*, de Marta Harnecker, no qual a autora cubana discute a definição e uso das duas categorias. Segundo a obra de Marta Harnecker, a estratégia “determina o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo final.” (Harnecker, 2012, p.65), enquanto a tática é entendida como uma “ação específica, de acordo com as circunstâncias históricas concretas” (Harnecker, 2012, p.109).

Encontramos, no trabalho de Julia Ruiz Di Giovanni, o tratamento mais dedicado e aprofundado – entre os trabalhos consultados – sobre a estratégia do Fórum Social Mundial. Tendo dedicado um capítulo inteiro à questão, a autora apresenta as diferentes formas que o conceito foi recebido entre os membros do movimento, as quais a autora resume da seguinte maneira

Levando em conta o conjunto vivo dos diferentes usos da noção de estratégias no contexto do FSM – a tarefa a que se dedicou este capítulo – é possível dizer que, além de um conceito, ela é a marca de um gênero de enunciação. Sendo recusada como categoria de uma política “velha” e impositiva, mantida na distância segura do horizonte, como estação futura de um caminho em que não vale a pena se apressar, ou remetida estritamente ao plano das ações autônomas das entidades que não se deve confundir com o FSM em seu conjunto – a estratégia é um modo de falar sobre o saber e o poder, de indicar com maior ou menor descrição a presença de sujeitos de poder. (Di Giovanni, 2015, p.84)

Sendo entendida enquanto um “modo de falar sobre o saber e o poder”, a análise de parte dos membros do movimento busca se afastar do debate acerca da estratégia, produzindo o que a autora chama de “discurso negativo da estratégia”, o qual busca “manter o lugar de poder continuamente esvaziado” (Di Giovanni, 2015, p.64).

Essa questão, no lugar de indicar um caminho pelo qual o movimento deveria seguir para a construção de seu horizonte político – o seu objetivo mais elevado –, representaria uma noção perigosa de poder, que poderia criar conflitos e disputas entre as organizações que compunham as instâncias internas do movimento:

Como se fala do poder em um mundo em que a enunciação de objetivos, prioridades ou identidades é considerada uma ameaça, onde a enunciação de um sujeito unitário ou a constituição de um locus de poder lançaria todos no abismo das disputas à mercê de monstros arcaicos, colocando tudo a perder? (Di Giovanni, 2015, p.84)

Consideramos que, embora o debate acerca da estratégia ocorrido no Fórum Social Mundial apresentasse diferentes abordagens e formulações que muitas vezes negavam a existência de uma estratégia enquanto o fio condutor da ação do movimento, sua análise necessita passar pela apreensão estratégica da construção do “outro mundo”, pois, apenas a partir disso, o nosso estudo conseguirá avançar para uma leitura do conteúdo real expresso tanto pelo movimento quanto por seus objetivos mais elevados.

Entendemos que a realidade de um movimento se dá não pelo discurso expresso em seus documentos oficiais ou nas afirmações que seus organizadores fazem sobre a própria organização política, mas sim pela sua efetivação prática na realidade³⁰ – embora os

³⁰ Essa concepção a qual nos alinhamos está presente tanto na elaboração filosófica quanto no conhecimento cotidiano das pessoas. Ao passo que se fazia presente tanto nos entendimentos do *shopkeeper*, de Marx e Engels (Marx; Engels, 2007, p.50), quanto na cultura popular brasileira, na qual é expressa de forma conclusiva como “Não adianta querer/ tem que ser/ tem que ‘pá’” (Racionais MC’S, 2002).

organizadores do Fórum Social Mundial tenham privilegiado o discurso-simbólico, ao descreverem os diferentes aspectos teóricos e práticos desse movimento.

Identificamos duas propostas estratégicas principais no Fórum que, apesar de contarem com algumas divergências de ordem conceitual, e, mais destacadamente de concepção organizacional, apresentam bases teóricas similares e não divergem em seus princípios teóricos.

A primeira e mais influente das concepções estratégicas presentes nos debates do Fórum identificadas por nós é a posição que chamaremos de “dogmática”, por sua destacada defesa intransigente da integralidade da Carta de Princípios e do Fórum enquanto um “espaço aberto”. Essa corrente estratégica tem como o seu principal defensor o fundador do movimento, Francisco Whitaker.

Além desta, entendemos o conceito de “Emancipação Social”, o qual é apresentado, nas obras de Boaventura de Sousa Santos, como uma segunda proposta de estratégia para a construção do possível outro mundo, a qual é aclamada por parte dos participantes dos primeiros fóruns.

Embora essas estratégias apresentem divergências em relação a forma organizacional e tática, ambas buscam a construção de um horizonte similar, convergindo em seus conteúdos e na forma ampla pela qual são propostas. Ambas as estratégias visam congregar diferentes formas de ação em seus planos táticos de construção do “outro mundo”.

A primeira noção teórica que devemos observar, em relação à estratégia do Fórum, está relacionada com a concepção desse movimento para com a questão do poder político. Assim como indicada no tópico anterior, essa concepção se constrói a partir da negação do poder político, o qual necessariamente pertence à esfera do Estado e, por consequência, é contrário ao exercício da sociedade civil, e desinteressante para o horizonte do Fórum Social Mundial. Nesse sentido, o aspecto estratégico presente no programa político desse movimento destoa tanto das concepções revolucionárias quanto das concepções reformistas.

Nesse aspecto, um dos textos de maior influência para o debate estratégico do Fórum Social Mundial foi o livro de John Holloway, *Mudar o mundo sem tomar o poder*, o qual foi citado por diversas vezes nas produções bibliográficas consultadas para este trabalho. Embora esse livro não tenha sido escrito no âmbito do Fórum, a discussão feita por John Holloway encontrou um terreno fértil nesse movimento, principalmente através do entendimento da relação entre a luta pelo poder político e a legitimidade das lutas por transformações sociais, a qual o autor define como

perdida uma vez que o próprio poder se filtra no interior da luta, uma vez que a lógica do poder se converte na lógica do processo revolucionário, uma vez que o negativo da rejeição se converte no positivo da construção do poder” (Holloway, 2003, p.32).

Entendendo que a luta pelo poder retira das lutas por transformação a sua característica mais progressista, o seu caráter negativo, o autor propõe que as mudanças devem ser construídas através de relações de não-poder. O autor afirma que as mudanças sociais não podem ocorrer através do Estado (Holloway, 2003, p.32), identificando, enquanto forma exemplar do exercício do não-poder, o processo político impulsionado pelo Exército de Libertação Nacional, no estado mexicano de Chiapas.

A influência do livro de Holloway no Fórum Social Mundial é explicitado diretamente pelo artigo homônimo escrito pelo intelectual e membro do Conselho Internacional, Moacir Gadotti, no qual o autor coaduna o entendimento de que o processo de transformação é iniciado imediatamente pelo movimento político engajado nessa mudança. Para Gadotti, o “outro mundo” já estava em processo de realização pela ação do Fórum: “É o que estamos fazendo agora, aqui, a cada instante, autonomamente, sem precisar tomar antes, de assalto, o poder do Estado.” (Gadotti, 2010c, p.35).

Essa visão teórica é particularmente influente na primeira perspectiva estratégica que identificamos no Fórum Social Mundial, a qual defende a integralidade da Carta de Princípios frente às mudanças conjunturais. Um dos motivos dessa defesa é a concepção de que a existência do Fórum indica o avanço de um processo em construção do “outro mundo”.

O principal formulador dessa linha estratégica é Francisco Whitaker, apresentando-a, principalmente, em seus textos acerca da “cidadania” e do papel do exercício da cidadania na mudança social. Recorremos ao seu artigo de 2003, *Insurgência cidadã contra a ordem estabelecida*, no qual Whitaker debate uma série de diferentes movimentos que ele identifica enquanto formas de insurgências, as quais segundo o autor “se dá quando se atinge o limite de capacidade de aceitação do que nos é imposto por quem detém qualquer tipo de poder”, podendo até mesmo se insurgir “contra os próprios instrumentos de que dispomos para nos insurgir, como nossos partidos e sindicatos.” (Whitaker, 2005b, p.211).

Nesse sentido, o autor destaca uma dessas formas de insurgência, a qual está relacionada com a emergência da forma de fazer política dos “novos movimentos sociais”, os quais se desenvolvem nas décadas de 1980 e 1990, sendo responsáveis pelo surgimento de uma “consciência da cidadania” entre os movimentos políticos de esquerda:

As pessoas foram percebendo a necessidade e a possibilidade de pensar e agir como cidadãos e enquanto cidadãos, filiados ou não a partidos, sindicalizados ou não, sem precisarem ser pagas para isso, uma vez que todos devem e podem intervir nas decisões políticas que moldam a vida de todos. (Whitaker, 2005b, p.215).

O autor relaciona o processo de construção do Fórum Social Mundial com esse despertar da “consciência da cidadania”, a partir da qual esse movimento deveria cumprir a função de

continuar o processo e elevá-lo para além da capacidade própria dos “novos movimentos sociais”:

[...] já era tempo de consolidar, como alternativa às ações propriamente partidárias a “ação cívica” não dirigida desde cima, como ação política diversificada de uma “sociedade civil” autônoma em relação aos partidos. (Whitaker, 2005b, p.216).

Nesse sentido, confere-se a caracterização de uma nova forma de insurgência contra a ordem estabelecida, a chamada “insurgência cidadã”, a qual teria uma abrangência mundial pelo fato de que “Ela fez surgir, ao mesmo tempo, um novo ator político, a “sociedade civil planetária” (Whitaker, 2005, p.216). A partir da concepção dessa “insurgência”, da qual o Fórum seria uma das expressões práticas, o autor propõe um dos delineamentos de suas perspectivas para a efetivação política do “outro mundo”:

É dentro desse quadro de possibilidades que deve ser situado o Fórum Social Mundial, que nos reúne em Porto Alegre, como uma das expressões da insurgência cidadã contra o neoliberalismo que cresce hoje no mundo. Sua contribuição nesse processo é a busca e a concretização de métodos mais eficazes de mudança, que levem a resultados mais perenes. Ele nos convida a não mimetizar o modo de atuar competitivo dos dominantes que contestamos. Propõe que entremos dentro de nós mesmos, pessoalmente e em nossas próprias organizações, mudando nossos comportamentos e nossas estruturas organizativas, bem como nossas relações com os outros e as relações entre nossas organizações, porque o “outro mundo possível” só será realmente possível e efetivamente outro se a mudança for dessa forma profunda. (Whitaker, 2005b, p.213)

Notemos duas das características principais desse posicionamento estratégico para a efetivação do “outro mundo”. O primeiro aspecto é o caráter subjetivo da proposta: o autor propõe que a mudança deve ser iniciada na individualidade dos participantes do movimento, e a partir desta ampliada para os próprios movimentos. O segundo aspecto da proposta é a valorização de seu caráter negativo, visto que, de fato, a proposta é definida muito mais pelo mundo que procura negar do que pelo mundo que busca construir – e assim também o caminho estratégico para a construção desse “outro mundo” é delimitado pelos métodos de efetivação que devem ser negados e evitados.

A concepção estratégica do Fórum Social Mundial não pode ser entendida sem que observemos a sua relação com a democracia. Podemos entender o apelo, realizado por Whitaker, à cidadania e ao papel da sociedade civil frente à ordem estabelecida como uma forma de ampliação do caráter democrático das democracias existentes. Em uma entrevista concedida para Márcia Junges e Patrícia Fachin no ano de 2011, Francisco Whitaker afirma que “O problema da democracia é o problema da participação dos sujeitos. Para nós a radicalização da democracia não se trata somente da democracia representativa e política, mas da democracia econômica, cultural e social em geral.” (Whitaker, 2011), indicando, assim, uma aproximação com o ideal de “democracia participativa”, a qual não indica nenhuma necessidade de ruptura

social para a sua construção. O autor conclui ainda que “A metodologia do Fórum é uma metodologia de democratização.” (Whitaker, 2011).

Devemos discutir a outra forma de estratégia que se apresentou nas elaborações acerca do Fórum Social Mundial, a qual foi proposta pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos. Durante os anos estudados, o autor foi o intelectual de maior relevo dentro do movimento, fato que se confunde com o papel exercido por ele em relação ao Conselho Internacional e ao conjunto do movimento. Embora Boaventura tenha apresentada muitas das formulações expressas pelo Fórum, ele se destacou como uma das vozes de oposição à linha defendida por Francisco Whitaker, a qual podemos exemplificar através dos documentos assinados pelo intelectual em relação aos rumos do movimento³¹.

Por outro lado, a estratégia da “emancipação social” elaborada por Boaventura critica essa concepção de não-poder, pois entende que exista a necessidade de uma terceira via entre aqueles que defendem a tomada do poder e aqueles que defendem ignorar o poder:

Continua sendo muito difícil encontrar um caminho intermediário, e somos vários os que estamos buscando outra via, na qual a questão não é tomar ou não o poder, mas transformá-lo, sobretudo a partir de um princípio que é fundamental: em todas as lutas os conflitos são determinados pelas classes ou grupos dominantes. (Santos, 2007, p.101).

Afastando-se tanto da renúncia quanto da tomada do poder, ele argumenta a possibilidade e a necessidade de utilizar-se dos “aparelhos hegemônicos” para avançar um projeto progressista para a sociedade. O autor desenvolve essa questão em um ponto anterior neste mesmo texto citado, no qual afirma que “os conceitos para enfrentar o novo, a descontinuidade, a ruptura, a revolução, hoje nós não temos” (Santos, 2007, p.84), e que existe uma ausência de alternativas para o “novo”, visto que que o devir está momentaneamente fechado e sem nenhuma previsão de voltar a existir:

[...] não está na agenda política uma transformação global. Ou seja, estamos em um momento, em um período de transição, que é tardio demais para ser pós-revolucionário e prematuro demais para ser pré-revolucionário. (Santos, 2007, p.101).

A possibilidade que se coloca para Boaventura é uma mudança semântica, a alteração dos termos do conflito em uma “pluralidade despolarizada”. O autor identifica essa prática no sucesso da luta dos povos indígenas que “Articulam-se as lutas mudando os termos”, e conclui

³¹ Consideramos, portanto, que Boaventura de Souza Santos não se caracteriza enquanto o “intelectual típico” do Fórum Social Mundial, como identificado no trabalho de Mauricio Bernardino Gonçalves, *Esquerda Pós-Moderna e Emancipação Social: Uma resposta ao Fórum Social Mundial*, segundo o qual “é nele onde se localizam as elaborações mais profundas e desenvolvidas sobre o FSM, ou dito de outra maneira, é nele onde a realidade do FSM se manifesta e se encarna de forma explicitada” (Gonçalves, 2010, p.16).

que “o lado político de uma epistemologia dos saberes é a incompletude de propostas políticas e a necessidade de uni-las sem uma teoria geral.” (Santos, 2007, p.101), além de afirmar que a prática do Fórum Social Mundial já indica a realização dessa pluralidade.

Assim, em sua proposta estratégica, Boaventura nega a discussão dos termos “revolução” e “reformismo”, argumentando que para muitos dos movimentos presentes no Fórum esta divisão não faz sentido por eles “não se reconhecerem nestas clivagens e recusarem entrar nos debates sobre elas”, e ainda que “Acima de tudo, esta clivagem, para muitos movimentos e organizações é ocidentalcêntrica e nortecêntrica”. O autor propõe então uma mudança na discussão entre os termos “reforma” e “revolução”: “Para quem assim pense, a questão não é ter de escolher entre reforma ou revolução, mas antes de como alimentar, de modo sustentado, o inconformismo e a rebelião enquanto atitude subjetiva e prática política” (Santos, 2005, p.92).

Para o autor, o ponto estratégico da construção do “outro mundo” seria por meio do que ele chama de “democracia de alta intensidade”, que seria uma forma de democracia mais avançada que a simples “democracia participativa”. Para Boaventura,

[...] o importante é que, se estamos tentando fazer uma teoria política nova, uma democracia radical de alta intensidade, sabemos que isso será somente por meio da democratização de todos os espaços. Então, minha definição de democracia é: substituir relações de poder por relações de autoridade compartilhada. É um trabalho democrático muito mais amplo do que se pensava até agora. (Santos, 2007, p.62).

Esta nova proposta de “democracia” se apresenta ainda como um conceito autônomo, uma forma universal de democracia, que não se encontra perpassada pela noção de classe, e que em si própria, pelo seu caráter democrático, negaria a “democracia liberal” da atualidade sem que houvesse necessidade de uma ruptura com ela e com seus “aparelhos hegemônicos”.

A opção pela democracia em seu aspecto genérico e universal estabelece para essa estratégia uma oposição ao socialismo. O caminho para a construção do “outro mundo” para Boaventura se dá necessariamente pela democracia, sem necessidade de uma tomada de poder, mas sim da intensificação do inconformismo: “[...] a base da opção a favor da democracia participativa, enquanto princípio regulador da emancipação social, em detrimento de modelos fechados como o do socialismo de Estado.” (Santos, 2005, p.38).

Apesar da sua concepção de “democracia de alta intensidade” não ser adotada pelo conjunto dos participantes e membros do Conselho Internacional do Fórum, de modo que pudesse ser identificada como parte da estratégia de construção do “outro mundo”, o horizonte de construção de uma democracia universalizada é um aspecto comum para esse conjunto de intelectuais.

O conteúdo essencial da proposta de emancipação defendida pelo Fórum Social Mundial só pode ser de fato entendido a partir da análise crítica de seus nexos internos, ao qual nos dedicaremos no próximo capítulo, visto que nesta presente seção de nosso trabalho nos é interessante apenas a observação dos delineamentos gerais desta proposta estratégica.

A partir desses dois autores, os quais desenvolvem duas elaborações estratégicas concomitantes, coexistentes e complementares – que se desdobram do ponto de vista tático em duas propostas das quais centram-se as principais discussões internas do Fórum Social Mundial –, além das observações realizadas no tópico anterior a esta seção, é possível entender como se constrói o conteúdo estratégico que orienta e aponta o caminho para a construção do “outro mundo”. Podemos então listar os seus princípios ordenadores: 1) O agente desta mudança é a “sociedade civil planetária”, a ela cabe a construção do “outro mundo”; 2) A sociedade civil planetária, enquanto agente da transformação, não prioriza uma classe, camada ou setor social específico como sujeito revolucionário, bem como não prioriza nenhuma forma de luta particular como única forma de luta; 3) A luta não se orienta para a tomada do Estado, seja por via eleitoral ou revolucionária, pois a luta pelo “outro mundo” estaria condenada desde o seu início a repetir o autoritarismo da sociedade que busca transformar, caso assim agisse; 4) A democracia participativa, ou ampliada a uma intensidade maior do que a existente na atualidade, é o caminho para a construção do “outro mundo”. Qualquer desvio desta, recai no autoritarismo; 5) É estranho para a concepção de democracia do Fórum Social Mundial qualquer aspecto de classe, ela não pode ser nem “democracia burguesa” nem “democracia operária”, sendo necessariamente democracia ou não; 6) A construção do “outro mundo” já se iniciou e se dará de forma gradual durante a existência do Fórum Social Mundial e da ação da sociedade civil planetária, não necessitando de qualquer forma de ruptura com o Estado ou a ordem societária estabelecida.

Como discutimos anteriormente, a efetivação desta perspectiva estratégica deve ser realizada por meio de diferentes táticas aplicadas aos desdobramentos políticos e sociais que se apresentem ao longo do processo de efetivação do horizonte político do Fórum. Desta forma, entendendo a estratégia como um caminho a ser percorrido, consequentemente podemos entender as táticas enquanto as formas de percorrer o caminho, como andar e por onde pisar.

Dentro dos aspectos táticos do programa do Fórum Social Mundial poderemos entender de forma mais satisfatória a sua efetivação na realidade concreta e como se dava a prática política desse movimento político.

3.4 Os tijolos amarelos do caminho para o “outro mundo”: Propostas e reivindicações práticas do Fórum Social Mundial

A apreensão do conjunto de propostas e reivindicações práticas relacionadas ao que identificamos enquanto o programa político do Fórum Social Mundial apresenta alguns desafios provenientes da forma de ação própria do movimento. Por um lado, encontramos a negação da proposição de reivindicações por parte das instâncias internas do movimento, ao mesmo tempo que encontramos uma infinidade de propostas sendo apresentadas através das atividades auto-organizadas nos eventos mundiais.

O obstáculo causado pela segunda característica é ocasionado pela abertura do movimento para a inscrição das mais diversas atividades, que apesar de deverem estar em sintonia com os eixos temáticos dos eventos, apresentavam pouca – ou nenhuma – relação com estes. Assim, ocorre, durante um mesmo evento mundial, um grande número de atividades, as quais apresentam pouca ligação entre si, chegando até mesmo a propor reivindicações conflitantes.

Podemos observar essa característica através da lista de temáticas apresentadas em uma mesma edição do evento mundial, elaborada por José Leite. As oficinas introduziram um sem-número de outras discussões importantes sobre cidadania, educação, universidade, saúde, AIDS, transportes, energia, saneamento, utilização da água, direitos humanos, combate à tortura, gênero, direitos reprodutivos, situação dos negros e combate ao racismo, povos indígenas, portadores de deficiências, situação da Juventude, da criança e do adolescente, trabalho infantil, trabalho escravo, prostituição, segurança pública, imigração, refugiados, abertura de Fronteiras, renda mínima, trabalho, previdência social, luta pelo salário mínimo, alimentação, pesca, reforma urbana e situação das cidades, habitação, nacionalismo, regionalismo, multiculturalismo, luta pela paz, combate ao tabagismo, combate às minas terrestres, novas tecnologias, drogas, capacitação de lideranças, rádios comunitárias, arte, utilização de mecanismos de ação direta na luta política, utopia, perspectivas dos movimentos sociais, terceiro setor, papel das ONGs, direitos do consumidor, situação do empresariado, jornalismo, internet, mídia independente, filosofia da libertação, filosofias da Nova Era, psicanálise política, ética na política, internacionalismo, socialismo, unificação regional, relações Norte-Sul, governança mundial, situação da América Latina, perspectivas da unificação, memórias da repressão política no continente, lançamento de livros etc. (Leite, 2003, p.76)

Embora as características do Fórum e o funcionamento dos seus eventos mundiais dificultem a nossa apreensão do seu conteúdo prático, isso não a impossibilita, levando em consideração que a simples apresentação de uma determinada pauta durante os eventos mundiais não é suficiente para que ela passe a compor o conjunto de propostas mais aceitas pelos participantes e organizadores do movimento.

Devemos identificar as propostas que, seja por sua aclamação, seja por sua correspondência com os eixos temáticos elaborados pelas instâncias internas do Fórum, foram, durante o período estudado, as demandas de maior identificação com o movimento em si. As quais, de forma mais direta, compõem o conjunto identificado por Michael Löwy como o “programa comum” do Fórum Social Mundial (Löwy, 2008, p.35).

Dentro do conjunto de demandas presentes neste programa comum, iremos destacar as propostas de maior abrangência e impacto, as quais apresentam, conseqüentemente, uma maior elaboração teórica, fato que nos permite observar tanto os seus contornos particulares quanto as tendências práticas gerais do movimento. Assim, destacamos as propostas desse programa político de maneira diferente da realizada por Michael Löwy³², analisando as propostas que conseguiam abranger e apresentar formulações mais amplas para a transformação ou melhoria da realidade concretamente dada.

Apesar de nos apresentarmos de acordo com essa lista de propostas comuns do Fórum, entendemos que a exposição do conjunto pode ser realizada de outra forma, que entendemos como mais satisfatória para os fins deste trabalho. Buscaremos apresentar e discutir as propostas de maior vulto teórico, as quais conseguiam abranger grande parte das tendências teóricas ressaltadas por Löwy, de forma que consigamos dar conta de um escopo teórico maior por meio da observação de um menor número de propostas.

A primeira das grandes propostas presentes no programa do Fórum, a qual a defesa se correspondeu intrinsecamente com a prática e existência do movimento no período estudado, é a demanda pela instauração de uma taxa tributária mundial mínima em todas as transações financeiras internacionais, e a destinação dos valores da taxa para um fundo internacional de combate à pobreza.

³² Michael Löwy, no artigo citado anteriormente, lista o conjunto de reivindicações que, para ele, fariam parte do programa comum do Fórum, da seguinte forma: “abolição da dívida do Terceiro Mundo, taxação das transações financeiras, supressão dos paraísos fiscais, moratória dos organismos geneticamente modificados, direito dos povos à própria alimentação, igualdade efetiva entre homens e mulheres, defesa e extensão dos serviços públicos, prioridade à saúde, à educação e à cultura, proteção do meio ambiente.” (Löwy, 2008, p.35)

A pauta que recebeu o nome de seu proponente, o economista laureado pelo Nobel, James Tobin, tornou-se a principal motivação política da ONG internacional ATTAC – um dos movimentos fundadores do Fórum Social Mundial.

O texto inaugural da ATTAC, escrito pelo seu principal intelectual, o jornalista e sociólogo espanhol Ignacio Ramonet, e publicado pelo *Le Monde Diplomatique*, define a proposta da Taxa Tobin da seguinte maneira: Trata-se de tributar, de maneira módica, todas as transações feitas nos mercados financeiros, para estabilizá-los e, ao mesmo tempo, proporcionar receitas à comunidade internacional. Com uma alíquota de 0,1%, a Taxa Tobin arrecadaria, a cada ano, cerca de 166 bilhões de dólares, duas vezes mais que a soma anual necessária para erradicar a pobreza extrema até o início do próximo século. Diversos especialistas demonstraram que a criação dessa taxa não apresenta qualquer dificuldade técnica. Sua aplicação arruinaria o credo liberal de todos os que não se cansam de dizer que as medidas de distribuição de riqueza tornaram-se impossíveis, no atual sistema. (Ramonet, 1999).

Para que a taxa pudesse ser realizada na escala em que se propunha, os seus defensores entendiam que, conjuntamente à defesa da pauta, deveria ocorrer uma luta pela democratização dos organismos internacionais do capital, como a OMC e o FMI, visando a construção de gestões democráticas e ligadas às camadas populares. Trata-se, portanto, de uma proposta que, embora crítica à globalização neoliberal, depende tanto dessa globalização quanto de um intenso fluxo de transações financeiras internacionais para se concretizar, incapacitada, portanto, de apresentar qualquer desdobramento anticapitalista, e podendo existir apenas na vigência do modo de produção capitalista.

A defesa da Taxa Tobin teve uma presença marcante no primeiro período do Fórum Social Mundial, relacionada com os eixos relativos à questão do “acesso às riquezas”. A proposta também esteve presente durante as movimentações de contestação e debate internos, como exemplificado pela sua presença no “Manifesto de Porto Alegre” (Boaventura, 2006, p.205).

Retomaremos as características apresentadas pela proposta da criação da Taxa Tobin, mais adiante, conjuntamente com as características que apresenta de maneira comum para com as outras propostas de maior vulto dentro do Fórum Social Mundial.

Dentro do conjunto das propostas de maior amplitude do Fórum, a segunda à qual devemos destacar é a Economia Solidária, a qual se estendeu para além de uma proposta política, e se tornou uma orientação prática dentro da realização dos eventos mundiais.

No Brasil, a Economia Solidária teve como o seu mais destacado defensor e formulador, o economista Paul Singer, um intelectual e militante político de grande importância histórica

nas lutas sociais do Brasil, desde a “Greve dos 300 mil” em 1953, da qual foi uma das principais lideranças. Em 2003, com a eleição à presidência de Luiz Inácio e o estabelecimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Paul Singer é imbuído como seu secretário, se tornando o maior representante desta proposta política.

A proposta prática da Economia Solidária é a criação de uma rede de cooperativas de produção, crédito e de consumo, que funcionem em uma lógica diferente e paralela ao capitalismo, de forma que operem de forma oposta à competição que caracteriza esse modo de produção.

Para que tivéssemos uma sociedade em que predomina a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir (Singer, 2002, p.9).

A economia solidária recupera muito dos pressupostos elaborados pelos socialistas utópicos no século XIX, como Owen e Fourier, de modo que sua estratégia política gira em torno do cooperativismo enquanto principal forma de transformação social. Neste aspecto, essa concepção teórica, que já se encontrava formulada antes da inauguração do Fórum Social Mundial, teve a possibilidade de se integrar ao panorama teórico desse movimento, a partir das consonâncias teóricas e, principalmente, da perspectiva da transformação societal sem a necessidade da tomada do poder político, entendimento que é demonstrado por Singer ao apresentar a retomada dos pressupostos utópicos.

Trata-se duma concepção de socialismo que dominou a infância e a adolescência do movimento operário europeu e que nunca desapareceu inteiramente, mas foi ofuscada pela perspectiva da “tomada de poder” seja pelo voto, após a conquista do sufrágio universal, seja pela força, após a longa série de revoluções armadas vitoriosas, inaugurada pelo outubro soviético. (Singer, 2002, p.116)

A perspectiva da Economia Solidária se orienta pela busca de uma transformação do capitalismo, de forma gradual e sem rupturas, como exposta por Paul Singer em uma entrevista concedida para Isabel Loureiro, Danilo César e Marcos Barbosa de Oliveira, reproduzida no livro *Socialismo ou Barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil*, no qual o economista afirma que: “Eu acho que o que nós temos, e volto a ser otimista, é a possibilidade de construir um capitalismo democrático, que é uma conquista operária e, nesse espaço, avançar para um socialismo autogestionário.” (Singer, 2008, p.32).

O autor ressalta, nesta mesma entrevista, a relação do Partido dos Trabalhadores com a Economia Solidária, principalmente por meio da Democracia Socialista³³, uma das tendências internas do partido: “O PT e, sobretudo a Democracia Socialista, mas outros setores também, mergulham fundamentalmente no que nós chamamos de “Mensagem ao Partido”, em que a visão de socialismo petista é a economia solidária.” (Singer, 2008, p.27).

A Economia Solidária é identificada enquanto um modo de produção particular, o qual se dá de forma paralela ao modo de produção capitalista, cuja existência é demonstrada pela organização de redes de cooperativas, bem como pela solidariedade existente nestas redes. A Economia Solidária, segundo Singer, pode transformar integralmente o modo de produção capitalista, efetuando uma passagem do capitalismo democrático para uma forma de socialismo autogestionário.

A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar, de um modo de produção intersticial inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal (Singer, 2002, p.116).

Para além da coexistência com o modo de produção capitalista, Paul Singer também indica a necessidade da ingerência do Estado para o pleno funcionamento da Economia Solidária, ressaltando essa relação ao debater a possibilidade de algumas cooperativas se tornarem mais lucrativas que outras, de modo que seria necessário “um poder estatal que redistribua dinheiro dos ganhadores aos perdedores, usando para isso impostos e subsídios e/ou crédito. (Singer, 2002, p.10).

A influência da proposta de construção de uma Economia Solidária no Fórum Social Mundial é demonstrada pela realização de eventos e encontros paralelos aos Fóruns Mundiais, como a Feira Mundial de Economia Solidária e o Fórum Social de Economia Solidária, ocorridos concomitantemente com o FSM de 2010, em Belém, como relatado por Paula Fiuza Lima (Lima, 2013, p.181), bem como pela incidência da proposta dentro da dimensão organizacional dos eventos mundiais, em que o comércio e a distribuição de alimentos eram realizados por movimentos e “Redes” ligados à promoção da Economia solidária.

A presença dos movimentos e redes ligados à Economia Solidária, dentro das tarefas organizativas dos eventos mundiais, é ressaltada no artigo *A construção de uma outra*

³³ A organização política, chamada Democracia Socialista, trata-se de uma das tendências internas do Partido dos Trabalhadores, a qual está relacionada com a construção do Fórum Social Mundial por ser a tendência da qual Raul Pont estava organizado, que além de ser prefeito de Porto Alegre, de 1997 a 2001, foi um grande entusiasta do Fórum durante o período estudado.

economia, de Antônio David Cattani, o qual critica a limitada atuação desses movimentos que, segundo o autor, deveriam passar a cuidar integralmente de todo o aspecto funcional dos eventos, afirmando a necessidade “dos empreendimentos solidários assumirem as tarefas de construção, gerenciamento, abastecimento e segurança” (Cattani, 2006, p.48).

Devemos entender a relação entre a Economia Solidária e o Fórum Social Mundial como uma relação de influência mútua, na qual ambas as partes eram favorecidas. Para o Fórum Social, a Economia Solidária representava uma de suas propostas mais aprofundadas em relação à questão das políticas econômicas neoliberais, a qual se destacava por sua tentativa de dar conta de amplos aspectos da construção da mudança social, diferente da direção estreita que a luta pela instauração da Taxa Tobin e outras pautas singulares apresentavam. Ao mesmo tempo, para a economia solidária e o conjunto dos movimentos que a promoviam, o Fórum representava um espaço onde a proposta recebia uma grande aclamação do público, a partir da qual conseguia repercutir para além do próprio evento.

O cooperativismo se tornou um dos temas mais debatidos e defendidos pelos movimentos de esquerda do Brasil até a atualidade. Embora não possamos afirmar que isto se deu somente pela relação entre economia solidária e FSM, podemos entender que essa relação estava associada ao processo de ascensão do ideário cooperativista no campo de esquerda brasileiro.

Entre as propostas de maior vulto presentes no período estudado, devemos destacar ainda o chamado “Orçamento Participativo”, pauta que se alinhava com os delineamentos estratégicos do programa do Fórum, sendo entendido enquanto uma das formas de efetivação do ideal da democracia participativa.

Como já discutido neste trabalho, a proximidade do programa do Fórum Social Mundial para com a defesa da implantação e ampliação do Orçamento Participativo esteve presente desde os primeiros debates acerca da sua inauguração, sendo um dos principais motivos ideológicos da escolha de Porto Alegre enquanto sede do movimento.

O Orçamento Participativo destacou-se como uma tentativa de inserção da população dentro dos debates orçamentários dos municípios, a qual possui como exemplo mais profícuo justamente a experiência realizada na cidade de Porto Alegre durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores, que esteve à frente do município de forma ininterrupta entre os anos de 1989 e 2004.

O funcionamento dessa forma de política orçamentária em Porto Alegre é descrito no artigo *Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil*, de Leonardo Avritzer, no qual o autor descreve seu processo de realização. Para Avritzer, o

orçamento participativo em Porto Alegre consiste em um processo de decisão pela população sobre as prioridades de obras da prefeitura do município.

Esse processo envolve duas rodadas de assembleias regionais intercaladas por uma rodada de assembleias locais. Em uma segunda fase, há a instalação do Conselho do Orçamento Participativo, um órgão de conselheiros representantes das prioridades orçamentárias decididas nas assembleias regionais e locais. A elaboração administrativa do orçamento ocorre no Geplan – Gabinete de Planejamento da Prefeitura, órgão ligado ao gabinete do prefeito (Avritzer, 2002, p.576-577).

Embora limitado ao contexto local, a experiência do Orçamento Participativo era entendida pelos organizadores do Fórum Social Mundial não apenas como uma forma de debater a gestão e as prioridades do orçamento municipal, mas também enquanto uma forma de oposição à globalização neoliberal. A cidade de Porto Alegre representava a potência do “Sul Global” em construir novas formas de democracia participativa para os intelectuais ligados ao Fórum.

O cartão de visitas do FSM em Porto Alegre tem sido o Orçamento Participativo, que é uma iniciativa local de democratização da gestão pública e de promoção da participação popular. A disputa com o campo hegemônico, nesse caso, está inscrita em uma disputa pelo sentido da democracia, pelo conteúdo e formato do que se pode chamar de processo democrático com participação popular, o qual tem sido um dos principais debates realizados no interior do FSM (Rabelo, 2011, p.239).

O Orçamento Participativo era a efetivação de suas concepções políticas, onde por meio da ação da cidadania a sociedade civil poderia influir nas decisões do poder público sem a necessidade de tomá-lo. O cientista político finlandês, Teivo Teivainen, afirma que a realização do Fórum em Porto Alegre possuía um valor epistemológico: “Learning from Porto Alegre can, at the same time, help break the Eurocentric and neocolonial structures of knowledge production that are dominant in our world”³⁴ (Teivainen, 2002, p.630), rompendo, portanto, com o pensamento único promovido pela globalização neoliberal.

Além disso, as atividades ocorridas durante os eventos mundiais do Fórum foram realizadas de forma destacada por políticos e militantes do Partido dos Trabalhadores, servindo de vitrine para a promoção tanto da pauta quanto do partido.

³⁴ “Aprender com Porto Alegre, ao mesmo tempo, poderia ajudar a romper com as estruturas de produção de conhecimento eurocêntricas e neocoloniais que são dominantes em nosso mundo.” (Tradução nossa).

As discussões sobre o Orçamento Participativo serviram de ponte entre, de um lado, a prefeitura de Porto Alegre e o governo do Rio Grande do Sul, do outro, o Fórum. Esse debate, como é de se esperar, se fez presente de forma destacada durante o período inicial, em que os eventos mundiais do Fórum ocorreram quase exclusivamente em Porto Alegre. Essa utilização pode ser evidenciada por meio da atividade denominada de “Assembleia Pública Mundial do Orçamento Participativo com os Gastos de Guerra”, ocorrida no segundo evento mundial do Fórum, na qual o governo do RS propôs uma discussão acerca dos gastos bélicos mundiais, realizando uma votação simbólica de redirecionamento desse orçamento de guerra (Silveira, 2002, p.105).

A defesa da ampliação e internacionalização dessa proposta representava, para o programa do Fórum Social Mundial, a possibilidade de apresentar um delineamento tático de construção de seu ideal democrático, indicando as potencialidades entendidas pelo conjunto dos organizadores do movimento:

The banner asked for global participatory budget planning, and at least in my mind it meant democratizing global economic institutions. It referred to the potentially global use of a local initiative, where elected government has initiated a remarkable process of popular participation.³⁵ (Teivainen, 2002, p.629).

Essas três grandes propostas táticas que marcaram os debates do Fórum, principalmente em seu período inicial, representam o conjunto de reivindicações mais gerais e abrangentes, e que buscavam dar conta de amplos aspectos na efetivação da construção do “outro mundo”. As demais demandas presentes no Fórum Social Mundial são de ordem mais unidimensional, não buscando dar conta de aspectos tão abrangentes da sociedade, inseridas muitas vezes dentro dos debates acerca das opressões sociais³⁶.

Devemos notar que as três propostas conseguem abranger um grande espectro do ideário presente no programa do Fórum Social Mundial, apresentando de forma comum o entendimento da necessidade da ampliação da democracia e da procura por soluções políticas que não exijam

³⁵ “A faixa pedindo por um planejamento participativo orçamentário global, e ao menos em minha cabeça isso significa a democratização das instituições econômicas globais. Isso se refere à potencialidade de uso global de uma iniciativa local, onde um governo eleito iniciou um memorável processo de participação popular.” (Tradução nossa).

³⁶ Além da visão unilateral apresentada nessas demandas particulares dentro do Fórum Social Mundial, a questão das identidades e opressões apresentou dentro do movimento uma série de conflitos e divergências, provenientes da confluência de diferentes movimentos contrários às opressões dentro do Fórum, questão que foi discutida tanto no artigo *Feminismo e Fórum Social Mundial: revendo a relação entre redistribuição e reconhecimento*, de Isadora Cruxên, em que a autora debate as diferentes visões apresentadas pelos movimentos de mulheres nos eventos mundiais (Cruxên, 2013), quanto no artigo, *Os movimentos negros brasileiros no Fórum Social Mundial 2009: hipóteses sobre a visibilidade*, escrito por Juliana Lima Maia, no qual se discute o apagamento dos movimentos negros dentro do Fórum de 2009 (Maia, 2013).

a tomada do poder. As três necessitam ou de garantias do Estado, ou do próprio capital financeiro internacional, e, portanto, devem ser entendidas como pautas imediatas, alheias à proposição da necessidade de uma ruptura ou transformação radical da forma societária vigente.

Retomaremos essas perspectivas táticas na próxima seção de nosso trabalho, em que buscaremos brevemente discutir também as questões acerca das opressões sociais, discutindo criticamente o conteúdo e a função que estas exerciam a partir do programa do Fórum.

Devemos, porém, antes de prosseguirmos para a próxima seção, debater duas propostas de efetivação prática presentes nos debates do Fórum Social Mundial, e que se inserem a partir da disputa em torno do caráter prático do movimento dentro de seu programa político. Retomaremos, portanto, a discussão transcorrida entre os defensores do Fórum enquanto um movimento político, como exposto no Manifesto de Porto Alegre, contra os defensores da integralidade da Carta de Princípios. Observaremos, porém, no presente tópico, as determinações táticas apresentadas por essas propostas. Esses debates ocorrem prioritariamente acerca da forma organizativa do movimento, embora apresentem conteúdos teóricos e estratégicos semelhantes, como expostos anteriormente.

Publicizado a partir do FSM 2005, realizado em Porto Alegre, onze dos intelectuais mais aclamados presentes no Fórum redigiram e assinaram um manifesto crítico ao caráter não deliberativo do movimento, em que propunham a construção de um programa político mínimo oficial para todo o movimento. As movimentações públicas de crítica se repetem, principalmente no evento mundial de 2006 com o “Apelo de Bamako”, bem como se fez presente nas reuniões do Conselho Internacional.

Essa proposta de reorganização entendia a necessidade do Fórum se tornar um “movimento de movimentos”, capaz de deliberar ações de maior efetividade para as contradições que buscava se opor. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos argumenta sobre a urgência da reformulação organizativa do Fórum, afirmando que:

A ideia por detrás dessa concepção é que, se o FSM não se tornar um ator político em nome próprio, depressa será desacreditado como uma conversa inconsequente, um talk-show, e a energia anticapitalista que gerou será desperdiçada. A celebração da diversidade, por muito louvável que seja, se for abandonada a si própria terá um efeito paralisante e tornar-se-á um joguete nas mãos da dominação capitalista. Para ser capacitante, a diversidade deve ter um centro organizativo e político capaz de decidir e de levar a cabo ações coletivas em nome do FSM. (Santos, 2005, p.98).

Propunha-se então uma reorganização das instâncias organizativas do fórum, a reformulação da Carta de Princípios e a construção de um documento final a cada evento, em que estariam contidas as orientações para ação política dos participantes no próximo período.

Buscava-se formalizar no discurso a forma com que o Fórum já existia na realidade, na forma de um movimento político que contava com um centro organizativo e político, visando se distanciar da tendência puramente negativa apresentada pelo Fórum em suas elaborações teórico-práticas.

A segunda tese táctica defendida nessa discussão, a qual foi vitoriosa no processo, é a tese de defesa da Carta de Princípios, e da caracterização fundacional do Fórum, a qual entendia que o evento não deveria ser organizado como um movimento político, mas sim como uma praça, um espaço aberto e democrático. Essa tese contava com Francisco Whitaker como o seu maior defensor – publicamente e internamente –, o qual a definia de forma vaga, buscando reforçar a ideia de que a defesa da integralidade da Carta de Princípios era uma necessidade para a sobrevivência do próprio Fórum. Utilizando-se da metáfora da praça pública, ele define a dimensão organizacional do movimento como

Um espaço não tem líderes. Ele é só um lugar, fundamentalmente horizontal, como o é a superfície da terra, ainda que podendo comportar altos e baixos. É como uma praça sem dono – se esta tem um dono que não seja a própria coletividade deixa de ser uma praça e passa a ser um terreno particular. As praças são espaços em geral abertos que podem ser usados por todos os que encontram algum tipo de interesse em usá-los. (Whitaker, 2005c, p.159)

Neste sentido, o fórum deveria ser apenas um espaço de debates entre os membros da sociedade civil e seus agrupamentos políticos, onde eles pudessem trocar experiências e articular lutas, sem que houvesse um direcionamento do Fórum Social Mundial.

Ainda segundo Francisco Whitaker, essa forma de organização “trata-se de uma concepção nova na organização de ações políticas.” (Whitaker, 2005d, p.71). Este tipo de afirmação retórica, que buscava destacar as práticas do Fórum como novidades, é bastante comum nos textos dos entusiastas desse movimento, embora muitas vezes elas não ultrapasassem o discurso para que se efetivassem na prática. Como exposto por Francine Mestrum, em um artigo de 2020, “If the ‘horizontality’ means that the really existing hierarchy remains hidden behind a non-defined principle, problems with accountability and transparency will necessarily arise.”³⁷ (Mestrum, 2020).

A partir desse apontamento, podemos notar que as duas propostas não diferiam tanto em suas possíveis efetivações práticas, partindo dos mesmos princípios e com noções estratégicas similares que se voltavam para a democracia participativa e a construção da cidadania plena como horizontes almejados. Embora tenha se consolidado a opção pelo Fórum

³⁷ “Se a “horizontalidade” significa que a hierarquia realmente existente permanecerá escondida atrás de um princípio sem definição, problemas com responsabilidade e transparência irão surgir necessariamente.” (Tradução nossa).

enquanto um “espaço aberto”, o evento sai dos debates fortalecido diante da caracterização organizacional e prática do movimento.

Podemos, a partir da reconstituição e da análise do conteúdo programático do Fórum Social Mundial, tal como proposto por seus formuladores, avançar para uma análise crítica do conteúdo apresentado, buscando observar os significados teórico-práticos da ação política do Fórum Social Mundial para além de sua aparência imediata.

4. OS LIMITES DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Buscamos, ao longo das últimas duas seções, apresentar a construção e o desenvolvimento do Fórum Social Mundial enquanto um dos principais movimentos políticos ligados ao campo da esquerda brasileira, apresentando o contexto histórico em que esse movimento realiza a sua gênese e os seus dois primeiros períodos de história. Também buscamos apresentar o conteúdo programático desse movimento político, reconstruindo seu programa político fragmentado, tentando nos distanciar do discurso no qual se afirmava a inexistência de seu programa político.

Concluídas as etapas precedentes, podemos então prosseguir para a realização de uma análise crítica do movimento em suas dimensões teóricas e práticas, a partir da qual buscaremos observar os conteúdos reais que se apresentaram durante o período estudado, bem como os motivos do que entendemos como sendo o limite do programa político do Fórum Social Mundial.

Retomaremos, nesta seção, os apontamentos realizados acerca do ambiente teórico pelo qual o Fórum foi influenciado em seu momento de gênese, recorrendo às contribuições realizadas pelo filósofo húngaro Georg Lukács e por uma série de intelectuais brasileiros próximos destas contribuições, buscando entender o significado da herança teórica a partir da qual os intelectuais e organizadores do Fórum foram influenciados em suas concepções ideológicas.

Iniciaremos nossa investigação a partir das correntes ideológicas mais amplas, ligadas ao cenário internacional, e as quais foram de fundamental influência para o Fórum e para seus organizadores.

4.1 O significado do legado de 1968

Destaca-se, na bibliografia utilizada na construção do presente trabalho, a influência exercida pelas correntes de pensamento – e as “intuições” –, desenvolvidas no período ulterior ao maio de 1968, denominadas como as “teorias pós-modernas” no conjunto dos intelectuais e formuladores do Fórum Social Mundial. Celebradas por estes, como responsáveis pela realização de um avanço para além das limitações identificadas nas correntes teóricas ligadas à esquerda política anteriores ao maio de 1968 – especialmente no marxismo –, como

demonstrada no debate entre José Paulo Netto e Boaventura de Sousa Santos acerca da leitura do sociólogo português em relação a Karl Marx:

Ao fim de sua "avaliação, Sousa Santos nos oferece um Marx que, referência das ciências sociais (aqui, não se esqueça, a impositação é sociológica) e objeto de evidente respeito e simpatia, não passa pelo crivo crítico do "pós-modernismo de oposição" também no território sociopolítico, enfermado que está seu pensamento de "determinismo", "evolucionismo" e "reducionismo" (Netto, 2004, p.236)

Entendendo a "pós-modernidade de oposição" como um campo filosófico mais "progressista" que o marxismo, opera-se a adesão dos intelectuais do Fórum Social Mundial – ao exemplo de Boaventura – às “intuições” da concepção de mundo particulares das teorias pós-modernas.

A compreensão do significado desse legado filosófico é fundamental para a apreensão do conteúdo real, tanto do programa político quanto da ação prática do Fórum. Mais importante ainda é a posição de classe social expressa neste conteúdo, ou seja, se o Fórum Social Mundial expressa uma linha político-teórica ligada ao proletariado ou à burguesia.

Para tanto, devemos observar o desenvolvimento ideológico que antecede ao surgimento das teorias pós-modernas, e a fim de compreendermos a genealogia desta corrente filosófica recorreremos, neste aspecto, às contribuições realizadas por Georg Lukács, em seus trabalhos, debatendo a história da filosofia burguesa e a sua relação com a razão dialética.

O primeiro aspecto da obra do filósofo húngaro a que devemos observar é a sua periodização do desenvolvimento da filosofia burguesa em sua relação com a razão. Lukács ressalta dois períodos particulares desse desenvolvimento. Em um primeiro momento, destaca o período revolucionário da burguesia:

O primeiro período é o da filosofia burguesa clássica, que vai até cerca do fim do primeiro terço do século XIX ou, no máximo, até 1848. É esta época que dá origem à expressão mais elevada da concepção do mundo da burguesia, isto é, revolta da burguesia contra a sociedade feudal em declínio. A filosofia desta época codifica os princípios últimos e a concepção geral do mundo, próprios a este vasto movimento progressivo e libertador, que tão profundamente reformou a sociedade. Assistimos agora à transformação revolucionária da lógica, das ciências naturais e das ciências sociais. As intervenções da filosofia nos grandes problemas concretos das ciências naturais e sociais mostraram-se férteis e é então que ela se eleva à região das abstrações mais elevadas. (Lukács, 1979, p.22).

Este período, em que a filosofia burguesa se propõe a formular uma concepção de mundo capaz de apresentar respostas para as demandas do conjunto do “terceiro estado” para com o declínio da sociedade feudal, leva esta filosofia ao seu ponto mais alto e universal. Esse ponto é, entre outros aspectos, demonstrado pela consideração presente neste período de que “a

realidade como um todo racional, cujo conhecimento e consequente domínio eram uma possibilidade aberta à razão humana” (Coutinho, 2010, p.22). Partindo desta consideração, a filosofia burguesa pode romper ideologicamente com as noções filosóficas conservadoras nas quais se expressava a justificação do feudalismo enquanto forma última – e divinamente determinada – da humanidade, o que permitia a abertura de espaço para a defesa da transformação desta sociedade.

O segundo período destacado por Lukács se dá após a vitória da burguesia contra o feudalismo, e sua ascensão enquanto classe dominante. O autor destaca também a maturação das contradições do modo de produção capitalista e a organização política do proletariado:

Mas, as revoluções de 1830, e ainda mais as de 1848, atestam que a burguesia perdeu seu lugar à frente do progresso social. Em 1830 começa o processo de decomposição da filosofia burguesa clássica, que termina com a revolução de 1848. Esta data forma, na evolução da filosofia, o limiar de um novo período que termina mais ou menos no início do período imperialista. O combate ofensivo da burguesia contra as sobrevivências do feudalismo está então acabado: sucede-lhe a defensiva contra o proletariado ascendente. (Lukács, 1979, p.24).

Este período, ao qual o autor identifica como o início do processo de decadência ideológica burguesa, caracteriza-se pelo progressivo abandono da noção segundo a qual a realidade pode ser racionalizada e compreendida em sua totalidade pela filosofia. Surgindo enquanto norma da filosofia burguesa, o agnosticismo filosófico "pretende que não podemos nada saber da essência verdadeira do mundo e da realidade e que este conhecimento não teria aliás nenhuma utilidade para nós." (Lukács, 1979, p.24).

A adesão ou o afastamento em relação à razão dialética revela, segundo o autor, o papel que um determinado pensamento filosófico desempenha na realidade concreta, não derivando abstratamente das predileções particulares do filósofo, mas sim do desenvolvimento das lutas de classes em um determinado momento da sociedade capitalista. A continuidade da razão dialética na atualidade é identificada por Georg Lukács no desenvolvimento da "dialética materialista", realizada principalmente por Karl Marx: "a oposição entre as diversas ideologias burguesas e as conquistas do materialismo dialético e histórico é naturalmente o fundamento da nossa análise e da nossa crítica." (Lukács, 2020, p.11-12). Portanto, enquanto o irracionalismo representa a própria filosofia burguesa em seu período de decadência ideológica, a dialética materialista representa a filosofia do proletariado enquanto classe revolucionária.

Afastando a possibilidade de se entender um determinado posicionamento filosófico como inocente, Lukács afirma que todo o desenvolvimento realizado pela filosofia burguesa,

após 1948, está relacionado com a luta de classes entre a burguesia e proletariado, de modo que se deve buscar, a partir disso, entender as razões das mudanças filosóficas:

Procuraremos comprovar exaustivamente neste livro que o desenvolvimento do irracionalismo não apresenta, em quaisquer de suas etapas, um caráter essencial "imanente", como se, de uma certa maneira de colocar ou resolver os problemas, derivasse outra, impelida pela dialética interna do pensamento filosófico em movimento. Queremos demonstrar, pelo contrário, que as diferentes etapas do irracionalismo surgiram como respostas reacionárias a problemas da luta de classes. O conteúdo, a forma, o método, o tom etc., de sua reação contra o progresso na sociedade não são determinados por tal dialética interna própria ao pensamento, mas, sobretudo pelo adversário, pelas condições de luta, que são impostas à bourgeoisie reacionária (Lukács, 2020, p.14-15)

Entendida enquanto a mais recente resposta filosófica dada pela burguesia aos problemas gerados pela luta de classes, as teorias modernas – ou como descritas no texto citado na secção que inicia o trabalho de João E. Evangelista, o "Irracionalismo Contemporâneo" (Evangelista, 1991) – são precedidas por uma série de correntes filosóficas hegemônicas em diferentes períodos. Inicialmente se desenvolve o Positivismo em resposta ao primeiro movimento organizado da classe operária em 1848, a Primavera dos Povos. Essa corrente perde a posição hegemônica a partir de 1871, quando a partir do levante revolucionário da Comuna de Paris, coloca-se como necessidade do desenvolvimento das lutas de classes uma nova forma de resposta radicalmente agnóstica, o Relativismo. Um abalo maior ainda se seguiria para a burguesia enquanto classe dominante: em 1917, a Revolução Russa triunfa como a primeira experiência revolucionária a tomar de maneira exitosa o poder político. Frente a esse movimento revolucionário, a burguesia busca "uma terceira vertente, ainda mais sofisticada filosoficamente", o Existencialismo (Lovatto, 2021, p.25).

Para Carlos Nelson Coutinho, essa sucessão de formulações filosóficas segue uma ordenação entre dois polos, a crise e a estabilidade: "Quando atravessa momentos de crise, a burguesia acentua ideologicamente o momento irracionalista, subjetivista; quando enfrenta períodos de estabilidade, de "segurança" prestigia as orientações fundadas num "racionalismo" formal" (Coutinho, 2010, p. 16). Entende-se, a partir disto, que o Positivismo representa uma resposta ideológica para um momento de estabilidade, em que se acentua o "racionalismo formal" presente principalmente nas elaborações de Émile Durkheim, enquanto ao existencialismo – inaugurado pela obra de Friedrich Nietzsche – é uma resposta irracionalista a um período de crise da sociedade burguesa. O autor também apresenta, ao explicar a unidade entre as duas formas com que se desenvolvem as correntes filosóficas burguesas, as três expressões fundamentais para entendermos como se caracterizam estas correntes após 1848:

Do ponto de vista filosófico, essa unidade essencial das duas posições aparentemente opostas reflete-se no fato de ambas abandonarem os três núcleos categoriais que o marxismo herdou da filosofia clássica elaborada pela própria burguesia em sua fase ascendente e que são, precisamente, o historicismo concreto, a concepção do mundo humanista e a razão dialética. Renunciando a esses instrumentos categoriais, caracterizados por sua dimensão crítica, o pensamento "modernista" em suas duas faces capitula diante da positividade fetichizada do mundo contemporâneo. (Coutinho, 2010, p. 16-17)

As teorias pós-modernas podem ser caracterizadas, como vimos, enquanto a expressão mais recente do desenvolvimento filosófico burguês, as quais expressam uma forma atual de irracionalismo, ou seja, uma filosofia constituída a partir de um momento de crise. Observar essa crise é fundamental para entendermos o conteúdo filosófico transmitido ao Fórum Social Mundial.

O conjunto das teorias surgidas principalmente dos desdobramentos das contestações ocorridas no final da década de 1960 – destacadamente do maio de 1968, ocorrido na França – apresentam vinculações com as transformações econômicas e políticas ocorridas no modo de produção capitalista na década de 1970, período em que o ciclo expansivo experimentado desde o pós-guerra se encerra. O intelectual brasileiro, José Paulo Netto, descreve estas alterações como a "tendência a concentrar polarizadamente riqueza e pauperismo, no nível social a barbarizar a interação humana, no nível político a acentuar a antidemocracia e, em relação ao meio ambiente, a sua destrutividade" as quais são segundo o autor as respostas dos núcleos dirigentes do capital "à problematização da ordem do capital avolumada nos anos 1960" (Netto, 2010, p.257).

A nova etapa, na qual o capitalismo entra a partir da década de 1970, é identificada, pelo filósofo húngaro István Mészáros, como o período de "Crise Estrutural do Capital", a partir do qual são postas em xeque as dimensões sóciometabólicas do capital, dificultando a capacidade de autorreprodução do capital por meio de perturbações gradativamente mais latentes (Mészáros, 2002, p.799), processo que o leva a acentuar as suas tendências destrutivas como forma de autopreservação da taxa de lucro.

O ambiente de gradativa crise do capital, onde a destruição do meio ambiente e a redução dos direitos elementares da classe trabalhadora passam a representar a solução preferível das principais "personificações do capital", aguça o processo identificado por Lukács enquanto a "decadência ideológica burguesa", a partir do qual passa a se constituir uma resposta filosófica que assume as principais características do atual desenvolvimento do capital, ou seja, capaz de oferecer respostas a essa profunda crise sem se vincular a uma perspectiva dialética e materialista. A autora citada na primeira seção deste trabalho, Mavi Rodrigues, identifica as

teorias pós-modernas como essa "expressão ideológica da crise estrutural do capital" constituída a partir de uma perspectiva burguesa (Rodrigues, 2006, p.96).

Essa identificação, porém, é mascarada na aparência imediata da pós-modernidade, pelo fato de uma parcela dessas teorias apresentarem propostas críticas e contestações contrárias às opressões sociais enfrentadas por largos setores da sociedade, expressando até mesmo alguma forma de anticapitalismo não-marxista. José Paulo Netto pontua a existência das teorias contestatórias dentro da pós-modernidade, aludindo para a diferenciação entre dois segmentos a que estas teorias estão agrupadas, tratando-se uma de “‘oposição’ que se pretendem críticos da ordem do capital (Por exemplo, Boaventura de S. Santos)” – ao qual acrescentamos o conjunto dos intelectuais ligados ao Fórum Social Mundial apresentados neste trabalho –, e os chamados intelectuais pós-modernos de "celebração" que seriam “aqueles que Habermas chegou a qualificar como neoconservadores, expressamente convencidos de que a sociedade burguesa constitui o paradigma final da história (por exemplo, Lyotard).” (Netto, 2010, p.261).

Embora haja estas diferenciações, as duas linhas apresentadas pelas teorias pós-modernas convergem em núcleos de unidade fundamentais, apresentados por José Paulo como sendo:

- a) Aceitação da imediatividade com que se apresentam os fenômenos socioculturais como expressão da sua inteira existência e do seu modo de ser; assim, de uma parte, tende-se a suprimir a distinção clássica, entre aparência e essência e, sobretudo, a dissolver a especificidade das modalidades de conhecimento – donde, por consequência, a supressão da diferença entre ciência e arte e a equalização do conhecimento científico ao não científico;
- b) A recusa da categoria de totalidade – uma dupla recusa: no plano filosófico, a recusa se deve à negação de sua efetividade; no plano teórico, recusa de seu valor heurístico, ora porque anacronizada em face das transformações societárias contemporâneas, ora porque se lhe atribuem (ilegitimamente) conexões diretamente políticas ou pelas duas ordens de fatores;
- c) A semiologização da realidade social o privilégio (quase monopólio) concedido às dimensões simbólicas na vida social acaba por reduzi-la, no limite, ou à pura discursividade ("tudo é discurso") ou ao domínio do signo e/ou à instauração abusiva de hiper-realidades. (Netto, 2010, p.261-262)

As três características unificadoras das teorias pós-modernas, como podemos notar, apresentam também o afastamento dos núcleos filosóficos herdados pelo marxismo a partir da dialética moderna. A pós-modernidade se afasta da historicidade e da razão dialética, a partir da identificação entre a aparência imediata e a essência dos fenômenos, além de sua adesão a uma forma de agnosticismo filosófico representado em sua recusa da categoria de totalidade, que a leva a negar a possibilidade do entendimento totalizante da realidade social por meio de seu complexo de determinações, ou seja, o entendimento da própria realidade social, que acaba por revelar o seu caráter fundamentalmente irracionalista e não-dialético.

Apresentando as características aludidas por Coutinho e Lukács como correspondentes ao desenvolvimento próprio das filosofias burguesas, entendemos que a identificação das teorias pós-modernas para com o desenvolvimento histórico-econômico do capitalismo se torna mais perceptível. Relação que é aprofundada na obra de José Paulo Netto, para o qual as teorias pós-modernas se apresentam como um conjunto ideológico funcional para a forma societária dominada pelo capital:

Ideologia que é, o pós-modernismo funciona como ideologia: incide no comportamento e na vida práticos daqueles que a internalizam. Ela é uma (não a única) ideologia específica da ordem do capital na quadra histórica em que este se mundializa e tem hipertrofiadas as suas dimensões especulativo-financeiras que, dado o marco institucional da sua dominação, apresentam-no imediatamente como fluido e volátil atributos que se transferem ao complexo societário que ele matriza. Ao tomar acriticamente o espelhamento que opera deste complexo como a sua expressão, fática e simbólica, o pós-modernismo se instaura – *nolens volens* – como ideologia funcional à sociedade tardo-burguesa, com todas as consequências societárias aí implicadas. (Netto, 2010 p.266-267)

Para o autor, as características às quais as teorias pós-modernas espelham do atual desenvolvimento do capital são

A atomização da vida social, o fragmentário e o efêmero das relações humanas nas metrópoles, o intimismo e o particularismo a que são compelidos os indivíduos na sua vida cotidiana manipulada, a inépcia das instituições sociopolíticas universalizadoras que acaba por compelir a ação política a intervenções moleculares, a descontextualização das experiências pessoais no marco das infovias, a espetacularização dos acontecimentos. (Netto, 2010, p.265)

O caráter funcional da pós-modernidade, em relação ao desenvolvimento atual do capital, é expresso também por meio do afastamento dessas teorias da razão dialética, e pelo seu confronto direto com o que é definido enquanto uma imposição epistemológica eurocêntrica que hierarquiza e exclui outras formas de conhecimento não-científicos:

Obviamente que esse idealismo não é inocente: ao creditar à razão moderna a realidade histórico-social contemporânea, o que fica sombra é a ordem do capital, com a dominação de classe da burguesia, se à grande burguesia a crítica aberta à propriedade privada dos meios fundamentais de produção, a referência direta à exploração o apelo à luta classes e ao socialismo permanecem intoleráveis não causam moça às demandas de inclusão social, de combate às desigualdades, de requisições de cidadania e de solidariedade e de apelo a uma sociedade alternativa. Não pode surpreender, pois, que o discurso pós-moderno, tão virulento contra a ciência moderna, ocidental capitalista e sexista – em cuja base está a razão moderna –, se revele inofensivo em face do capitalismo contemporâneo fomentando práticas políticas minimalistas ainda que midiaticamente mobilizadoras (e tanto mais inócuas em face do domínio do capital quanto mais radicalmente se apoiem nas defesas extremas do "multiculturalismo" e do "direito à diferença"), práticas

que em geral envolvem os "novos movimentos sociais e apelam à "sociedade civil", ou derivando para o limbo das utopias. (Netto, 2010, p.263)

Podemos entender, a partir destas contribuições de José Paulo Netto, que as teorias pós-modernas, embora apresentem uma elaboração crítica, o fazem a partir de uma perspectiva política burguesa, refletindo as principais tendências do capital em crise e se afastando de qualquer alternativa de superação completa desta forma societária. Em consonância com o avanço da atomização dos indivíduos, as teorias pós-modernas seccionam o humano de suas determinações complexas, atomizando-o em mônada da política na sociedade burguesa, transformando o humano em mero cidadão, de forma que rompe com mais uma das heranças da filosofia, anterior à 1848: o humanismo.

O grande triunfo alcançado pelo conjunto das teorias pós-modernas, enquanto expressão ideológica do capital em crise, foi a sua distinta capacidade de se tornar hegemônico não apenas no campo político que naturalmente se alinha ao capital, mas também no campo político que tenderia a se alinhar ao trabalho. Operando dentro do campo político identificado enquanto esquerda, uma função que nenhuma outra corrente filosófica burguesa foi capaz, promoveu o exorcismo de dentro para fora das influências do marxismo, triunfo que foi conquistado pela capacidade dessas teorias de apresentarem uma roupagem simbólico-discursiva radical, ao mesmo tempo em que apresentam um conteúdo radicalmente antimarxista, o qual entendem em larga medida como antiquado e autoritário.

Para entendermos esse triunfo, recorreremos também à contribuição da cientista política Angélica Lovatto, que em seu prefácio para o livro de Carlos Montaña, *"Identidade" e Classe Social*, discute os desdobramentos teóricos e práticos das teorias pós-modernas dentro da política, identificando a postura proveniente da influência desse conjunto teórico como uma forma de "transgressão resignada":

Mas a pós-modernidade, em sua dimensão ideológica, fratura em cheio a centralidade do trabalho, pulverizando-a como se não bastasse isso, tudo conduz a um outro problema que é a sedução discursiva com "sonoridade radical ideal transgredir, sim, mas sem a necessidade de incorporar o compromisso com a transformação revolucionária (Lovatto, 2021, p.21)

O verdadeiro significado do legado de 1968 ao Fórum Social Mundial é a capacidade simbólico-discursiva de se apresentar como uma alternativa radical frente ao neoliberalismo, ao mesmo tempo em que almeja tão somente a manutenção da ordem estabelecida com mudanças minimalistas, muitas das quais seriam levadas adiante não objetivamente por políticas populares, mas pela transformação da subjetividade dos participantes desse movimento.

Além disto, a adesão ao legado teórico-político das teorias pós-modernas permite ao Fórum Social Mundial eliminar qualquer contradição entre o discurso e a efetivação prática, a partir da primazia reservada à elaboração simbólico-discursiva. O Fórum e seus intelectuais podem afirmar, sem qualquer constrangimento, que o movimento é, justamente, aquilo que elaboram acerca dele, sendo assim um fim em si mesmo. No entanto, entendemos que a distância que separa o discurso da ação deve ser analisada como proposto por Karl Marx, no 18 Brumário de Luís Bonaparte, onde pontuou que:

E, assim como na vida privada se costuma diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se diferenciar tanto mais as fraseologias e ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses, deve-se diferenciar as suas concepções da sua realidade. (Marx, 2011, p.61).

No caso que estudamos, apesar do discurso radical ideal, seu conteúdo concreto nos desilude acerca de sua efetivação prática, visto que o conteúdo real do programa político do Fórum Social Mundial é justamente a busca pelo melhoramento paulatino da democracia liberal burguesa, um ideal ao mesmo tempo transgressor e resignado à ordem estabelecida.

Realizada a observação das características fundamentais apresentadas pelas teorias pós-modernas, devemos observar o ambiente principal a partir do qual essas teorias puderam influenciar o Fórum Social Mundial em sua teoria e prática. Sendo assim, devemos passar para uma análise mais atenta ao cenário nacional e aos desenvolvimentos particulares apresentados nesse ambiente teórico.

4.2 A herança nacional do Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial está inserido, como debatido na seção anterior, dentro de um conjunto de movimentos e partidos políticos de esquerda críticos ao marxismo, surgidos durante os momentos finais da ditadura militar brasileira. Estes movimentos, signatários das contestações levantadas a partir dos movimentos do maio de 1968, chegam com especial força ao país no contexto ideológico chamado de “crise dos paradigmas sociais”, a qual tem como marco inicial as elaborações apresentadas pelos intelectuais ligados à Revista Desvios, notadamente os trabalhos de Eder Sader e Marilena Chauí.

Esse processo de revisão teórica dentro do campo político da esquerda brasileira desenvolve a tendência a um afastamento gradativo das considerações desenvolvidas pelo

pensamento marxista, o qual passou a ser considerado incapaz de apresentar respostas para as novas conjunturas políticas e sociais. Sobre essa transição, Lovatto (2016, p. 11) pondera que

Dentro do discurso de novidades na década de 1980, a perspectiva de revisão e crítica do marxismo no Brasil anunciava uma “nova esquerda” como resultado direto da crise do marxismo, ou seja, da derrota do pensamento político que considerava o trabalhador como sujeito do processo revolucionário. (Lovatto, 2016, p.11).

O sujeito político do processo revolucionário foi deslocado para toda uma série de agrupamentos “oprimidos”, que abrangiam a luta dos estudantes, das mulheres, das minorias religiosas e étnicas e todo e qualquer setor da sociedade que se encontrasse em algum grau de opressão social. Como argumentado por Eder Sader, a emergência desses novos atores sociais condizia com o surgimento de uma nova forma discursiva de interpretação da realidade,

Assim, em nosso caso, na emergência dos novos atores sociais, das novas configurações e identidades dos trabalhadores no cenário público, no que parece o início de um outro período na história social de nosso país, nos deparamos com o nascimento de formas discursivas que tematizam de um modo novo, os elementos que compõem as condições de existência desses setores sociais. (Sader, 1988, p.60)

Desloca-se, desta forma, tanto o sujeito do processo de transformação quanto a forma de entender a realidade social a qual os novos sujeitos estavam inseridos, rompendo assim com qualquer forma de “hierarquia” do sujeito e de seus saberes.

Como apresentamos em nosso trabalho, o programa político do Fórum apresenta um desdobramento, a partir dessa apreensão, em que o sujeito do processo de transformação deixa de ser a miríade dos chamados “novos movimentos sociais”, para ser identificado enquanto a “Sociedade Civil Planetária”, o conjunto de movimentos políticos e ONGs, particularmente os que apresentavam alguma forma de oposição – por mais branda que seja – ao neoliberalismo.

Esse desenvolvimento apresenta, com destaque, a influência de duas tendências do período que antecede o Fórum: a Teoria do Autoritarismo e a Teoria do Populismo. Tomada a partir da perspectiva que existe no Brasil uma tendência a um estágio intermediário do Totalitarismo, ele seria a completa negação do ideal de liberdade e democracia liberal, em que haveria dominação por parte do Estado frente à Sociedade Civil.

A noção de autoritarismo expressa no programa avança para além da ação do Estado, infiltrando-se em todas as esferas sociais e culturais, chegando aos movimentos políticos de oposição – essa apreensão se desdobra na aversão que o Fórum Social Mundial apresenta de produzir uma orientação direta para os movimentos que participavam de seus encontros, bem como sua recusa e denúncia de qualquer forma de violência política.

Em consonância com essa tendência, as influências exercidas pela teoria do Populismo, e pelo desdobramento dessa teoria, o Autonomismo, revelam-se a partir da forma organizativa

do Fórum Social Mundial, em que a crítica acerca da forma do partido político – e principalmente na concepção leninista e das vanguardas – torna-se uma crítica ampla, que passa a contestar qualquer forma de organização dos movimentos políticos, chegando ao discurso proferido pelos intelectuais ligados ao Fórum de que, apesar de apresentar todas as características de um movimento político, esse não seria um movimento propriamente dito, mas seria algo similar a uma “praça” aberta e democrática. Portanto, o Fórum estaria blindado das influências autoritárias e populistas que permearam a trajetória dos movimentos de esquerda brasileiros.

Devemos recorrer ainda a outra elaboração do filósofo José Chasin acerca dos ideais que orientam a atuação da esquerda brasileira, a qual não se trata mais de uma corrente teórica como as anteriores, mas sim de uma concepção ideológica desenvolvida pela própria burguesia do Brasil. Em um artigo publicado originalmente em 1982, chamado *“Hasta cuando”? A propósito das eleições de novembro*, José Chasin observa um fenômeno existente nos processos políticos do Brasil, identificado pelo autor como Politicismo. Chasin aponta para o fato de que “Enquanto falsificação teórica e prática, o politicismo é um fenômeno simétrico ao economicismo” (Chasin, 1982, p.4), portanto, distingue essa concepção de um outro fenômeno político, o economicismo.

O fenômeno do economicismo³⁸, desenvolvido no movimento operário europeu ao final do Séc. XIX, é identificado enquanto uma apreensão política na qual a ação do proletariado deve ser circunscrita apenas à esfera econômica, representando uma negação completa da política. De maneira diametralmente oposta, o politicismo representa a apreensão negativa da economia como irrelevante para a atuação política:

³⁸ O economicismo foi desenvolvido principalmente por Eduard Bernstein em seus textos e debates internos ao Partido Social-Democrata Alemão, o qual, funcionando como o centro de referência dos partidos ligados à II Internacional, acabou por espalhar a tendência para outros contextos nacionais, suscitando uma série de debates dos quais destacaremos o realizado por Vladimir Illitch Lênin. O pensador marxista russo Lênin debate acerca do economicismo na Rússia em seu texto *“Que fazer?”*, no qual o autor analisa os discursos dos economicistas russos, discutindo como o abandono da política passa a limitar a ação desses em relação às demandas concretas, afirmando que a prática do economicismo se traduz em uma simples forma sindical de atuação, a qual se distancia do papel que o partido social-democrata deveria cumprir: “‘A luta econômica contra o governo’ é justamente a política trade-unionista que está a uma distância muito grande, mas muito grande mesmo, da política social-democrata.” (Lênin, 2020, p.82). O autor russo ainda discute o abandono do horizonte socialista pelos economicistas, descrevendo o papel da obra de Bernstein como: “A social-democracia deve, de um partido da revolução social, transformar-se em um partido democrático de reformas sociais. Essa exigência política, Bernstein equipou-a com toda uma bateria de “novos” argumentos e considerações orquestrados de maneira bastante harmoniosa. Foi negada a possibilidade de fundamentar cientificamente o socialismo e de demonstrar, do ponto de vista da concepção materialista da história, a sua necessidade e a sua inevitabilidade; foi negado o fato da miséria crescente, da proletarianização e da exacerbação das contradições capitalistas; foi declarado inconsistente o próprio conceito de “objetivo final” e rejeitada categoricamente a ideia da ditadura do proletariado; foi negada a oposição de princípio entre o liberalismo e o socialismo; foi negada a teoria da luta de classes, por pretensamente não ser aplicável a uma sociedade estritamente democrática, governada de acordo com a vontade da maioria etc.” (Lênin, 2020, p.22)

O politicismo, entre outras coisas, fenômeno antípoda da politização, desmancha o complexo de especificidades, de que se faz e refaz permanentemente o todo social, e dilui cada uma das “partes” (diversas do político) em pseudopolítica. Considera teórica e praticamente, o conjunto do complexo social pela natureza própria e peculiar de uma única das especificidades (política) que o integram, descaracterizando com isto a própria dimensão do político, arbitrariamente privilegiada. (Chasin, 1982, p.5)

Enquanto um desdobramento ideológico de raiz liberal, o politicismo seria uma “forma de acentuação do princípio liberal: a economia pertence à intangível esfera do privado” de modo que a política “vai, formalmente estufada para o terreno da “coisa” pública.” (Chasin, 1982, p.5).

Em um primeiro exame, se poderia afirmar que o Fórum Social Mundial, tal como descrito pelos seus intelectuais e entusiastas, estaria alheio a tal fenômeno, pois se funda justamente como um movimento contestatório ao neoliberalismo. Porém, após analisarmos a forma como a crítica ao neoliberalismo é realizada, notamos que, mesmo se tratando da principal pauta do movimento, o debate econômico acerca desse tema foi incipiente, sendo entendido de forma ampla e apresentando diversas leituras acerca do fenômeno. A partir desta leitura ampla e superficial, o fenômeno acaba por ser entendido tanto enquanto um conjunto de políticas econômicas, como enquanto uma etapa específica do capitalismo globalizado. Ambas as formulações apresentam uma característica comum: apontam-se as causas e os efeitos políticos do neoliberalismo, enquanto apresentam soluções circunscritas puramente ao campo da política.

É notável que, mesmo com a participação de importantes centrais sindicais, a temática das greves foi pouco debatida dentro dos eventos do Fórum, fato que se repete também nas produções bibliográficas de seus principais formuladores. As greves são, em larga medida, ignoradas enquanto uma forma de luta e contestação válida dentro da construção do horizonte político almejado pelo FSM.

Podemos evidenciar essa tendência recorrendo à extensa descrição das atividades ocorridas em uma das edições do evento, feita por José Leite e já citada neste trabalho, na qual é possível notarmos que as pautas dos trabalhadores estão inseridas dentro de uma perspectiva unicamente política e alheias à questão econômica – mais alheias ainda às lutas concomitantemente políticas e econômicas. Podemos, ainda, recorrer a uma passagem particular nos textos de Francisco Whitaker, na qual o autor expressa de maneira bastante clara esse afastamento das lutas grevistas:

A mudança do mundo depende de uma multiplicidade e de uma variedade enormes de ações transformadoras. A ação dos partidos é decisiva, por ser determinante para a elaboração de leis e para a ação governamental, mas nem por isso toda ação política tem de ser canalizada para os partidos políticos, como se acreditava, falsamente, em

tempos idos. Por sua vez, as manifestações de rua, assumidas em geral por movimentos sociais, sindicatos e partidos, são a forma mais visível de denunciar, contestar, protestar e pressionar. (Whitaker, 2005d, p.63)

Mesmo citando uma multiplicidade – e uma variedade – enorme de ações transformadoras, o idealizador do Fórum Social Mundial não realiza qualquer menção ao papel das greves dentro desta perspectiva e, embora chegue a citar a ação dos sindicatos, as trata de forma limitada a política, apenas como parte integrante das “manifestações de rua”.

Entendemos, a partir de nossa análise, que o Fórum Social Mundial apresenta, em seu conteúdo programático, uma perspectiva politicista de atuação, a qual apresenta a particularidade de ser politicista ao mesmo tempo em que nega discursivamente a atuação política – como observada na citação de Whitaker. Buscaremos evidenciar essa perspectiva ao longo dos próximos tópicos da presente seção.

Retomemos por ora o artigo citado anteriormente de José Chasin, no qual o autor apresenta outro apontamento igualmente pertinente ao nosso trabalho, acerca do efeito do politicismo para a apreensão do real e a atuação política:

Em outros termos, convertendo a totalidade estruturada e ordenada do real – complexo repleto de mediações – num bloco de matéria homogênea, além da falsificação intelectual praticada, o politicismo configura para a prática um objeto irreal, pois este resulta de bárbara amputação do ente concreto, que sofre a perda de suas dimensões sociais, ideológicas e especialmente de suas relações e fundamentos econômicos. (Chasin, 1982, p.5).

De forma similar, opera o Fórum Social Mundial no sentido de “amputar o ente concreto” em uma forma puramente política, apartada de qualquer dimensão social, de forma que se torne um indivíduo pulverizado na chamada “Sociedade Civil planetária”, cujo conteúdo real nada mais pode ser do que o humano transformado em ente puramente político, ou seja, em cidadão.

Herdeiro de todo um ambiente ideológico marcadamente averso às contribuições teóricas do marxismo, o Fórum Social Mundial apresenta, com o seu politicismo, um dos desdobramentos resultantes dessa aversão, visto que, ao realizar a “amputação do ente concreto”, acaba por não somente realizar o abandono da perspectiva em que o proletariado é entendido enquanto única classe verdadeiramente revolucionária, como também o abandono do horizonte político defendido por esta tradição teórica. O “Outro mundo” do fórum se trata de um processo de emancipação política estreito e limitado, alheio a uma perspectiva de emancipação humana.

Para entendermos esse aspecto, devemos avançar para o próximo tópico desta seção, em que observaremos a elaboração de Karl Marx acerca da Emancipação Humana e a sua relação

com a Emancipação Política, de modo que possamos compreender melhor o afastamento teórico do Fórum Social Mundial para com o marxismo, bem como delimitar, da melhor forma, o conteúdo politicista apresentado pelo Fórum Social Mundial.

4.3 Emancipação Humana e politicismo

As discussões acerca da Emancipação Humana e as suas diferenciações da Emancipação Política estão presentes nas obras do filósofo alemão Karl Marx – especialmente as produzidas ao longo da década de 1840 –, através das quais o autor busca demonstrar os limites dos processos de transformação políticos e ressalta a necessidade de se avançar em direção a uma proposta humanista radical.

Levando em conta a temática do nosso trabalho, o primeiro aspecto que devemos observar, na elaboração do horizonte social da Emancipação Humana, é a sua relação com a compreensão do proletariado enquanto sujeito da transformação social. Nas contribuições teóricas de Karl Marx, essa relação não se dá através de uma leitura limitada a privilegiar os aspectos econômicos em detrimento de outras formas de opressão presentes na sociedade capitalista, mas sim do entendimento das possibilidades emancipatórias depositadas nessa classe, como abordado pelo autor em sua introdução à *Crítica da filosofia do direito de Hegel*:

Na formação de uma classe com grilhões radicais, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça particular, mas a injustiça por excelência, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano, que não se encontre numa oposição unilateral às consequências, mas numa oposição abrangente aos pressupostos do sistema político alemão; uma esfera que é, numa palavra, a perda total da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um reganho total do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o proletariado. (Marx, 2010a, p.156)

Como vemos, não se trata de privilegiar uma identidade política – e uma forma de luta –, mas sim de compreender a capacidade do proletariado, enquanto classe, de representar universalmente as demandas de toda a sociedade. Sendo a única classe apartada completamente da humanidade, o proletariado tem como único meio para a sua emancipação a recuperação completa da própria humanidade.

Diferente das tendências apresentadas pelas teorias pós-modernas, nessa perspectiva se caminha para além da observação – e da celebração – da luta da mulher-trabalhadora contra a

injustiça particular que atinge as mulheres, do negro-trabalhador contra a injustiça particular contra o negro, do homossexual-trabalhador contra a injustiça particular contra o homossexual, mas também da luta do trabalhador contra a injustiça por excelência – que se relaciona juntamente às injustiças particulares. Em outros termos, se trata de entender a relação entre a exploração da classe trabalhadora e a opressão que atinge de diferentes formas parcelas dessa classe, sem que, no entanto, se elimine o aspecto econômico no qual estão inseridos todos estes trabalhadores em conjunto.

Neste sentido, ao apagar da mulher-trabalhadora, do negro-trabalhador, e do homossexual-trabalhador o pressuposto em comum da exploração do trabalho pelo capital, o Fórum Social Mundial, bem como um grande setor da esquerda brasileira, ao mesmo tempo que abrem-se perspectivas para uma luta supra-classe, também limita-se a luta contra as injustiças particulares para o terreno particular da política, operando a transformação do indivíduo de trabalhador em cidadão, de membro da classe trabalhadora para indivíduo componente da “Sociedade civil global”.

A limitação dessa forma de luta estritamente política é debatida por Karl Marx, com especial atenção, no artigo *Glosas críticas marginais ao artigo “o Rei da Prússia”. De um prussiano*, publicado originalmente em 1844, como um artigo crítico que buscava se contrapor aos argumentos de Arnold Ruge acerca dos equívocos da revolta dos trabalhadores silesianos e de sua separação da “comunidade política da Alemanha”. Marx responde a ele afirmando que:

Mas a comunidade da qual o trabalhador está isolado é uma comunidade inteiramente diferente e de uma outra extensão que a comunidade política. Essa comunidade, da qual é separado pelo seu trabalho, é a própria vida, a vida física e espiritual, a moralidade humana. A essência humana é a verdadeira comunidade humana. E assim como o desesperado isolamento dela é incomparavelmente mais universal, insuportável, pavoroso e contraditório do que o isolamento da comunidade política, assim também a supressão desse isolamento e até uma reação parcial, uma revolta contra ele, **é tanto mais infinita quanto infinito é o homem em relação ao cidadão e a vida humana em relação à política. Desse modo, por mais parcial que seja uma revolta industrial, ela encerra em si uma alma universal; e por mais universal que seja a revolta política, ela esconde, sob as formas mais colossais, um espírito estreito.** (Marx, 2010b, p.75-76, grifos nossos)

É justamente essa apreensão do infinito do humano, em relação ao finito do cidadão, que intentamos demonstrar. O Fórum, ao tentar ampliar epistemologicamente o sujeito da transformação social, opera, por outro lado, a limitação da capacidade de transformação social que este pudesse vir a empreender em relação à realidade concreta, limitando-o dentro de um horizonte estreito e politicista, no qual busca, a partir de garantias do Estado estabelecido, a suavização das contradições existentes dentro da Sociedade Civil.

O horizonte da transformação do concreto ao ser limitado à defesa da Emancipação Política estaria, para Marx, operando somente a separação do humano entre “Por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro a cidadão, a pessoa moral.” (Marx, 2010b, p.54), questão que só poderia ser resolvida pelo processo de Emancipação Humana:

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política. (Marx, 2010b, p.54)

Neste sentido, o horizonte de cidadania e de democracia defendidos pelos intelectuais do Fórum, naquilo que autointitularam “grande escola de crescimento cidadão” (Whitaker, 2005d, p.49), caracteriza-se – no máximo – pela busca da conclusão da emancipação política restringida ao humano politicamente determinado e, portanto, apartado de suas outras dimensões. O horizonte do Fórum não visa jamais concluir o encontro do homem individual real com o seu ser político, o cidadão, mas sim ampliar integralmente esta existência política.

A defesa que Boaventura de Sousa Santos realiza de seu conceito de “democracia de alta intensidade” como uma alternativa democrática para a construção de uma sociedade melhor da que está dada, se encontra inserida dentro dos limites do capitalismo e submetida às contradições próprias dessa forma de sociedade. Apesar disso, o autor tenta deslocar o foco de sua proposta para uma outra direção simbólico-discursiva, em que o sucesso desta empreitada política é medido “Por sua capacidade de mudar os termos do conflito” e não pela superação das contradições que geraram o conflito, de forma que o próprio autor reconhece a ausência de propostas concretas desse horizonte no qual “o lado político de uma epistemologia dos saberes é a incompletude de propostas políticas e a necessidade de uni-las sem uma teoria geral.” (Boaventura, 2007, p.101).

A indiferença do programa do Fórum Social Mundial para com o horizonte político da emancipação humana, bem como sua adesão à crítica adversa ao marxismo enquanto tradição teórica e política, que não podem ser entendidos satisfatoriamente desde uma análise particular do Fórum, demonstram o conteúdo teórico apresentado pelo programa político desse movimento, em que se destacam os matizes filosóficos burgueses e o afastamento de uma perspectiva classista de transformação social. Após estas aproximações com os conteúdos ideológicos expressos pelo Fórum Social Mundial e seus intelectuais, podemos avançar em nossa análise crítica para a observação da perspectiva prática de seu programa político, a fim

de buscarmos entender sua forma de efetivação, e de responder o seguinte questionamento: “qual seria o papel do proletariado na construção do outro mundo?”. Só assim poderemos avançar na análise da função social desempenhada pelo Fórum.

4.4 O conteúdo prático do Fórum Social Mundial

Antes de analisarmos a forma de efetivação do programa político do Fórum Social Mundial, devemos retomar brevemente o debate acerca do politicismo, a fim de observarmos a presença desse fenômeno político na efetivação prática do Fórum e a sua relação com o horizonte expresso na frase “um outro mundo é possível”.

Como debatido anteriormente, entendemos o politicismo enquanto um fenômeno simétrico ao economicismo, sendo o primeiro o abandono da luta econômica em relação à política e o segundo o abandono da política em troca de uma valorização da luta econômica. Notamos que, no caso do economicismo, o abandono da luta política levou a um abandono do objetivo final socialista, levando os seus defensores a se posicionarem a favor apenas de um processo de reformas sociais dentro do capitalismo. Essa tendência foi debatida por Rosa Luxemburgo, em seu texto crítico a Eduard Bernstein, *Reforma social ou Revolução?*, no qual a autora afirma que,

Na prática, toda essa teoria desemboca em nada mais do que no conselho de desistir do objetivo final da social-democracia, ou seja, a transformação social, ao fazer da reforma social o fim da luta de classes em vez de ser simplesmente um meio. O próprio Bernstein formulou o seu entendimento da maneira mais acertada e incisiva ao escrever “O objetivo final, seja lá qual for, para mim não é nada, o movimento é tudo”. (Luxemburgo, 2018, p.2).

A partir desta proposição, devemos observar que no caso do politicismo presente no programa do Fórum, em que é abandonada qualquer perspectiva de luta de classes, também é abandonada qualquer proposta de reforma social³⁹ como meio para um horizonte de transformação social.

³⁹ Entendemos por “reforma social” um projeto político mais amplo, que busca o melhoramento da sociedade por meio do avanço de uma plataforma mínima de demandas, de modo que as propostas apresentadas pelo programa do Fórum Social Mundial não podem ser entendidas enquanto propostas de “reformas sociais”. Podemos observar a distância entre o programa do Fórum e as propostas de reforma social a partir da descrição dos reformistas realizada por Rosa Luxemburgo: “Disso decorre, para a luta prática da social-democracia, a orientação geral de que sua atividade não deve ser dirigida para a tomada do poder político estatal, mas sim para a elevação da condição da classe trabalhadora e para a instauração do socialismo não por meio de uma crise política e social, mas, antes,

O processo de semiologização da realidade social permite ao Fórum realizar a renúncia do movimento em si, de forma que poderia até mesmo afirmar “O movimento não é nada, o fim é tudo”. Embora uma caricatura, o conteúdo desta afirmação é demonstrado tanto pela ausência da elaboração de um fim efetivo ao programa do Fórum para além da forma societal da qual se opõe formalmente, como também é demonstrado pela ausência de um programa de reformas sociais, restando ao Fórum e aos seus intelectuais apenas a autoafirmação discursiva de que o Fórum Social Mundial é o próprio exercício do “outro mundo”, e, portanto, um fim em si mesmo.

Esta argumentação foi encontrada em diversos momentos da bibliografia consultada para este trabalho, e está muitas vezes relacionada com o horizonte subjetivista do Fórum Social Mundial, como demonstrado no artigo *Metodologia do FSM*, de Moacir Gadotti, “O ‘outro mundo possível’ deve ser construído em cada um de nós e de nossas organizações desde já, aprendendo coisas novas e desaprendendo velhos hábitos.” Ou mesmo que “O FSM, com sua nova forma de funcionamento autogestionado é um exemplo desse outro mundo possível” (Gadotti, 2010b, p.23).

O horizonte estreito do politicismo apresenta-se também nas duas propostas de maior expressão do programa do Fórum Social Mundial, que embora tratem de tópicos próprios da economia capitalista, possuem resoluções políticas. Devemos, neste aspecto, lembrar que, embora sua principal pauta seja a oposição ao neoliberalismo, o conjunto dos intelectuais desse movimento não apresentam uma concepção elaborada e unificada dele, de forma que na bibliografia consultada encontramos uma diversidade de explicações desse fenômeno político-econômico.

Neste sentido, a proposta que mais se destacou no período estudado em nosso trabalho, pautada pelo movimento desde sua fundação, foi a Taxa Tobin – cujo principal movimento proponente, a ATTAC, fez parte do comitê de organização do Fórum –, que defende a criação de uma taxação às movimentações financeiras internacionais e à destinação desses valores para o financiamento de projetos sociais. Embora seja apresentada como uma proposta econômica, possui um caráter estritamente político, pois sua capacidade de efetivação só seria possibilitada através da garantia dos Estados e dos órgãos que representam o capital financeiro internacional.

Embora a proposta busque realizar a denúncia e a construção de um obstáculo para a atuação do capital internacional, ela acabaria, caso efetivada, criando uma justificativa social

por meio de uma extensão passo a passo do controle social e da realização gradual do princípio das cooperativas.” (Luxemburgo, 2018, p.7).

para as movimentações financeiras do capital internacional, no sentido de positivar a aceleração das movimentações como uma forma de ampliar a captação de valores destinados ao fundo social, o qual seria igualmente afetado em caso de uma crise financeira⁴⁰ e de uma desaceleração do mercado financeiro internacional – ainda que a exportação de capitais seja uma das formas identificadas com a exploração imperialista das economias dos países dependentes até mesmo por alguns membros do FSM.

De maneira similar, a proposta da Economia Solidária é apresentada como uma pauta econômica contrária à exploração econômica capitalista, visando construir, por meio de cooperativas, uma nova forma de produção e consumo pautada na solidariedade e alheia à competitividade pelo lucro. Como observado anteriormente, para o intelectual mais destacado desta corrente teórica, a Economia Solidária representaria a construção imediata de um modo de produção particular e paralelo ao capitalismo.

A origem desta proposta pode ser identificada como uma resposta à instabilidade proveniente da crise estrutural, de maneira que “A lacuna surgida pela crise nas instituições estatais e civis resultaria na ausência de alternativas sociais capazes de transformação social.”, resultando em “uma forma de atuação política e de intervenção social mais localizada e de menor expressão.” (Wellen, 2012, p.52). O autor Henrique Wellen argumenta, ainda, que a análise realizada pelos teóricos da economia solidária acerca da crise do capital é insuficiente para oferecer uma resposta real para esta crise, bem como para o funcionamento do modo de produção capitalista em si:

Limitando sua análise sobre a estrutura produtiva a uma perspectiva individualista, em que aparecem experiências singulares em disputa no mercado capitalista, o autor promove um fantasioso retrocesso das relações capitalistas de produção e distribuição às relações imediatas de unidades produtivas. (Wellen, 2012, p.117).

Deste modo, parte dos intelectuais ligados a esta proposta identificam uma proporcionalidade da atual fase do capitalismo para aquela a partir da qual os teóricos do socialismo utópico⁴¹ desenvolveram as suas teorias, entendendo a “economia solidária” como um desenvolvimento direto das proposições de Robert Owen e Fourier.

⁴⁰ No artigo *O Fórum não defende os trabalhadores*, o autor Markus Sokol critica a proposta da Taxa Tobin, argumentando que “Se não erramos nas contas, quanto mais especulação, maior a arrecadação para o fundo e, consequentemente, maior o “combate à pobreza”, ou, inversamente, se diminui a especulação – Deus nos livre! – menor o combate à pobreza.

Quer dizer, aqui se legitima a especulação – verdadeiro mecanismo de pilhagem da riqueza produzida pelos povos – promovida pelos banqueiros, sob o olhar vigilante do FMI e do Banco Mundial.” (Sokol, p.138, 2003)

⁴¹ O socialismo utópico foi uma série de teorias desenvolvidas entre o final do século XVIII e o início do XIX, principalmente por Robert Owen, Saint-Simon e Fourier, autores que realizavam uma crítica destacadamente

A identificação desta correspondência leva estes teóricos a apresentarem uma crítica moral ao capitalismo, através da qual buscam, por meio da solidariedade, construir uma alternativa sem a necessidade de uma ruptura com a ordem societária estabelecida. As cooperativas construídas a partir do ideal desta nova economia garantiriam aos trabalhadores associados uma valorização subjetiva do ser humano, embora, pelo próprio funcionamento do capitalismo, estas organizações acabariam por rebaixar o nível de vida destes trabalhadores, como exemplificado pela necessidade de pagamentos mais baixos possíveis para que o lucro e a capacidade de sobrevivência da cooperativa não fossem prejudicados, bem como pela disputa com empresas capitalistas. Estas contradições são minimizadas por meio do discurso, e

Sob essa perspectiva fantasiosa, ainda que todas as empresas precisem configurar-se como personificações do capital para sobreviver no mercado, as organizações da “economia solidária”, ainda que seguindo as mesmas regras presentes nesse espaço de disputa, poderiam possuir no seu interior um ambiente dominado pela ética e a solidariedade. (Wellen, 2012, p.126).

Assim sendo, em sua efetivação, a economia solidária estaria impedida de avançar para além das condições determinadas por sua inserção no mercado, sendo incapaz de abolir o trabalho assalariado no interior das cooperativas.

Embora seja apresentada de forma idealizada como uma proposta radical de construção de uma economia alternativa, a economia solidária apresenta um conteúdo essencialmente politicista, pois recorre ao Estado enquanto garantia fundamental para o seu funcionamento, e, portanto, não busca – e nem pode buscar – uma desvinculação ou uma superação desse organismo particular da forma societária atual. Notamos como, na prática, o principal defensor dessa proposta no Brasil buscou, através da criação de uma secretaria dentro do governo, um meio de efetivação de suas ideias.

É esclarecedor para a análise do caráter de classe e função social apresentada pelo Fórum Social Mundial, que uma de suas principais pautas seja caracterizada pela defesa dos pressupostos básicos do funcionamento do capitalismo, como o trabalho assalariado, o Estado Burguês e integração das cooperativas no Mercado. Neste sentido, longe de encontrarmos uma proposta inocente, encontramos uma proposta propositalmente atrelada à melhoria e a manutenção do capital em seu estágio de crise, o que funciona como um escape para os índices de desemprego do capital em crise, possibilitando o escoamento de uma parcela do exército industrial de reserva e a multidão de desempregados no capitalismo para as cooperativas. Nelas, acabam por encontrar um cenário de diminuição salarial dos trabalhadores associados e a perda

moral para o funcionamento da economia capitalista. O conceito é debatido de forma aprofundada por Friedrich Engels, em *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, (Engels, 1974).

dos direitos constitucionalmente garantidos aos trabalhadores, uma vez que passam a ser sócios da cooperativa, e não funcionários:

O emprego e a divulgação do trabalho voluntário a partir do ideário capitalista possuem grande funcionalidade na substituição de empregados efetivos por voluntários, da mesma forma que serve para rebaixar a carga horária e retirar os direitos trabalhistas. (Wellen, 2012, p.178)

A legislação elaborada para o incentivo e garantia das cooperativas é, muitas vezes, utilizada por empresas capitalistas para a diminuição salarial e o aleijamento de direitos trabalhistas, funcionando como cooperativas capitalistas legalmente reconhecidas pelo Estado e pelas leis que discursivamente deveriam defender um suposto direito dos trabalhadores (Wellen, 2012, p.131).

A procura por uma alternativa utópica e moral ao capitalismo atual representa não um retorno ao socialismo utópico, mas sim um abandono da perspectiva de transformação social, como defendida pelos autores marxistas, de forma que se altera o sentido desta defesa ao utopismo para aquele apresentado pelos autores clássicos do socialismo utópico, como apresentado por Friedrich Engels, no livro *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*:

Com efeito, o socialismo anterior criticava o modo de produção capitalista existente e suas consequências, mas não conseguia explicá-lo, nem podia, portanto, destruí-lo ideologicamente; nada mais podia fazer senão repudiá-lo como mau. (Engels, 1974, p.75)

Enquanto os autores do socialismo utópico buscavam realizar a análise do capitalismo em um período em que este não se encontrava plenamente constituído – e sua principal contradição ainda não havia eclodido da forma que veio a eclodir em 1848 –, e portanto, apesar de suas boas intenções, pouco podiam realizar para além do repúdio moral contra as contradições ainda em gestação, os teóricos do utopismo contemporâneo abandonam a perspectiva de uma explicação científica do funcionamento do capitalismo pela denúncia moral a este, em um período de desenvolvimento pleno das contradições e tendências do capital. Em consequência, esses teóricos abandonam também a possibilidade de destruírem ideologicamente o capitalismo, apelando para um ideal de convivência e solidariedade⁴².

⁴² A influência da economia solidária, a qual contou com a promoção e divulgação do Fórum Social Mundial, é bastante destacada nos movimentos de esquerda brasileiros atuais, sendo a defesa do cooperativismo uma das principais pautas levantadas pelas organizações ligada a esse campo político. Exemplificado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST – movimento que foi um dos componentes do comitê de organização do primeiro evento do Fórum –, que embora seja um movimento historicamente ligado à defesa da reforma agrária no Brasil, passou a ter como sua mais celebrada conquista a produção de arroz orgânico pelas suas cooperativas (Medeiros, 2023).

Essa posição, teoricamente regressiva, pode ser observada para além dos teóricos da Economia Solidária. Podemos entender que ela se amplia também para o Fórum Social Mundial como um todo, o qual, embora busque superar teoricamente aquilo que considera como deficiências de uma “velha esquerda”, acaba, como observamos, repetindo fórmulas desenvolvidas pelo liberalismo, o que é expresso em sua apreensão de democracia e totalitarismo. Essa similaridade com o liberalismo apresenta-se também na prática do Fórum, demonstrado pela sua recusa de qualquer forma de violência.

A recusa da violência por parte do Fórum Social Mundial, e dos seus intelectuais, não se trata puramente de uma recusa política, trata-se principalmente de uma denúncia moral contrária aos movimentos populares que recorrem ao uso da violência enquanto meio avançar os seus programas políticos particulares, como afirmado por Paul Singer, ao discutir a obsolescência da expressão “socialismo ou barbárie”, na entrevista já citada neste trabalho:

Então quando você fala de barbárie, de genocídio que se multiplicam na África sub-equatorial, como você sabe, guerras tribais infundáveis, e no nosso continente, na Colômbia. Isso para mim é barbárie. E não é de um lado só, é dos dois. No caso específico colombiano, tanto as Farc quanto as anti-Farc são igualmente bárbaras etc. (Singer, 2008, p.31)

Por se tratar do movimento político armado mais expressivo da América Latina, no período estudado do Fórum Social Mundial, o debate sobre a exclusão das Farc dos eventos – e a tentativa de membros do grupo guerrilheiro de realizarem atividades nos encontros – foi um dos motivos que suscitaram a postura intransigente do pacifismo do Fórum. Como já observado, uma das justificativas dessa exclusão se dava pela garantia da democracia interna do movimento.

Trata-se de uma defesa moral do pacifismo, na qual se denuncia a barbárie e o totalitarismo representado pelos movimentos armados, longe de uma postura inocente que ignora as particularidades dos contextos nacionais. O grau de maior ou menor repressão política a qual os movimentos políticos estão submetidos é, porém, uma expressão consciente do liberalismo, o qual identifica a democracia burguesa como a forma última da liberdade política. Incapaz de avançar para além do plano de existência do humano seccionado de suas determinações econômicas – ou seja, o cidadão –, ao Fórum nada resta além de denunciar os movimentos que buscam por qualquer meio superar a forma societária atualmente dada e as contradições provenientes desta.

Ignora-se, conscientemente, que para sujeitos coletivos submetidos à violência estatal, a opção pela violência política não se dá por meio de uma escolha, mas como consequência da violência previamente sofrida. Nesse sentido, a violência política não pode ser entendida

enquanto o simples exercício de uma violência genérica, mas sim como argumentado pelo pensador martinicano Frantz Fanon, em *Os condenados da Terra*, no qual o autor elabora uma análise filosófica da violência, que embora tenha como objeto de análise o contexto colonial, apresenta uma série de considerações universais acerca do tema. Segundo o autor,

Fica, portanto, muito claro que todos estão conscientes dessa violência e que a questão nem sempre consiste em responder com uma violência maior, mas, ao contrário, em ver como debelar a crise.

O que é então, na verdade, essa violência? Como vimos, é a intuição que as massas colonizadas têm de que sua libertação deve se dar – e só pode se dar – pela força. (Fanon, 2022, p.70)

Submetidos a um contexto de violência estatal e repressão política, a violência política não pode ser tomada como uma prática imoral, ou como expressão do totalitarismo almejado por determinada organização política, mas sim como o único meio encontrado para a completa eliminação da violência como expressão política naquela determinada sociedade. Esse entendimento só pode ser expresso por uma apreensão filosófica humanista, que se baseia no humano para além da sua existência unicamente política. As “massas colonizadas”, apresentadas por Frantz Fanon, não são compostas de cidadãos que almejam a conclusão formal desta forma de existência, trata-se de uma massa que almejava a Emancipação Humana, à qual o colonialismo se impõe como o primeiro obstáculo.

Uma das características mais destacadas da ação política do Fórum Social Mundial foi o seu discurso contrário à tomada de posições, e a deliberação de ações práticas para o conjunto dos movimentos que compunham o Fórum. Essa forma de horizontalismo extremo mascara a efetivação de seu programa enquanto um programa voltado à manutenção e melhoramento da sociedade como atualmente dada.

Abandonando discursivamente a tomada de ação política, o Fórum Social Mundial acaba por priorizar uma determinada forma de ação política limitada à denúncia e à demanda de abertura de espaços pelos governos locais e pelo Estado, atrelando, desta forma, os movimentos sociais à uma perspectiva de cooperação com a gestão pública. Isso é exemplificado pela concepção de que o Orçamento Participativo representaria uma forma de democracia de “maior intensidade” – e uma das formas de efetivação do programa do Fórum –, embora na realidade essa proposta coopte e direcione a ação própria dos movimentos populares para uma substituição por um modo de agir atrelado aos governos locais, e à gestão orçamentária limitada dos municípios.

É a partir do atrelamento da perspectiva de ação política do Fórum Social Mundial com o Estado que podemos avançar em nosso trabalho, buscando analisar o caráter de classe expresso nesse programa político e a função social desempenhada pelo Fórum. Devemos, neste

último tópico, iniciar as observações pelas motivações que levaram ao esvaziamento dos eventos mundiais desse movimento político, a fim de entendermos em que aspecto elas representaram ou não um limite para a efetivação do programa do Fórum.

4.5 Caráter de classe e função social

Para entendermos os limites apresentados pelo Fórum Social Mundial, bem como avançarmos no entendimento de sua função social, devemos observar as condições materiais que determinaram o encerramento de seus dois períodos de maior repercussão, os quais buscamos estudar no presente trabalho. Para tanto, devemos tomar com especial atenção as mudanças ocorridas no último ano do nosso recorte temporal, bem como os desdobramentos dessa nova conjuntura política nos movimentos de esquerda brasileiros.

O último ano do período que buscamos estudar do Fórum Social Mundial foi marcado por uma mudança aguda na conjuntura política brasileira – a qual se desdobrou em um novo período das lutas de classes no país, como podemos observar no artigo já citado neste trabalho acerca do balanço de greves do Dieese –: os números anuais de greves saltam, no ano de 2011, de 554 para 877, no ano de 2012, número que é superado em 2013 com a vultosa ocorrência de 2050 greves (Dieese, 2015, 42). Estes números indicam tanto os efeitos retardatários da crise de 2008, com a intensificação das contradições do capital em crise, como também indicam o rompimento de uma parcela da classe trabalhadora brasileira com a letargia política vivida nos primeiros governos petistas.

Em 2013, para além do movimento grevista, o cenário nacional foi palco de uma série de manifestações urbanas de massa que contestavam as políticas dos governos federais e estaduais, gerando uma onda de choques e conflitos entre as forças policiais e os manifestantes.

Essa mudança conjuntural foi profundamente sentida pelos movimentos e partidos de esquerda ligados, de alguma forma, com o Partido dos Trabalhadores e com o governo federal, o qual se mostrava incapaz de responder de maneira satisfatória às demandas levantadas pelas greves e protestos de rua, de modo que parte desses movimentos tiveram uma série de crises que os deslegitimaram diante de grande parte de seus membros de base. Foi um momento particularmente contraditório, em que um governo comandado por um partido surgido principalmente a partir de movimentações grevistas e que ostentava uma boa relação com os

chamados movimentos sociais, era ameaçado pela eclosão de uma série de greves e entrava em choque com os manifestantes.

O Fórum Social Mundial foi igualmente atingido pelos reveses da mudança de conjuntura política. A sua evidente ligação com o Partido dos Trabalhadores, aliada à sua postura dúbia em relação a tomar um posicionamento público frente aos governos, o levou a um aprofundamento da crise e dos debates que vinham ocorrendo em seu segundo período de existência. Essa agudização da crise foi caracterizada pela perda de legitimidade entre o Fórum Social Mundial e a sua base, como indicam os números de participantes e a pouca repercussão que os eventos passam a ter no início da segunda década do Séc. XXI⁴³.

Esse processo de afastamento do Fórum de sua base em potencial foi observado também por Ruy Braga, no livro *A rebeldia do precariado*. Nele, o autor analisa os protestos contrários ao neoliberalismo presentes na conjuntura política portuguesa, e identifica dois momentos: um atrelado ao avanço do altermundialismo, representado pelo Fórum, e outro onde os ativistas, marcadamente a juventude, afastam-se das concepções desses movimentos, buscando uma ação prática mais efetiva frente ao Estado:

As lideranças envolvidas no protesto permaneceram centradas no Estado, sugerindo que, ao contrário dos tempos do movimento altermundialista a cena política nacional tornara-se alvo prioritário no contexto da crise da globalização (Braga, 2017, p.190).

Embora observado a partir da conjuntura portuguesa, esse processo demonstra a fragilidade dos pressupostos dos movimentos altermundialistas, nos quais o Fórum se inseria, frente às mudanças conjunturais da política, resultando no afastamento dos ativistas que outrora se alinhavam com esses ideais. Essa alteração de postura da própria base do Fórum Mundial pode ser notada no Brasil através da ação do “Movimento Passe Livre”, movimento que foi organizado durante o fórum de 2005, e protagonizou as mobilizações de rua de 2013.

O que podemos notar é que, a partir da exposição que fizemos de sua gênese, de seu programa e das principais linhas ideológicas que o constituem, diferentemente do histórico apresentado por grande parte dos trabalhos realizados no âmbito do Fórum, esse movimento surgiu a partir de um período de aguda crise no movimento operário brasileiro, em que frente ao avanço das políticas econômicas impulsionadas pelo FMI, os trabalhadores não

⁴³ As edições do evento mundial do Fórum ocorridas após o ano de 2012, embora apresentem públicos razoáveis – 80.000, no evento ocorrido em 2016 na cidade de Salvador –, obtiveram pouquíssima repercussão, o que se diferencia muito da forma como o evento era recebido em seus dois primeiros períodos. No caso específico do evento de Salvador, ocorrido no contexto do processo de impeachment de Dilma Rousseff, o evento foi considerado decepcionante por sua incapacidade de se posicionar e denunciar o processo considerado pelos seus participantes enquanto um golpe parlamentar (Mestrum, 2020).

apresentaram um movimento grevista capaz de assegurar parte dos direitos sociais perdidos durante a década de 1990.

O Fórum produz o seu programa neste contexto de letargia política – letargia que foi aprofundada durante os governos federais do Partido dos Trabalhadores –, caracterizando-se, assim, como um programa interessado em dar respostas para esse momento de desaceleração das lutas de classes, em que a ilusão do avanço social por meio do politicismo parecia irrefreável. Diante disso, frente à intensificação das contradições do capital em crise, aprofundadas pela crise de 2008, o programa do Fórum e o conjunto de seus intelectuais mostram-se incapazes de dar respostas às novas demandas.

Essa crise é descrita por Francine Mestrum, participante do Conselho Internacional do Fórum, em seu texto já citado previamente, no qual a autora discorre sobre o histórico dos debates internos do Conselho, e como as tentativas de adaptação da Carta de Princípios, para que o Fórum deliberasse alguma ação política de maior contundência, foram sucessivamente vetadas pelos membros fundadores da organização:

That the international Council can never ever take a political position? The founders of the Forum, who are still very present, are blocking everything, even on very political points on which there is a consensus. Understandably, this is met with incomprehension and a lot of frustration. (Mestrum, 2020)⁴⁴

A incompreensão e frustração, como indicada pelo esvaziamento dos eventos, se espalhou também para os participantes da base do movimento, os quais, identificados com posicionamentos à esquerda, acabaram por encontrar um movimento desconectado das questões candentes desse novo período político.

A incapacidade de produzir uma resposta teórica e política para o novo período da luta de classes não deve ser compreendido como um erro ou uma falência do programa político do Fórum Social Mundial. Como observamos ao longo de nosso trabalho, esse movimento só poderia construir uma resposta satisfatória para o novo momento caso realizasse uma mudança radical – mudança que seria necessariamente contrária aos seus principais pressupostos políticos e ideológicos, de forma que levaria o movimento a uma descaracterização, ainda que esta pudesse alterar positivamente a sua relação com a própria base.

Devemos entender que as motivações da incapacidade apresentada pelo Fórum Social Mundial de lidar com as demandas presentes na nova conjuntura política enfrentada, bem como

⁴⁴ “Que o Conselho Internacional não pode tomar uma posição política? Os fundadores do Fórum, que são ainda bastante presentes, estão bloqueando qualquer posição, mesmo em pontos que apresentam consenso. Compreensivelmente, isso é recebido com incompreensão e frustração.” (Tradução nossa).

a sua incapacidade de produzir uma resposta a partir de uma perspectiva ligada ao Trabalho, mesmo em um período de intensificação do antagonismo contra o Capital, possuem raízes mais profundas do que se pode presumir a partir de uma primeira análise. Devemos, portanto, buscar as razões dessas incapacidades no conteúdo de classe expresso por esse movimento político.

Para tanto, recorreremos novamente ao texto do filósofo paulista José Chasin, no qual o autor apresenta um histórico dos movimentos de esquerda brasileiros durante o período que antecede a inauguração do Fórum Social Mundial, e que compartilham muitas de suas características básicas – além de o influenciarem diretamente. José Chasin discute os destinos da “nova esquerda” brasileira, destacando que

É a hora e a vez da nova esquerda mergulhar no limbo, com duas agravantes: pretende, com toda razão, porém sem atinar com os meios, evitar a reiteração de erros passados, mas destes não chega sequer a formular uma intelecção consistente, contentando-se com uma recusa impressionista da prática vencida, o que não esclarece, nem protege contra o perigo da repetição de equívocos: planta-se, desde logo, independentemente de pretensões ocultas ou confessas, nas extremidades do gradiente político do capital, pois, na sua revisão epidérmica do passado local e mundial, cede antes aos temores e fantasmas, não distinguindo entre os campos políticos do capital e do trabalho, mesmo porque se constitui – por sua própria gênese, em suas vertentes e componentes predominantes, no espaço militante do antimarxismo e do politicismo mais rústico. (Chasin, 1989, p.59)

O Fórum Social Mundial, enquanto herdeiro desse desenvolvimento da esquerda brasileira, percorre um caminho similar. Como vetor destacado para o avanço da hegemonização da influência das teorias pós-modernas no campo político à esquerda do Brasil, o Fórum desempenha também o papel de auxiliar na propagação da aversão ao marxismo. Por conseguinte, apresenta um afastamento das demandas históricas e imediatas ligadas à classe trabalhadora, como exemplificado por sua incapacidade de se relacionar com o aumento das mobilizações grevistas.

Esse distanciamento do Fórum Social Mundial para com as demandas próprias do Trabalho deve ser entendido enquanto a determinação mais destacada de sua efetivação concreta. Tal postura revela a sua perspectiva de classe e o seu posicionamento à esquerda do campo político do capital – mas, ainda assim, dentro desse campo, que é distinto de um posicionamento de esquerda, como debatido por José Chasin:

A partir daí, genericamente, direita compreende o conjunto das proposituras e práticas políticas subsumidas à lógica do capital, e esquerda aquelas outras que são próprias à lógica do trabalho.

Em suma, esquerda e direita designaram e ainda designa graus no interior do universo político do capital, e, por outro lado, que é sua acepção plena, historicamente desenvolvida, Campos políticos de natureza diversa, compreendido pela dinâmica excludente entre as lógicas do capital e do trabalho e suas respectivas formas societárias. O que distingue, por consequência, o campo da esquerda, figura

organizada pela lógica humano-societária do trabalho de posições na esquerda do leque político do capital. (Chasin, 1989, p.58)

A partir desta contribuição, podemos compreender que aquilo que caracteriza um movimento de esquerda é o seu conteúdo político desenvolvido dentro de uma perspectiva aliada tanto às demandas imediatas quanto históricas da classe trabalhadora, de modo que podemos afirmar, partindo das observações apresentadas neste trabalho, que o Fórum Social Mundial se distanciava das características fundamentais apresentadas pelos movimentos próprios da esquerda.

O caráter de classe apresentado pelo Fórum Social Mundial deve ser buscado na análise de sua função social, do papel que esse movimento desenvolveu dentro do campo político identificado como esquerda e da sua função frente ao antagonismo entre Capital e Trabalho. Devemos analisar, para tal, a forma como a ação do Fórum estava relacionada com os dois campos antagônicos presentes na sociedade civil burguesa.

Tomemos como exemplo a relação específica do programa e da ação do movimento para com as demandas ligadas à classe trabalhadora, de modo a entender qual foi a função que o Fórum Social Mundial exerceu dentro dos movimentos ligados à esquerda política, ou seja, ao trabalho. Notamos que a posição política mais aparente dessa relação é desenvolvida a partir do deliberado abandono de qualquer menção à transformação radical da sociedade civil burguesa, por meio de um processo revolucionário e da tomada do poder por parte dos trabalhadores, como entendida pelos teóricos do marxismo.

O abandono de uma perspectiva revolucionária, no caso do Fórum Social Mundial, não representa simplesmente um posicionamento pelo reformismo, mas sim uma contradição mais aguda entre o discurso e o conteúdo do movimento. Isto se demonstra pois, embora apresente este abandono, o movimento busca ao mesmo tempo apresentar um discurso aparentemente radical, o qual indicaria, como processo de transformação, a construção do “outro mundo”.

O Fórum propunha apresentar uma resposta à ideologia burguesa, que entendia o colapso das experiências socialistas do Séc. XX como a vitória final do capitalismo e o início do “fim da história”. O movimento foi classificado, em seu primeiro período, como representante e impulsionador do “fim do ‘fim da história’” (Klein, 2002, p.265), ou seja, ele representava uma reabertura das alternativas sociais contrárias ao capitalismo. Ao mesmo tempo – e em sentido oposto –, o Fórum buscava superar a alternativa socialista, entendida como um legado negativo e um fracasso para os movimentos políticos de esquerda, como defendido por Francisco Whitaker, o qual entendia que “o século terminou com um acúmulo

de frustrações e decepções. Estamos moralmente obrigados a tentar superar tudo o que pode ter causado esse fracasso.” (Whitaker, 2005d, p.24).

Embora busque realizar a reabertura das alternativas em um contexto de avanço do capitalismo – caracterizado pela tentativa de eliminar ideologicamente a perspectiva da existência de alternativas –, o Fórum Social Mundial acaba por desenvolver uma alternativa em aberto. Na procura por não suprimir as “muitas alternativas” que pudessem existir (Leite, 2003, p.76), o programa do Fórum falha ao apresentar uma alternativa concreta à sociedade burguesa e ao domínio do capital. Nesse sentido, falha em apresentar aquilo que é fundamental para a validação de uma alternativa sustentável, como argumentado por István Mészáros:

Sempre é incomparavelmente mais fácil dizer “não” do que esboçar uma alternativa concreta para o objeto negado. Uma negação parcial do existente só pode ser considerada plausível e legítima se baseada numa visão estratégica coerente de todo o complexo social. A alternativa proposta – explícita ou implicitamente – por qualquer negação séria das condições dadas deve ser sustentável em seu próprio quadro de um conjunto social, caso se espere que tenha êxito contra o poder “incorporador” do mundo estabelecido, potencialmente sempre “híbrido”, em que as forças de uma crítica desejam penetrar. (Mészáros, 2002, p.42)

Ao não propor uma forma concreta de alternativa, mas sim uma infinidade de “alternativas”, o Fórum acaba por não apresentar nenhuma possibilidade distinta, caracterizando-se apenas pela posição negativa em relação ao neoliberalismo. Por outro lado, ao não conseguir apresentar uma superação política ao acúmulo de “frustrações e decepções” representado pela alternativa socialista, esse movimento acaba por afastar os seus participantes dessa perspectiva de possibilidade, que na perspectiva de Mészáros se destacava por sua radicalidade contrária ao capital:

A proposta do projeto socialista, como foi originalmente concebido, era precisamente contrapor esta alternativa estratégica global à existente, e não remediar, de forma integrável, alguns de seus defeitos mais gritantes. Esta última opção só poderia facilitar – como realmente o fizeram certas variedades do reformismo – a continuação do funcionamento do modo de controle metabólico do capital dentro do novo sistema “híbrido”, apesar de sua crise. (Mészáros, 2002, p.42)

Deste modo, resta ao movimento recorrer à apresentação de uma alternativa simbólico-discursiva, nula de aplicação prática, o “outro mundo”, que embora seja apresentado enquanto uma opção radical ao conjunto societário capitalista, expressa-se na realidade como a ação imediata do próprio movimento, sendo assim, um fim em si mesmo, não como uma alternativa, mas concretamente como continuidade da sociedade como dada naquele período. Comparada com as propostas reformistas, como indicadas por Mészáros, essa opção pode ser entendida como ainda mais regressiva.

A relação do Fórum Social Mundial para com as demandas particulares da classe trabalhadora é ainda perpassada por outra determinação: o Fórum não apenas se afasta das demandas, ele abandona completamente a categoria do Trabalho enquanto força antagônica ao Capital, dificultando qualquer aproximação sem que o movimento passe por uma profunda transformação.

Deste modo, tornando-se também incapaz de reconhecer as determinações econômicas existentes no humano subsumido à sociedade dividida em classes sociais, o movimento passa a definir como sujeito da transformação o ser humano apartado de suas determinações econômicas, entendido como Cidadão.

Tanto a esfera de existência quanto de efetivação do sujeito privilegiado pelo programa do Fórum está circunscrita à esfera da política, espaço no qual é limitada também a sua ação, de modo que, para o Fórum, a manutenção do Estado e da Democracia Burguesa são tanto uma necessidade para ampliação dos direitos políticos do cidadão, como uma manutenção da própria existência do ser humano enquanto sujeito unicamente político.

Notamos, nesse sentido, o conteúdo liberal⁴⁵ desvelado através da relação que o movimento realiza entre a democracia liberal e o conceito de liberdade individual, exemplificado por sua defesa da ampliação da democracia para uma “democracia de alta intensidade” sem a necessidade de uma ruptura com a forma da democracia liberal – pelo contrário, a ruptura era entendida por grande parte de seus formuladores como uma proposta essencialmente autoritária.

Em relação ao Trabalho e aos movimentos de esquerda entendidos em sentido bastante amplo, o Fórum Social Mundial opera no sentido de eliminar a alternativa socialista – bem como qualquer forma de alternativa concreta à forma societária existente –, substituindo-a por uma alternativa simbólica-discursiva. O Fórum também promove uma postura política na qual a luta dos movimentos populares é atrelada à defesa e à manutenção da democracia liberal – posicionamento este que se vincula diretamente aos interesses particulares do capital.

Devemos observar, em sequência, a associação do programa e da ação política do Fórum Social Mundial em relação às demandas do Capital, enquanto antagonista das demandas ligadas aos trabalhadores. O interesse imediato de qualquer que seja a classe dominante, em um

⁴⁵ A correspondência do ideal de democracia e cidadania do Fórum Social Mundial para com os autores liberais pode ser percebido também pela característica negativa desta proposta em relação ao seu oposto, o autoritarismo, como podemos comparar com o texto *Liberalism: Its meanings and history*, “The liberal state is not the god-state of the Roman emperors, or the absolute state of the divine right monarchs, or the garrison state of the military dictators, or the totalitarian state of the communists and fascists. It is a government of laws, not of men.” (Schapiro, 1958, p.11).

determinado período, é a manutenção de seu domínio da sociedade por todos os meios necessários, o que é explicitado por Marx e Engels ao debaterem como uma classe dominante busca constituir uma visão de mundo que justifique a sua dominação como algo natural:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (Marx, Engels, 2007, p.47)

Nesse sentido, percebemos a ligação do Fórum com o interesse mais imediato do Capital: a manutenção de seu domínio sobre o Trabalho, que se efetiva de forma econômica, ideológica e política, e expressa-se pela limitação do horizonte político do movimento dentro de uma perspectiva de continuidade da forma societária atual.

O Fórum Social Mundial, portanto, cumpre uma função destacada de linha de transmissão da ideologia burguesa para dentro dos movimentos de esquerda brasileiros, como observado anteriormente. Esse movimento denuncia veementemente as perspectivas mais concretas e radicais de ruptura como expressões do autoritarismo, e mesmo do totalitarismo, estabelecendo a defesa e ampliação da democracia liberal enquanto único horizonte válido de luta concreta, cujo ataque ideológico representaria uma apostasia política execrável.

Para além da transmissão da ideologia burguesa, o Fórum também operou no sentido de fortalecer a aversão dos movimentos de esquerda ao marxismo, e a toda herança do movimento comunista que se desenvolveu, principalmente, a partir da Revolução Russa de 1917. Isso ocorreu por meio da identificação desse conjunto teórico como representativo do “velho” e desprovido de validade concreta, em contraposição a um conjunto de práticas “novas”, as quais estariam conectadas com as novas dinâmicas do mundo contemporâneo.

As novidades apresentadas pelo Fórum encontravam-se maturando no campo político da esquerda brasileira desde a década de 1980, influenciadas principalmente pelos desdobramentos ideológicos dos acontecimentos do maio francês de 1968, que repercutiam principalmente no abandono da noção de partido político, com especial aversão à noção de vanguarda operária. O Fórum servia, ao mesmo tempo, para influenciar os movimentos políticos a abandonarem estas concepções, e como vitrine para a nova forma de movimento que deveria surgir após a superação do antiquado partido de vanguarda. O Fórum se apresentava como um “movimento de movimentos”, ou mesmo como uma “praça aberta”, servindo, assim,

para fortalecer o exorcismo do que restava de apego ao marxismo e ao legado histórico do movimento comunista dentro de um campo político já averso a estes.

Entendendo o marxismo como a expressão filosófica e ideológica do proletariado enquanto classe social, conforme defendido por Lukács, essa influência exercida pelo Fórum Social Mundial pode ser entendida como o cumprimento de uma função vinculada às demandas do Capital, auxiliando a manutenção da ideologia dominante.

Retomando o debate acerca da identificação do irracionalismo contemporâneo – o conjunto das teorias pós-modernas – como uma forma específica do desenvolvimento filosófico da burguesia, em seu período de decadência ideológica, podemos entender que a função desempenhada pelo Fórum Social Mundial em relação ao Capital é ainda mais profunda.

O Fórum Social Mundial e os seus intelectuais, ao buscarem "mudar os termos do conflito" em vez da superação das contradições que criaram o conflito em si, acabam por garantir uma maior sobrevivência ao capital em crise, por meio de um politicismo que busca a manutenção da sociedade estabelecida sem ao menos apontar para uma plataforma de reformas sociais. Desta forma, acabam oferecendo um programa político que, pelo seu caráter simbólico-discursivo, coopta parte dos movimentos políticos e ativistas que se opõem de alguma forma à ordem estabelecida, levando-os a lutar pela manutenção desta mesma ordem. Apresentando um ideal individualizado, fragmentado e subjetivista, o movimento é pautado na promoção da cidadania em detrimento de uma pauta voltada para o avanço da classe trabalhadora.

Podemos entender que a função social desempenhada pelo Fórum no desenvolvimento histórico-econômico ao qual está inserido, é a de propagar uma adaptação – e conformação – de uma forma de “ser de esquerda” adequada ao capital em crise que, eliminando a possibilidade da constituição de uma alternativa concreta ao capitalismo, propõe em seu lugar uma alternativa simbólica. Ao mesmo tempo, ele desarma ideologicamente os movimentos de esquerda para uma confrontação real contra a origem das mazelas sociais a que discursivamente o Fórum se opõe.

Podemos afirmar, a partir destas considerações, que o conteúdo de classe expresso no programa do Fórum Social Mundial, e em sua ação prática, caracteriza-se como um conteúdo burguês, interessado na manutenção e na defesa da sociedade burguesa.

O Fórum opera de dentro para fora da esquerda, fortalecendo a hegemonia das teorias pós-modernas e o gradual abandono dos movimentos ligados ao campo político das demandas do Trabalho, infundindo uma perspectiva ao mesmo tempo politicista e absenteísta. Essa perspectiva se caracteriza como a forma particular de politicismo apresentada por esse movimento político, marcada pela contradição e aliada à uma perspectiva politicista, a qual não

enxerga nenhuma possibilidade de ação ou avanço social fora da esfera da política, enquanto a postura absenteísta busca se manter marginal à política, propondo-se a avançar o seu horizonte político por meio de denúncias e propostas de mudanças subjetivas.

Desta forma, a perda de repercussão e público enfrentados pelos eventos do Fórum, a partir do ciclo de greves iniciado em 2012, deve ser entendida não como um fracasso, mas sim como a conclusão de seu programa político, o qual perde a validade a partir de seu próprio sucesso, pois conclui de forma ímpar a sua função social, consolidando o enraizamento de um conteúdo político que estava a mais de três décadas influenciando no campo de esquerda brasileiro. O movimento contou com o fundamental apoio do ciclo de governos progressistas da América Latina, principalmente no Brasil, para concluir suas pautas politicistas, cujo limite se deu dentro da esfera da política e do Estado Burguês.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das últimas três seções, buscamos realizar uma análise que, dentro de nossas limitações de tempo e formato, permitisse uma aproximação satisfatória da totalidade do processo histórico e político do Fórum Social Mundial. Buscamos, a partir disso, observar os limites apresentados por esse movimento em sua busca pela efetivação do seu horizonte político.

Compreendemos que os limites encontrados pelo Fórum não se deram pela ineficiência de seu programa, nem por qualquer erro de percurso político, pelo contrário, observamos que o programa desse movimento e sua efetivação expressavam uma perspectiva consciente de classe, a qual se alinhava filosófica e politicamente ao desenvolvimento ideológico burguês. Além disso, pudemos observar a função social empreendida pelo Fórum, enquanto um posto avançado interno aos movimentos de esquerda brasileiros, o qual servia para propagar a aversão ao marxismo e caminhar na direção das tendências políticas expressas pelo conjunto das teorias pós-modernas. Longe de se tratar de um caso de fracasso, a história do Fórum Social Mundial trata-se de um processo político bem-sucedido que, dada as suas limitações conscientes, não poderia avançar para além do quadro apresentado.

Pudemos observar, também, como o horizonte político do Fórum Social Mundial, expresso em seu mote “um outro mundo é possível”, caracterizava-se por uma alternativa simbólica e subjetiva, representando um fim em si mesmo e não uma alternativa concreta de

superação das contradições do neoliberalismo. As alternativas apresentadas pelo Fórum eram entendidas como efetivadas no momento de suas proposições, e o movimento representava o seu próprio objetivo final, expressando um horizonte característico do politicismo.

Entendemos também que o Fórum Social Mundial, tratando-se de um dos eventos políticos de maior importância da esquerda brasileira, na primeira década do Séc. XXI, pode revelar características e apreensões presentes em grande parcela dos movimentos ligados à esquerda, sendo vetor e espelho de tendências gerais desse campo político. Dentro dessas tendências, a que consideramos de maior importância para o desenvolvimento desse campo foi a forma particular de politicismo apresentado pelo Fórum: o politicismo absenteísta.

O politicismo absenteísta, apresentado enquanto conteúdo teórico-prático do Fórum Social Mundial, deve ser entendido como uma das formas de atuação política própria dos movimentos políticos de esquerda, subsumidos às influências das teorias pós-modernas. Observamos a efetivação objetiva e coletiva do fenômeno descrito por Angélica Lovatto, a transgressão resignada, a qual é desenvolvida a partir da capacidade das teorias pós-modernas de apresentarem propostas críticas regressivas a partir de uma perspectiva própria da filosofia burguesa:

Mas a pós-modernidade, em sua dimensão ideológica, fratura em cheio a centralidade do trabalho, pulverizando-a. Como se não bastasse isso, tudo conduz a um outro problema que é a sedução linguística que a pós-modernidade exerce sobre a esquerda, dando uma solução discursiva com “sonoridade radical ideal”: transgredir, sim, mas sem a necessidade de incorporar o compromisso com a transformação revolucionária. Nos moldes nietzscheano-foucaultianos seria exercer tão somente a “vontade de revolta”, a “vontade de rebelião”, a “vontade política”, apenas a vontade de potência, enfim, como pulsões, exercidas por meio de fragmentos narrativos. (Lovatto, 2021, p.21-22)

A função das teorias pós-modernas, enquanto um desdobramento do processo de desenvolvimento da filosofia burguesa em sua forma contrarrevolucionária, pós-1848, chegando ao irracionalismo na virada do século XX, é entendida pela autora em uma perspectiva ainda mais crítica que uma simples corrente filosófica:

Em apertada síntese, defendo que a pós-modernidade – ou como elas se autodenominam no plural, teorias pós-modernas – constituem a quarta contrarrevolução ideológica burguesa, ou seja, o quarto movimento teórico-político burguês que se constrói como tendência hegemônica de pensamento a partir do fim dos anos 1960, **cujas propostas e resultados políticos práticos redundam, no máximo, numa transgressão resignada. Esse aparente paradoxo – transgressão que se resigna – propõe uma atitude individual de suposta radicalidade** (e cuja terminologia de fato ecoa de modo radical), mas não indica a necessidade de ruptura revolucionária, ao contrário, a repele. (Lovatto, 2021, p.23, grifos nossos).

Partindo da apreensão de que a transgressão resignada se trata da proposta – e do resultado – político prático do quarto movimento teórico-político contrarrevolucionário burguês, apontamos a correspondência entre o politicismo absenteísta apresentado pelo Fórum Social Mundial – e uma parcela dos movimentos e ONGs que o compunham – e a transgressão resignada.

Observemos como o horizonte máximo do Fórum Social Mundial, o “outro mundo”, apresenta uma perspectiva própria de um horizonte subsumido à transgressão resignada, visto que, mesmo apresentando um discurso transgressor, acaba por se resignar à ordem estabelecida, afastando-se de qualquer perspectiva de mudança concreta da forma societária estabelecida, a qual o movimento se descreve enquanto opositor. O “outro mundo” do Fórum nada mais significou do que um ideal de manutenção e melhorias minimalistas da ordem estabelecida, o qual buscou sanar as suas limitações por meio da “mudança dos termos do conflito”.

Mais do que isso, a ação política do Fórum Social Mundial revelou uma forma coletiva de efetivação da perspectiva da transgressão resignada. Nesse sentido, entendemos que o politicismo absenteísta representa uma das formas – possivelmente não a única⁴⁶ – que um movimento político, ou seja, uma organização coletiva, tem de objetivar os resultados político-práticos da pós-modernidade.

Tratando-se de uma forma ainda mais depauperada que o politicismo puro – este último compreendido como a prática de uma grande parcela dos partidos⁴⁷ e movimentos de esquerda brasileiros –, o politicismo absenteísta caracteriza-se pela recusa ao exercício da política, tanto da ação diretamente ligada à política institucional, quanto da deliberação de ações políticas fora da institucionalidade do Estado. Por outro lado, apresenta-se dentro dos limites do politicismo, a partir do qual elabora todas as suas linhas teórico-práticas alheias às determinações econômicas. É uma forma de politicismo que se nega a “sujar” suas mãos com a política, reduzindo-se ao exercício da denúncia moral e dos debates abstratos. Abstendo-se da política real, esses movimentos relegam a ação política para outros agentes – como evidenciado pela relação entre o Fórum Social Mundial e o Partido dos Trabalhadores –, esperando que realizem aquilo que é considerado equivocadamente como o trabalho “sujo” da política.

⁴⁶ Devemos ressaltar a consideração de que o Politicismo Absenteísta não se trata da única forma de expressão coletiva da perspectiva de uma transgressão resignada, a qual possivelmente apresente uma miríade de efetivações em sentido coletivo, as quais só poderão ser desveladas por meio do estudo crítico dos demais movimentos políticos subsumidos à filosofia pós-moderna.

⁴⁷ Nesse sentido destacamos o Partido dos Trabalhadores, e os seus governos, como exemplos do politicismo no contexto brasileiro, fenômeno que é caracterizado por Leonardo Augusto Franco em *Do ABC à Brasília: a trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores e os limites do politicismo* (Franco, 2025).

Os limites expressos no conteúdo teórico-prático do Fórum não são apenas os limites determinados pela ação politicista. O movimento também apresenta os limites encontrados na efetivação de sua postura absenteísta, a partir da qual podemos perceber que, apesar do gradual esvaziamento do evento, o movimento seguiu blindado discursivamente contra os apontamentos acerca de sua falência. A partir disso, devemos entender que, orientado por uma perspectiva politicista e absenteísta, o Fórum Social Mundial não apresenta a necessidade de público e ativistas como condição de seu sucesso.

Notamos, também, como o Fórum Social Mundial foi exitoso em sua tarefa de afastar os movimentos de esquerda brasileiros de uma perspectiva centralizada nas demandas do Trabalho, avançando, a partir de dentro, um ideal ligado à defesa do Capital, o que não pode ser entendido sem a também exitosa capacidade do movimento em apresentar um discurso de oposição repleto de “novidades” – com aparência radical. Essa dupla dimensão leva à propagação, dentro dos movimentos identificados enquanto esquerda, de um ideal anti-humanista, o qual passa a entender e privilegiar a existência política do ser humano em detrimento de sua existência complexa – e completa.

A perspectiva da promoção da cidadania como forma almejada de existência humana, e o entendimento de que a conclusão da cidadania plena para os indivíduos oprimidos – que se encontram apartados da plenitude dos direitos políticos – significa o máximo de emancipação “social” possível, revelam os limites da oposição e das contestações realizadas a partir de uma perspectiva ideológica burguesa. O ideal de cidadania defendido pelo Fórum é, em última instância, a defesa da forma de existência do ser humano subsumido à política, e da busca da constituição de uma igualdade formal – e legal – entre os humanos.

Ao vetorizar a influência das teorias pós-modernas para o amplo setor da esquerda brasileira que se associou ao Fórum, esse movimento conseguiu avançar a esterilização do ideal de Emancipação Humana, por meio de uma transformação social concreta da realidade. Um enorme segmento da esquerda brasileira fortaleceu o seu posicionamento – na maior parte das vezes inconsciente – de abandono do humanismo e da perspectiva de construção da igualdade plena, para além da política e da igualdade garantida pelo Estado.

O conteúdo político exportado pelo Fórum serviu também para limitar a perspectiva da luta política dos movimentos de esquerda que o compunham, dentro da limitada perspectiva do cotidiano, o qual impõe o presente em detrimento do futuro. O imediatismo das propostas do Fórum demonstra como a ausência de um horizonte futuro afeta a compreensão estratégica de um movimento político, determinando que o seu horizonte não pode ser descolado do presente.

Observamos, também, como o slogan “Um outro mundo é possível” escondia um horizonte de continuidade, cuja efetivação demonstrava a impossibilidade entendida pelos teóricos do Fórum de conceberem a construção de um outro mundo por meio de uma alternativa concreta de sociedade. Esse desdobramento não demonstra um erro teórico desse conjunto de intelectuais, mas sim os efeitos que o abandono da historicidade – como entendida pela filosofia moderna – causam em um determinado movimento político subsumido às concepções pós-modernas.

Em síntese, a ação do Fórum revelou os efeitos das três dimensões filosóficas que a pós-modernidade abandonou da herança da filosofia moderna: o abandono da historicidade, da razão dialética, e do humanismo, que resultou em uma efetivação política alheia às demandas dos trabalhadores, a qual é incapaz de produzir um conteúdo real de oposição ao mundo dominado pelo Capital. Embora se apresente de forma crítica ao capitalismo, o movimento encontra o seu momento de descenso justamente em períodos de intensificação das contradições entre o Capital-Trabalho, bem como das lutas de classes.

Durante o período de escrita desse trabalho, o Fórum Social Mundial continua sua existência de forma quase silenciosa, sem o impacto e divulgação que tinham anteriormente, realizando os seus eventos mundiais a cada dois anos. Os textos consultados, acerca dos debates realizados no Conselho Internacional⁴⁸ durante a segunda década do Séc. XXI, indicam a continuidade intransigente do Politicismo Absenteísta, o qual encontra a sua defesa a partir das vozes dos membros fundadores, que insistem na integralidade da Carta de Princípios como necessidade para existência do movimento, celebrando, após duas décadas, as mesmas velhas “novidades” que o Fórum apresentou ao mundo em 2001.

⁴⁸ A autora e participante do Conselho Internacional, Francine Mestrum, discute o histórico dos debates internos do Fórum a partir de 2010, nos quais as posições pela mudança do caráter do Fórum foram continuamente derrotadas, em seu artigo *The re-birth and the re-death of the World Social Fórum*. Nele, a autora comenta a ocorrência do evento mundial realizado em 2024 no Nepal, o qual, segundo ela, nada mais foi do que um festival apolítico: “Another festival. Even if this can be motivating, it has no political meaning and impact at all. The World Social Forum is a non-identified apolitical subject, whereas it should be a global political subject. In its current form, it has no political future.” (Mestrum, 2024).

REFERÊNCIAS

ALBERT, Michael. O Fórum Social Mundial de 2002 e nós. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; CEVASCO, Maria Elisa (Org). O espírito de Porto Alegre. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.211-217.

ANTUNES, Ricardo. A erosão do PT. In: ANTUNES, Ricardo. Uma esquerda fora do lugar: O Governo Lula e os descaminhos do PT. Campinas: Editora Autores Associados, 2006, p.54-56.

ARAÚJO, Natália Lima de. Outro mundo é possível? Narrativas, desafios e perspectivas do Fórum Social Mundial. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ARBEX JUNIOR, José. Um outro mundo é possível. PUCviva, São Paulo, n.12, abr./jun. 2001, p.9-11.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002, p.561-597.

BELLO, Walden. The Forum at the crossroads. CADTM, 20 de mai. 2007. Disponível em: <https://www.cadtm.org/The-Forum-at-the-Crossroads> Acesso em: 11 de nov. de 2024.

BERGAMASCHI, Isaline; RODRÍGUEZ, Tania Navarro; NEZ, Héloïse. Latin Americans at the World SocialForum in Dakar: The relationship between the alter-global movement and the institutional sphere. In: SIMÉANT, Johanna; POMMEROLLE, Marie-Emmanuelle; SOMMIER, Isabelle (Org). Observing Protest from a Place: The World Social Forum in Dakar (2011). Amsterdam: Amsterdam Press University, 2015, p.157-178.

BLIN, Arnaud. Paz e desmilitarização. In: BLIN, Arnaud. et al. 100 propostas do Fórum Social Mundial. Petrópolis: Vozes, 2006, p.105-135.

BOBBIO, Norberto. O conceito da sociedade civil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOITO JUNIOR, Armando. Reforma e crise política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

BRAGA, Ruy. A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BÜLOW, Marisa von. Introdução: dez anos de Fórum Social Mundial. In: BÜLOW, Marisa von (Org). Fórum Social Mundial: A transnacionalização da sociedade civil brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013, p. 13-25.

CAMARGO, Gilson. Fórum Social Mundial 2021 termina neste domingo. Extra Classe, 31 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/movimento/2021/01/forum-social-mundial-2021-termina-neste-domingo/> Acesso em: 15 de nov. de 2024.

CATTANI, Antonio David. A construção de uma outra economia. In: BLIN, Arnaud. et al. 100 propostas do Fórum Social Mundial. Petrópolis: Vozes, 2006, p.35-55.

CHASIN, José. A sucessão na crise e a crise na esquerda. Ensaio, São Paulo, n.17/18, p.1-121, 1989.

CHASIN José. “¿Hasta Cuando?” A propósito das eleições de novembro. Revista Escrita/Ensaio. 1982. [online]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/chasin/1982/10/hasta.pdf>

CHASIN, José. Sobre o conceito de totalitarismo. Verinotio, n. 15, Ano VIII, ago./2012.

CHAUI, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.9-16.

CHING, Pao-yu. Critical views of the world social forum: from Mumbai resistance. Inter-Asia Cultural Studies, 2004, p.331–335.

CONSELHO EDITORIAL. Apresentação. In: SILVEIRA, Luis Henrique (Org). Impressões: Fórum Social Mundial. Porto Alegre: Corag, 2002, p.7.

CONSELHO INTERNACIONAL. Carta de Princípios. In: DI GIOVANNI, Julia Ruiz. Cadernos do outro mundo: O Fórum Social Mundial em Porto Alegre. São Paulo: Humanitas, 2015, p.213-217.

CONSELHO INTERNACIONAL; COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO. Manifesto de repúdio aos atentados. In: SILVEIRA, Luis Henrique (Org). Impressões: Fórum Social Mundial. Porto Alegre: Corag, 2002, p.13.

COUTINHO, Carlos N. O estruturalismo e a miséria da razão. São Paulo: Expressão Popular, 2010

COUTINHO, Carlos N. Prefácio. In: SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil. Petrópolis: Vozes, 1999, p.9-12.

CRUXÊN, Isadora Araujo. Feminismo e Fórum Social Mundial: Revendo a relação entre redistribuição e reconhecimento. In: BÜLOW, Marisa von (Org). Fórum Social Mundial: A transnacionalização da sociedade civil brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013, p. 115-136.

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. Cadernos do outro mundo: O Fórum Social Mundial em Porto Alegre. São Paulo: Humanitas, 2015.

DIEESE. Balanço das greves em 2013. Estudos e Pesquisas, n.79, dez. 2015.

ENGELS, Friederich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

EVANGELISTA, João E. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno. São Paulo: Cortez, 1992.

FRANTZ, Fanon. Os Condenados da terra. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FRANCO, Leonardo A. Do ABC à Brasília: a trajetória histórica do partido dos trabalhadores e os limites do politicismo. 2025. 154p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Unesp, Marília, 2025.

GADOTTI, Moacir. Governos e partidos no FSM. In: GADOTTI, Moacir. Fórum Social Mundial: Em processo. São Paulo: Publisher Brasil, 2010a, p.88-90.

GADOTTI, Moacir. Metodologia do FSM. In: GADOTTI, Moacir. Fórum Social Mundial: Em processo. São Paulo: Publisher Brasil, 2010b, p.23-24.

GADOTTI, Moacir. Mudar o mundo sem tomar o poder. In: GADOTTI, Moacir. Fórum Social Mundial: Em processo. São Paulo: Publisher Brasil, 2010c, p.35-36.

GADOTTI, Moacir. Novos atores políticos com nova visão de mundo. In: GADOTTI, Moacir. Fórum Social Mundial: Em processo. São Paulo: Publisher Brasil, 2010d, p.13-18.

GÓMEZ, José Maria. Fórum Social Mundial de Porto Alegre 2002 e os desafios do movimento social global. In: ABONG. Desenvolvimento e direitos humanos: diálogos no Fórum Social Mundial. São Paulo: ABONG, 2002, p.17-48.

GONÇALVES, Mauricio Bernardino. Esquerda Pós-Moderna e Emancipação Social: Uma Resposta Ao Fórum Social Mundial. 2010.

HARNECKER, Marta, Una Internacional de la resistencia. PUCviva, São Paulo, n.12abr./jun. 2001, p.18-20.

HARNECKER, Marta. Estratégia e tática. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HOLLOWAY, John. Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje. São Paulo: Viamundo, 2003.

KLEIN, Naomi. Acreditando no fim do fim da história. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; CEVASCO, Maria Elisa (Org). O espírito de Porto Alegre. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.265-275.

LEITE, José Corrêa. Fórum Social Mundial: A história de uma invenção política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Do informe: sobre a revolução de 1905. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. Sobre os sindicatos. São Paulo: Polis, 1979, p.159-162.

LÊNIN, Vladimir Ilitch, Que Fazer? Questões candentes de nosso movimento. São Paulo: Boitempo, 2020.

LIMA, Paula P. Fiuza. Outra economia acontece no outro mundo possível: A economia solidária e o Fórum Social Mundial. In: BÜLOW, Marisa von (Org). Fórum Social Mundial: A transnacionalização da sociedade civil brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013, p.181-203.

LOVATTO, Angélica. A corrente autonomista no Brasil: apontamentos críticos sobre a revisão do marxismo nos anos 1980. Lutas Sociais, São Paulo, vol.20, n.37, p.10-22, jul./dez. 2016.

LOVATTO, Angélica. Combater a transgressão resignada: um livro na trincheira contemporânea. In: MONTAÑO, Carlos. “Identidade” e classe social: uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021, p.13-27.

LOVATTO, Angélica. “Um momento fértil de superar uma dimensão de esquerda que se esgotou”. Entrevista concedida por Angélica Lovatto ao jornalista Pedro Marin, no dia 5 de abril de 2018. In: Golpe é guerra: teses para enterrar 2016. São Paulo: Editora Baioneta, 2018, p.78-99.

LÖWY, Michael. Negatividade e utopia do movimento altermundialista. Lutas Sociais, n. 19/20, p. 32–38, 2008.

LUKÁCS, Georg. A destruição da razão. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, Georg. Existencialismo ou marxismo. São Paulo: Editora Ciência Humanas, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. A crise da social-democracia. In: LOUREIRO, Isabel. (Org). Rosa Luxemburgo: Textos Escolhidos—Volume II (1914–1919). 3.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p.15-144.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução? In: LOUREIRO, Isabel. (Org). Rosa Luxemburgo: Textos Escolhidos—Volume I (1899–1914). 3.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p.1-88.

MACHADO, Zaira. O desmonte das instituições globalitárias. In: SILVEIRA, Luis Henrique (Org). Impressões: Fórum Social Mundial. Porto Alegre: Corag, 2002, p.77-78.

MAIA, Paula P. F. Os movimentos negros brasileiros no Fórum Social Mundial 2009: Hipóteses sobre a visibilidade. In: BÜLOW, Marisa von (Org). Fórum Social Mundial: A transnacionalização da sociedade civil brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013, p. 137-156.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy M. As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra). In: SADER, Emir. (Org). *Dialética da dependência: Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.167-241.

MARX, Karl. 18 brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: MARX, Karl. *Crítica a filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010a, p.145-157.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia” De um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

MARX, Karl. Prefácio à Para uma crítica de economia política. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas: Volume I*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961, p.300-303.

MARX, Karl. Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MUSTO, Marcello (Org). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Boitempo, 2014, p.93-99.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MESTRUM, Francine. Reinventing the World Social Forum: how powerful an idea can be. Znetwork, 12 de mar. de 2020. Disponível em: <https://znetwork.org/znetarticle/reinventing-the-world-social-forum-how-powerful-an-idea-can-be/> Acesso em: 11 de nov. de 2024.

MESTRUM, Francine. The Re-Birth and Re-Death of the World Social Forum. Znetwork, 27 de jun. de 2024. Disponível em: <https://znetwork.org/znetarticle/the-re-birth-and-re-death-of-the-world-social-forum/> Acesso em: 11 de nov. de 2024.

MESZÁROS, István. *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MEDEIROS, Catiana. *MST reúne 4 mil pessoas para celebrar a maior produção de arroz orgânico da América Latina*. MST, 17 mar. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/17/mst-reune-4-mil-pessoas-para-celebrar-a-maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina/>. Acesso em: 22 de nov. de 2025.

NETO, Eduardo Almeida. Um outro Fórum é possível. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.16, 2003, p.127-133.

NETTO, José Paulo. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.233-269.

NETTO, José Paulo. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. In: NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente: Contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004, p.223-241.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Camaradas e companheiros: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PONNIAH, Thomas. The Meaning of the US Social Forum: A Reply to Whitaker and Bello's Debate on the Open Space. *Societies Without Borders*, 2008, p.187-195.

RABELO, Ana Maria. As três estrelas do sul global: O Fórum Social Mundial em Mumbai, Nairóbi e Belém. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RACIONAIS MC'S. CD Nada Como Um Dia Após o Outro Dia. São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica, 2002.

RAMONET, Ignacio. Desarmar os mercados. *Le Monde Diplomatique*. 1 de dez. de 1999. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/desarmar-os-mercados/> Acesso em: 20 de dez. de 2024.

ROY, Arundhati. A nova desordem mundial. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; CEVASCO, Maria Elisa (Org). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.303-310.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. O Fórum Social Mundial e a pergunta que ainda grita: Outro mundo é possível? *Diário Centro do Mundo*, set., 2020. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-forum-social-mundial-e-a-pergunta-que-ainda-grita-outro-mundo-e-possivel-por-emir-sader/> Acesso em: 11 de nov. de 2024

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial: Manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *The rise of the global left: The World Social Forum and beyond*. Londres: Zed Books, 2006.

SANTOS, Pedro M. Como é o caminho para um outro mundo? Fórum Social Mundial: meios e fins. In: BÜLOW, Marisa von (Org). *Fórum Social Mundial: A transnacionalização da sociedade civil brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília,

SECCO, Lincoln. *História do PT*. 6. Ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2023.

SILVEIRA, Luis Henrique (Org). *Impressões: Fórum Social Mundial*. Porto Alegre: Corag, 2002.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Entrevista concedida por Paul Singer à Isabel Loureiro, Danilo César e Marcos Barbosa de Oliveira, 2008 In: LOUREIRO, Isabel (Org). Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2008, p.13-32.

SMITH, Jackie. (2016). Social Movements and Political Moments: Reflections on the Intersections of Global Justice Movements & Occupy Wall Street. In: ANCELOVICI, Marcos; DUFOUR, Pascale; NEZ, Héloïse (Org). Street Politics in the Age of Austerity: From the Indignados to Occupy. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2016, p.205-226.

SOARES, Jaime O. O FSM não pisa na terra firme: contradições da institucionalização dos movimentos sociais. Lutas Sociais, n.21/22, jul./dez de 2008; jan./jun. de 2009, p.74-82.

SOKOL, Markus. O Fórum não defende os trabalhadores. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.16, 2003, p.134-142.

TEIVAINEN, Teivo. The World Social Forum and global democratisation: learning from Porto Alegre. Third World Quarterly, Vol 23, No 4, 2002, p.621-632.

WEFFORT, Francisco C. Por que democracia? São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

WELLEN, Henrique. Para a crítica da economia solidária. São Paulo: Outras expressões, 2012.

WHITAKER, Francisco. Fórum Social Mundial: origens e objetivos. In: WHITAKER, Francisco. O desafio do Fórum Social Mundial: Um modo de ver. São Paulo: Edições Loyola, 2005a, p.175-185.

WHITAKER, Francisco. Insurgência cidadã contra a ordem estabelecida. In: WHITAKER, Francisco. O desafio do Fórum Social Mundial: Um modo de ver. São Paulo: Edições Loyola, 2005b, p.211-218.

WHITAKER, Francisco. Notas para o debate sobre o Fórum Social Mundial. In: WHITAKER, Francisco. O desafio do Fórum Social Mundial: Um modo de ver. São Paulo: Edições Loyola, 2005c, p.155-173.

WHITAKER, Francisco. O desafio do Fórum Social Mundial: Um modo de ver. São Paulo: Edições Loyola, 2005d.

WHITAKER, Francisco, O FSM como novo método de ação política. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; CEVASCO, Maria Elisa (Org). O espírito de Porto Alegre. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.237-244.

WHITAKER, Francisco. Prefácio. In: GADOTTI, Moacir. Fórum Social Mundial: Em processo. São Paulo: Publisher Brasil, 2010, p.7-12.

WHITAKER, Francisco. O FSM e a radicalização da democracia. [Entrevista concedida a] JUNGES, Márcia; FACHIN, Patricia. IHU Online, ed. 357, 11 de set, 2011.